

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ECONÔMICA**

**GISELE MOLINARI**

**EM DIREÇÃO A UMA ECONOMIA DE APRENDIZADO?  
ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICO-ESPACIAL SOBRE A IMPLANTAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ALEGRETE**

**2016**

**GISELE MOLINARI**

**EM DIREÇÃO A UMA ECONOMIA DE APRENDIZADO?  
ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICO-ESPACIAL SOBRE A IMPLANTAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia Econômica da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Engenharia Econômica.

Orientador: Dr. João Plínio Juchem Neto

**Alegrete**

**2016**

**GISELE MOLINARI**

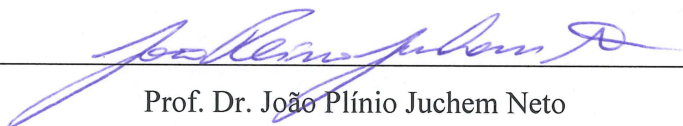
**EM DIREÇÃO A UMA ECONOMIA DE APRENDIZADO?  
ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICO-ESPACIAL SOBRE A IMPLANTAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia Econômica da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Engenharia Econômica.

Área de concentração: Engenharia Econômica

Monografia defendida e aprovada em: 03 de outubro de 2016.

Banca examinadora:



Prof. Dr. João Plínio Juchem Neto

Orientador

UNIPAMPA



Prof. Dr. Fladimir Fernandes dos Santos

UNIPAMPA



Prof. Dr. Roberlaine Ribeiro Jorge

UNIPAMPA

Aos meus amados pais,  
meus primeiros educadores.

## AGRADECIMENTO

A vida é um aprendizado. Aprendemos conosco. Aprendemos uns com os outros. Por isso, devo muito agradecer este percurso realizado de estudos:

A Deus, sábio da vida, pela sustentação em momentos difíceis e diante de injustiças e incoerências enfrentadas.

Aos meus pais, sábios de lutas, por todo o apoio imensurável.

À Universidade Federal do Pampa, pela oportunidade. Em especial, no Campus Alegrete, ao Prof. João Plínio Juchem Neto, pela orientação, paciência e tempo dedicado. Aos avaliadores, Prof. Fladimir Fernandes dos Santos e Prof. Roberlaine Ribeiro Jorge, pelo diálogo e contribuições. Também, aos funcionários da biblioteca, da recepção e outros, pela atenção e dedicação.

Ao Prof. Antonio Domingos Padula, pelo incentivo. Ao Prof. Leonardo Xavier da Silva e ao Prof. Paulo Dabdab Waquil, que estão sempre dispostos a ajudar.

Ao Prof. Adayr da Silva Ilha, pela oportunidade de iniciação à pesquisa.

Ao amigo Gabrielito Menezes, com quem sempre posso contar para minhas dúvidas de economia aplicada.

Aos profissionais da saúde, Ivan, Claudionor, José Antônio, Juliana, entre outros, pela atenção e cuidado.

Enfim, meu agradecimento a todos que tiveram influência sobre a realização e a finalização desta etapa.

A linguagem é viva, quando falam as obras.

Santo Antônio de Pádua, séc. XIII

## RESUMO

Este estudo tem como eixo central a implantação da Universidade Federal do Pampa e a compreensão do desenvolvimento regional. Por isso, refere-se à dinâmica econômico-espacial de parte da mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. A fundação da Universidade nessa região perpassa um propósito de desenvolvimento no sentido de redução das desigualdades sociais e regionais. Porquanto, a mesorregião diferenciada Metade Sul é identificada com desenvolvimento inferior e com baixo dinamismo econômico no estado. Dessa forma, o estudo preocupa-se em entender impactos sobre a instalação da Universidade, como parte de uma política de desenvolvimento, que se manifestem na transformação da economia regional. O objetivo é, então, realizar uma análise evolutiva da economia da região onde a Universidade Federal do Pampa se insere. A abordagem teórica desdobra-se na economia do aprendizado e no desenvolvimento regional, uma vez que o conhecimento é visto como recurso estratégico para o desenvolvimento. O trabalho é exploratório e descritivo, com tratamento quantitativo da variável de empregos, de estabelecimentos e de remuneração média. Assim, analisa-se a dinâmica regional, conforme a tendência, a variação e a evolução, no período de 1994 a 2014, no espaço microrregional que envolve as unidades universitárias. Pode-se assimilar que o setor público utilizou-se de sua função alocativa para fomentar externalidades positivas, investindo em capital humano para o desenvolvimento, bem como sua atuação condiz com uma política expansionista, que eleva a demanda agregada. Dentro disso, verifica-se o crescimento do setor terciário, em uma sociedade de consumo e em uma economia mais voltada para o mercado interno. Particularmente, na segunda metade do período analisado, observa-se tendência de crescimento do número de estabelecimentos e de empregos ativos e, entre os municípios de cada microrregião, constata-se diminuição das desigualdades, o que pode significar a difusão do crescimento a partir de municípios-pólo, que são sede da Universidade. Entretanto, ainda, prepondera a especialização na região, sendo exportadora, sobretudo quanto ao setor primário. Portanto, é relevante que a região alcance autonomia para convergir fatores exógenos e endógenos, aproveitando um arranjo de conhecimento, em um processo de aprendizagem que é potencial para o desenvolvimento econômico regional.

Palavras-chave: Conhecimento. Universidade. Economia Regional. Aprendizado. Desenvolvimento econômico.

## ABSTRACT

This study considers an approximation between the establishment of the Federal University of Pampa and the understanding of regional development. In this sense, it refers to regional economic dynamic on part of Metade Sul region of the Rio Grande do Sul State. The foundation of the University in this region to consist with a development purpose in order to reduce social and regional inequalities. Since, Metade Sul region is considered with less development in their State and has low economic dynamism. Therefore, this study is concerned to understand impacts on the implantation of the University, expressing on the transformation of the regional economy, as part of a development policy. Then, the aim is to analyze the evolution of the economy of region where the University is included. The theoretical approach is based on the learning economy and the regional development, because knowledge is seen as a strategic resource for development. Research is explorative and descriptive, with quantitative treatment of the variables of employment, enterprise and income. Thus, I analyze the regional dynamic according to the tendency, variation and evolution in the period from 1994 to 2014 in the regional area surrounding the university units. It is perceived that public sector sought to foster positive externalities, by investing in human capital for development, as well as an expansionist policy, which raises aggregate demand. In turn, it is observed growth of tertiary sector, amid a consumer society and an economy more concerning the domestic market. In particular, in the second half of the period, there is a growth trend in the number of enterprises and employment. Furthermore, between the municipalities, there is reduction of inequalities, wherein spread of growth may have occurred from the central municipalities, which host the University. However, specialization predominates in the region of implantation of the University, especially for the primary sector. Therefore, it is important that the region to achieve autonomy in order to converge exogenous and endogenous factors, taking advantage of an arrangement of knowledge in a learning process that is potential for regional economic development.

Keywords: Knowledge. University. Regional Economics. Learning. Economic Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Unidades da Unipampa .....	43
Figura 2 – Distribuição da Unipampa em áreas de conhecimento representativas .....	44
Figura 3 – Densidade demográfica dos municípios do Rio Grande do Sul.....	61

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Financiamento público federal em ensino como % das receitas de impostos.....	38
Gráfico 2 – Investimento público federal em educação como % do PIB.....	39
Gráfico 3 – Evolução do número de vagas e de alunos da graduação na Unipampa .....	49
Gráfico 4 – Evolução do número de vagas e de alunos da pós-graduação na Unipampa .....	52
Gráfico 5 – Número de empregos em microrregiões da Metade Sul, 1994 a 2014.....	83
Gráfico 6 – Número de empregos no Rio Grande do Sul, 1994 a 2014.....	84
Gráfico 7 – Número de estabelecimentos em microrregiões da Metade Sul, 1994 a 2014.....	85
Gráfico 8 – Número de estabelecimentos no Rio Grande do Sul, 1994 a 2014 .....	86
Gráfico 9 – Remuneração média em microrregiões da Metade Sul, 1994 a 2014 .....	87
Gráfico 10 – Remuneração média no Rio Grande do Sul, 1994 a 2014 .....	88
Gráfico 11 – Variação dos empregos por municípios da Campanha Central.....	90
Gráfico 12 – Variação dos estabelecimentos por municípios da Campanha Central .....	91
Gráfico 13 – Variação da remuneração média por municípios da Campanha Central.....	92
Gráfico 14 – Variação dos empregos por municípios da Campanha Meridional.....	93
Gráfico 15 – Variação dos estabelecimentos por municípios da Campanha Meridional.....	94
Gráfico 16 – Variação da remuneração média por municípios da Campanha Meridional.....	95
Gráfico 17 – Variação dos empregos por municípios da Campanha Ocidental.....	96
Gráfico 18 – Variação dos estabelecimentos por municípios da Campanha Ocidental .....	97
Gráfico 19 – Variação da remuneração média por municípios da Campanha Ocidental.....	98
Gráfico 20 – Variação dos empregos por municípios de Jaguarão .....	99
Gráfico 21 – Variação dos estabelecimentos por municípios de Jaguarão.....	100
Gráfico 22 – Variação da remuneração média por municípios de Jaguarão .....	101
Gráfico 23 – Variação de empregos por municípios de Serras de Sudeste .....	102
Gráfico 24 – Variação de estabelecimentos por municípios de Serras de Sudeste .....	104
Gráfico 25 – Variação da remuneração média por municípios de Serras de Sudeste .....	105
Gráfico 26 – Variação dos empregos por municípios de Santiago.....	106

Gráfico 27 – Variação dos estabelecimentos por municípios de Santiago .....	107
Gráfico 28 – Variação da remuneração média por municípios de Santiago .....	108
Gráfico 29 – Média e dispersão dos empregos em Campanha Central .....	109
Gráfico 30 – Média e dispersão dos empregos em Campanha Meridional .....	109
Gráfico 31 – Média e dispersão dos empregos em Campanha Ocidental .....	109
Gráfico 32 – Média e dispersão dos empregos em Jaguarão.....	109
Gráfico 33 – Média e dispersão dos empregos em Serras de Sudeste.....	110
Gráfico 34 – Média e dispersão dos empregos em Santiago .....	110
Gráfico 35 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Campanha Central .....	110
Gráfico 36 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Campanha Meridional .....	110
Gráfico 37 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Campanha Ocidental .....	111
Gráfico 38 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Jaguarão.....	111
Gráfico 39 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Serras de Sudeste.....	112
Gráfico 40 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Santiago .....	112
Gráfico 41 – Média e dispersão da remuneração média em Campanha Central.....	112
Gráfico 42 – Média e dispersão da remuneração média em Campanha Meridional.....	112
Gráfico 43 – Média e dispersão da remuneração média em Campanha Ocidental.....	113
Gráfico 44 – Média e dispersão da remuneração média em Jaguarão.....	113
Gráfico 45 – Média e dispersão da remuneração média em Serras de Sudeste.....	113
Gráfico 46 – Média e dispersão da remuneração média em Santiago.....	113

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Campi da Unipampa e áreas de conhecimento representativas.....	44
Quadro 2 – Divisão territorial do Rio Grande do Sul.....	60
Quadro 3 – Microrregiões e municípios no entorno dos campi da Unipampa.....	65
Quadro 4 – Setores de atividade econômica.....	74
Quadro 5 – Subsetores de atividade econômica.....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de cursos de graduação e de alunos matriculados na Unipampa.....	48
Tabela 2 – Números do programa de auxílio à permanência na Unipampa.....	50
Tabela 3 – Números do programa de desenvolvimento acadêmico na Unipampa.....	51
Tabela 4 – Números de cursos de pós-graduação e de alunos matriculados na Unipampa .....	52
Tabela 5 – Composição da área total e do acervo bibliográfico da Unipampa .....	54
Tabela 6 – Composição do patrimônio da Unipampa .....	55
Tabela 7 – Composição do quadro de funcionários da Unipampa .....	56
Tabela 8 – Orçamento geral da Unipampa e variação percentual por despesa .....	57
Tabela 9 – IDHM do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Metade Sul, em 2010 .....	62
Tabela 10 – PIB e VAB do Rio Grande do Sul, da Metade Norte e da Metade Sul, em 2013	62
Tabela 11 – Aspectos básicos dos municípios das cinco microrregiões concernentes .....	66
Tabela 12 – População dos municípios das microrregiões em 1991, 2000 e 2010 .....	67
Tabela 13 – IDHM dos municípios das microrregiões em 1991, 2000 e 2010.....	68
Tabela 14 – PIB e PIB per capita dos municípios das microrregiões em 1990, 2000 e 2010..	69
Tabela 15 – VAB percentual dos municípios das microrregiões em 1990, 2000 e 2010.....	70
Tabela 16 – Aspectos básicos dos municípios da microrregião comparativa .....	71
Tabela 17 – População dos municípios da microrregião em 1991, 2000 e 2010 .....	71
Tabela 18 – IDHM dos municípios da microrregião em 1991, 2000 e 2010 .....	72
Tabela 19 – PIB e PIB per capita dos municípios da microrregião em 1990, 2000 e 2010 .....	72
Tabela 20 – VAB percentual dos municípios da microrregião em 1990, 2000 e 2010.....	72
Tabela 21 – Empregos, estabelecimentos e remuneração média em 1994, 2004 e 2014.....	89
Tabela 22 – Posição e variabilidade dos empregos na Campanha Central .....	90
Tabela 23 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos na Campanha Central.....	91
Tabela 24 – Posição e variabilidade da remuneração média na Campanha Central .....	92
Tabela 25 – Posição e variabilidade dos empregos na Campanha Meridional .....	93
Tabela 26 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos na Campanha Meridional.....	95

Tabela 27 – Posição e variabilidade da remuneração média na Campanha Meridional .....	96
Tabela 28 – Posição e variabilidade dos empregos na Campanha Ocidental.....	97
Tabela 29 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos na Campanha Ocidental.....	98
Tabela 30 – Posição e variabilidade da remuneração média na Campanha Ocidental.....	99
Tabela 31 – Posição e variabilidade dos empregos em Jaguarão .....	100
Tabela 32 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos em Jaguarão .....	101
Tabela 33 – Posição e variabilidade da remuneração média em Jaguarão .....	102
Tabela 34 – Posição e variabilidade dos empregos em Serras de Sudeste .....	103
Tabela 35 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos em Serras de Sudeste .....	104
Tabela 36 – Posição e variabilidade da remuneração média em Serras de Sudeste.....	105
Tabela 37 – Posição e variabilidade dos empregos em Santiago .....	106
Tabela 38 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos em Santiago .....	107
Tabela 39 – Posição e variabilidade da remuneração média em Santiago .....	108
Tabela 40 – Empregos: QL do setor de extrativa mineral.....	115
Tabela 41 – Estabelecimentos: QL do setor de extrativa mineral .....	116
Tabela 42 – Remuneração: QL do setor de extrativa mineral .....	117
Tabela 43 – Empregos: QL do setor da indústria de transformação .....	118
Tabela 44 – Estabelecimentos: QL do setor da indústria de transformação.....	119
Tabela 45 – Remuneração: QL do setor da indústria de transformação.....	120
Tabela 46 – Empregos: QL do setor de serviços industriais de utilidade pública.....	121
Tabela 47 – Estabelecimentos: QL do setor de serviços industriais de utilidade pública.....	122
Tabela 48 – Remuneração: QL do setor de serviços industriais de utilidade pública.....	123
Tabela 49 – Empregos: QL do setor da construção civil.....	124
Tabela 50 – Estabelecimentos: QL do setor da construção civil.....	125
Tabela 51 – Remuneração: QL do setor da construção civil.....	126
Tabela 52 – Empregos: QL do setor de comércio .....	127
Tabela 53 – Estabelecimentos: QL do setor de comércio .....	128
Tabela 54 – Remuneração: QL do setor de comércio .....	129
Tabela 55 – Empregos: QL do setor de serviços .....	130

Tabela 56 – Estabelecimentos: QL do setor de serviços .....	131
Tabela 57 – Remuneração: QL do setor de serviços .....	132
Tabela 58 – Empregos: QL do setor da administração pública.....	133
Tabela 59 – Estabelecimentos: QL do setor da administração pública .....	134
Tabela 60 – Remuneração: QL do setor da administração pública .....	135
Tabela 61 – Empregos: QL do setor da agropecuária .....	136
Tabela 62 – Estabelecimentos: QL do setor da agropecuária.....	137
Tabela 63 – Remuneração: QL do setor da agropecuária.....	138

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1.1 Definição do problema e justificativa de pesquisa</b> .....	<b>18</b>
<b>1.2 Objetivos e hipóteses do estudo</b> .....	<b>22</b>
<b>1.3 Estrutura do trabalho</b> .....	<b>23</b>
<b>2 ECONOMIA DO APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	<b>25</b>
<b>2.1 Economia e desenvolvimento</b> .....	<b>25</b>
<b>2.2 Estado e desenvolvimento</b> .....	<b>28</b>
<b>2.3 Espaço e desenvolvimento</b> .....	<b>29</b>
<b>2.4 Conhecimento e desenvolvimento</b> .....	<b>32</b>
<b>2.5 Inovação e desenvolvimento</b> .....	<b>33</b>
<b>3 A UNIPAMPA E SUA INSERÇÃO NA METADE SUL DO ESTADO</b> .....	<b>35</b>
<b>3.1 Planejamento público para a educação superior no Brasil e a Unipampa</b> .....	<b>35</b>
<b>3.2 Características regionais no entono da implantação da Unipampa</b> .....	<b>57</b>
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>73</b>
<b>4.1 Características e bases metodológicas</b> .....	<b>73</b>
<b>4.2 Definição do método de pesquisa e procedimentos</b> .....	<b>75</b>
<b>4.2.1 Estatística Descritiva</b> .....	<b>76</b>
<b>4.2.2 Quociente Locacional</b> .....	<b>78</b>
<b>4.3 Variáveis e fonte dos dados</b> .....	<b>80</b>
<b>5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>82</b>
<b>5.1 Análise da dinâmica regional</b> .....	<b>82</b>
<b>5.1.1 Tendência de 1994 a 2014: anos anteriores e recentes à Universidade</b> .....	<b>82</b>
<b>5.1.1.1 Empregos</b> .....	<b>83</b>
<b>5.1.1.2 Estabelecimentos</b> .....	<b>84</b>
<b>5.1.1.3 Remuneração</b> .....	<b>86</b>
<b>5.1.1.4 Discussões</b> .....	<b>88</b>

5.1.2 Variação de 1994 a 2014: comparativo dos municípios por microrregião .....	89
5.1.2.1 Campanha Central .....	89
5.1.2.2 Campanha Meridional.....	93
5.1.2.3 Campanha Ocidental .....	96
5.1.2.4 Jaguarão.....	99
5.1.2.5 Serras de Sudeste .....	102
5.1.2.6 Santiago .....	105
5.1.2.7 Discussões .....	108
5.1.3 Evolução de 1994 a 2014: setores de atividade econômica por municípios ....	114
5.1.3.1 Extrativa Mineral .....	114
5.1.3.2 Indústria de Transformação.....	117
5.1.3.3 Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	121
5.1.3.4 Construção Civil .....	123
5.1.3.5 Comércio.....	126
5.1.3.6 Serviços .....	130
5.1.3.7 Administração Pública .....	132
5.1.3.8 Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca .....	135
5.1.3.9 Discussões .....	139
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
6.1 A economia do conhecimento, o setor público e o desenvolvimento .....	141
6.2 A Unipampa e a inserção regional .....	143
6.3 A dinâmica econômica, o desenvolvimento regional e o aprendizado .....	145
REFERÊNCIAS .....	150
APÊNDICES .....	156

## **1 INTRODUÇÃO**

O primeiro capítulo deste estudo, em linhas gerais, trata da apresentação do tema em matéria. Apresentam-se, com base na contextualização posta em evidência, o problema que norteia a pesquisa e as razões que levam à realização desta. A partir disso, ficam definidos os objetivos a ser alcançados e as hipóteses a verificar. Por fim, é descrito o modo como está organizado o presente trabalho.

### **1.1 Definição do problema e justificativa de pesquisa**

As questões sobre crescimento econômico e desenvolvimento são pertinentes a qualquer território. Crescimento econômico pode pressupor avanços na economia em termos quantitativos, ao passo que desenvolvimento pode condizer com a melhoria das condições de vida da população em uma economia. No entendimento de Haddad (2001), o crescimento econômico implica em mais empregos, renda, bens e serviços, porém o desenvolvimento deve considerar elementos como a inclusão social, empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, aquisição de conhecimentos técnicos e culturais, além de uma vida longa e saudável com acesso aos recursos necessários a um bom padrão de vida.

Assim, enquanto um aparece como ligado ao crescimento das atividades produtivas; o outro está relacionado à melhoria da qualidade de vida. Todavia, o significado de desenvolvimento não é unânime, em vista de que consiste em algo mais complexo de definir e de mensurar. Ainda, o crescimento econômico pode ser considerado como a própria medida do desenvolvimento ou como condição para se chegar ao desenvolvimento.

O crescimento e o desenvolvimento, por fim, não são fenômenos divergentes, de modo a estar atrelados. Sabe-se que o desenvolvimento não se distribui de maneira equânime e não se manifesta de forma igual por todos os espaços, particularmente no caso brasileiro, em que são variadas as condições geográficas, históricas, culturais, econômicas e sociais que inscrevem diferenças a cada região. Nesse sentido, as indagações em economia regional referem-se ao entendimento dos desequilíbrios por meio do estudo da organização das atividades humanas em perspectiva do espaço aonde se inserem. O campo de economia regional, logo, destaca-se por vir a relevar aspectos locais na teoria econômica.

Ao entorno de desenvolvimento regional, o próprio conceito de região, segundo Amorim (2007), começou a ser utilizado com a finalidade de auxiliar a compreensão do desenvolvimento desigual em partes do território. Dentre importantes estudiosos que

desenvolveram trabalhos referentes à área de economia regional, encontram-se os que consideram o desenvolvimento regional como motivado por fatores exógenos à região e os que apontam elementos endógenos como propulsores do desenvolvimento, valorizando aspectos próprios da região. Contudo, pode ser que teorias e políticas de desenvolvimento regional mais atuais tenham superado esses dois extremos, mas fazem limítrofe com ambos, já que, conforme Bandeira (1999), elas requerem a integração de dois componentes, a saber, a organização econômica associada à organização setorial e à organização territorial.

A Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (RS) é usualmente identificada com baixo dinamismo econômico. A mesorregião compreende 105 municípios do extremo sul do estado, faz fronteira com Argentina e Uruguai, totaliza uma área de 154.100 km<sup>2</sup> e possui uma população de 2.749.170 habitantes, em 2015, conforme coleta de informações do IBGE (2016). Comparada ao restante do estado, a Metade Sul apresenta os menores índices de desenvolvimento.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 2013, a Metade Sul teve um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 63.713.643.513 e um PIB per capita de R\$ 23.768, situando-se abaixo da média estadual. Por sua vez, é de 0,686, em 2010, de acordo com dados do Atlas Brasil (2016), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o qual avalia os blocos educação, renda e longevidade. A economia da Metade Sul é pouco diversificada, tem potencialidade na agricultura e pecuária, mas sobretudo produz produtos com baixo valor agregado. Alguns estudos, inclusive, associam o desempenho inferior da mesorregião ao reduzido grau de empreendedorismo verificado nela (CANEVER et al., 2010).

Para reflexões acerca da dinâmica regional, mostra-se pertinente observar variáveis como o emprego, a renda e a criação de novas firmas, já que são componentes passíveis de fazer interface com aspectos quantitativos e qualitativos de uma economia. Além disso, em um processo de crescimento econômico e desenvolvimento, tanto o mercado quanto o Estado podem atuar em seu fomento. Acredita-se que uma política nacional de desenvolvimento deve estar integrada a estratégias de desenvolvimento regional.

Como conjuntura a respeito dos setores da economia e do mercado de trabalho em âmbito nacional, observa-se que, desde meados dos anos 80, tem ocorrido um aumento das ocupações no setor terciário em detrimento dos setores primário e secundário. Em especial, os serviços intensivos em conhecimento, dentre o crescimento do setor de serviços. Outro ponto relevante é que tem se verificado uma maior exigência quanto à especialização da mão de obra, a partir da década de 90, particularmente no setor industrial como fruto das mudanças tecnológicas, de acordo com Neri, Camargo e Reis (2000). Além disso, análises mais recentes

notam que a oferta de mão de obra qualificada cresceu substancialmente, entretanto também constatam que há um grupo crítico de jovens que não está no mercado de trabalho e nem está estudando (IPEA, 2013).

Em direção a essas circunstâncias, aponta-se para a chamada Economia do Conhecimento ou Economia do Aprendizado, sendo considerada como uma nova economia e mencionada como pilar chave para o desenvolvimento. Com base em Sicsú e Bolaño (2006), a busca de um desenvolvimento mais equilibrado perpassa por um repensar do estudo das cadeias do conhecimento que dão sustentação aos sistemas produtivos. De forma geral, a economia do conhecimento/aprendizado refere-se ao uso do conhecimento para gerar valores tangíveis e intangíveis.

A economia do conhecimento/aprendizado surge em meio ao contexto da globalização, marcado pela competição, por mercados e produtos em escala global, pela célere informação e seu acesso mais facilitado; e, em oposição a esse cenário, é dada a importância ao saber-fazer. Como característica fundamental, a economia do conhecimento releva um bem que não atende ao pressuposto da escassez, uma vez que consiste em algo que pode ampliar-se quando aplicado, produz informação e pode ser compartilhado. Dentre os recursos vitais para sustentá-la, situam-se os incentivos à educação e à pesquisa e desenvolvimento.

A economia baseada no conhecimento não é somente apoiada no setor industrial de alta tecnologia, mas serve a todos os setores, inclusive, à agropecuária. Em sua concepção, a teoria considera tanto o conhecimento codificado ou gerado, que diz respeito ao conhecimento que se adquire, quanto o conhecimento tácito, que representa aquele que reside com o indivíduo, como a experiência. Por fim, para a teoria, pode-se dizer que o sucesso da economia depende da capacidade de converter conhecimento em inovação.

Entrelaçando a contextualização apresentada até o momento, faz-se menção à Universidade Federal do Pampa (Unipampa), instituição pública de ensino superior, criada em 2008, com a proposta de atuação multicampi na mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. A criação da Unipampa perpassa a intenção de inserção regional e de contribuição ao desenvolvimento socioeconômico da região onde se insere, bem como vem a atender a um anseio da população por oferta de ensino superior gratuito e de qualidade em sua região. O estabelecimento da Unipampa deu-se no âmbito de políticas públicas para o desenvolvimento da educação no País, notadamente através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que passou a vigorar no ano de 2008, perante o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

A atuação do governo vem a complementar o sistema de mercado. Também ao Estado cabe a função alocativa, com relação ao fornecimento de bens e serviços públicos, buscando mobilizar recursos para o desenvolvimento. A educação revela-se como um recurso importante para elevar o bem-estar da sociedade, de modo a influir na promoção do acesso ao mercado de trabalho, na redução da desigualdade de renda e na competitividade das empresas (MENEZES FILHO, 2009).

Dessa forma, percebe-se ações de investimento público associadas à estratégia de desenvolvimento e ao propósito regional, diante da inclinação de o conhecimento impactar a economia e a sociedade, assim como fomentar sua autonomia. Então, é nesse sentido que este estudo empenha-se, fazendo a convergência das noções trazidas à tona, coloca-se em questionamento o seguinte problema: quais os impactos compreensíveis que se exprimem na transformação da economia regional, tendo a instalação da Universidade Federal do Pampa como parte de uma política de desenvolvimento?

A motivação para a realização da pesquisa centra-se na averiguação do que está representando a atuação da Unipampa em consonância com a economia da região, uma vez que o seu intuito enquadra-se dentre a questão de desenvolvimento regional. Embora seja sabido que variados fatores podem impelir sobre a economia e o desenvolvimento, a fundação da Universidade revela-se um acontecimento importante e interessante para a região, pois representa um investimento público, de ordem federal, expressivo, e de movimentação de recursos, que se verifica na região nas últimas décadas. Assim como, a educação está entre as demandas básicas mais imprescindíveis para a sociedade atual, que requer mais investimentos, ao lado de saúde e trabalho. O acesso ao ensino superior traz maiores perspectivas para a população local, possivelmente restando a saída dos jovens que antes não encontravam oportunidades em sua região, tais como de estudar, de trabalhar e de empreender.

A temática em torno da implantação da Unipampa e o seu impacto, bem como, em geral, do impacto sobre o desenvolvimento gerado pelas universidades públicas, que geralmente se caracterizam como uma grande estrutura, causa a curiosidade de pesquisadores, governos locais e comunidade, pois algumas mudanças são imediatamente evidentes e logo se deseja entender as instituições públicas de ensino como de fato transformadoras potenciais de desenvolvimento e de que modo isso acontece. Alguns estudos debruçaram-se em analisar o impacto da universidade sobre a questão econômica regional (HOFF; MARTIN; SOPEÑA, 2011; BOVO, 2013; SOUZA, 2015) por meio da movimentação dos recursos financeiros, expresso em gastos dos professores, funcionários e estudantes e em despesas da universidade. O intento desta pesquisa está próximo, no sentido da universidade e do desenvolvimento regional, mas se

diferencia em termos dos aspectos teóricos e metodológicos empregados, produzindo outra maneira de abordar o tema e quantificá-lo, uma vez que toma a economia do aprendizado e trabalha sobre a economia regional, com a finalidade de sinalizar o impacto da universidade com base na dinâmica econômica da região ao longo do tempo, haja vista que a Unipampa chega-se a completar uma década de existência.

Por conta disso tudo, mostra-se pertinente realizar um diagnóstico sobre a economia regional, buscando apontar a feição de como as externalidades produzidas pelo conhecimento podem ser aproveitadas, caminhando para uma real inserção regional. Dessa maneira, a pesquisa almeja contribuir para a compreensão dessa dinâmica, as oportunidades e os desafios para o desenvolvimento.

## **1.2 Objetivos e hipóteses do estudo**

Tendo em vista o questionamento proposto anteriormente, o objetivo geral do estudo consiste em realizar uma análise evolutiva da economia da região onde a Universidade Federal do Pampa se insere. Ao perseguir este objetivo central, é essencial satisfazer os dois seguintes objetivos específicos:

- caracterizar a Universidade Federal do Pampa e a região onde ela se insere;
- analisar a dinâmica da economia regional no período anterior e posterior à implantação da Universidade.

A partir do contexto apresentado e do que foi exposto como questão de pesquisa e dos objetivos a ser cumpridos, o estudo apóia-se em alguns resultados esperados, já que tem por base uma aproximação entre a atuação da universidade e a economia regional:

- i) a instalação da Universidade Federal do Pampa impactou positivamente a economia da sua região;
- ii) a economia da região direciona-se para uma economia de aprendizado, em que o conhecimento dinamiza os setores econômicos, influenciando com relação à criação de novas empresas e à geração de emprego e renda.

### 1.3 Estrutura do trabalho

Após terem sido apresentados os aspectos introdutórios do trabalho neste primeiro capítulo, em que foi situado o problema de pesquisa e a relevância do estudo proposto, como também os objetivos e as premissas que dirigem o trabalho, prossegue-se a indicação da forma como ele está organizado para tratar dos próximos aspectos relativos ao seu desenvolvimento e finalização.

O capítulo 2 da pesquisa diz respeito ao referencial teórico adotado. A abordagem do estudo fundamenta-se em referenciais que pretendem o entendimento e a argumentação sobre a economia do aprendizado e o desenvolvimento regional, portanto, fundamentalmente desdobrando o fenômeno do desenvolvimento de forma relacionada à economia, ao Estado, ao espaço, ao conhecimento e à inovação.

No terceiro capítulo, situa-se a criação da Universidade Federal do Pampa na mesorregião Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. De um lado, faz-se um apanhado dos planos políticos mais recentes, que trazem as diretrizes e metas para educação superior brasileira, e dos orçamentos públicos, que provisionam a destinação de recursos financeiros para as despesas de investimento e de custeio do ensino superior. Em meio a isso, então, relata-se a concepção da Universidade e a sua evolução em números e em qualidade. Por outro lado, são vistas as características históricas, geográficas, culturais, sociais e econômicas que delineiam a Metade Sul do estado, relevando os detalhes que identificam a região de estabelecimento da Unipampa, sendo considerados os 30 municípios enquadrados em cinco microrregiões que envolvem as 10 unidades universitárias que compõem a Universidade e, além disso, inclui-se uma sexta microrregião da Metade Sul, com nove municípios, que não contém unidade da Unipampa, mas que tem a finalidade de respaldar um comparativo sobre a instalação da Universidade.

O próximo capítulo, o quarto, refere-se aos aspectos metodológicos aplicados nesta pesquisa. Dessa maneira, trata-se da descrição e da explanação do tipo de estudo elaborado, contendo os métodos e procedimentos adotados, as variáveis consideradas para apreender a dinâmica econômica (vínculos empregatícios, estabelecimentos ativos e a remuneração média dos trabalhadores), e a respectiva fonte dos dados coletados.

Em seguida, no quinto capítulo, realiza-se a apresentação dos resultados obtidos, a partir do tratamento dos dados, procedendo-se à observação gráfica, tabular e numérica para discutir a tendência, a variação e a evolução com o fim de abarcar possíveis transformações econômicas

que ocorreram nos municípios das microrregiões analisadas no decorrer de duas décadas, ou seja, considerado o período de 1994 a 2014.

O sexto capítulo, o último do trabalho, traz as considerações finais que puderam ser extraídas e admitidas perante os resultados encontrados e os referenciais teóricos e bibliográficos que serviram de base. Sem a pretensão de encerrar e determinar uma conclusão do impacto da Universidade ao desenvolvimento regional até o momento, a finalização do trabalho vai ao encontro da reflexão sobre a direção de uma nova economia, que é a economia do aprendizado.

## **2 ECONOMIA DO APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Esta seção busca trazer um apanhado bibliográfico e teórico que venha a consubstanciar a análise sobre desenvolvimento econômico regional e a Universidade Federal do Pampa. Para isso, a matéria de economia do aprendizado e desenvolvimento regional foi desconstruída para o entendimento, sob a perspectiva econômica, das relações entre o desenvolvimento e a economia, o setor público, o elemento espacial, o conhecimento e a inovação.

### **2.1 Economia e desenvolvimento**

A Economia é a ciência que trata da governança e alocação de recursos escassos. Basicamente, está segmentada entre dois grandes campos de estudo: a microeconomia e a macroeconomia. Enquanto a microeconomia trata de questões mais individualizadas, como a tomada de decisões das famílias e empresas, a macroeconomia volta-se para o funcionamento do conjunto da economia, abrangendo matérias como inflação, desemprego, crescimento, investimento agregado, gastos do governo, entre outras. Essas duas grandes áreas não são excludentes e englobam diversos ramos de trabalho dentro da ciência econômica que foram evidenciando-se, tais como os que serão abordados de modo conciso nessa pesquisa: economia do setor público, economia regional e economia do aprendizado.

Pode-se dizer que o alcance de crescimento e desenvolvimento são dois fenômenos agregados que se encontram entre as principais preocupações da vida econômica, contempladas na disciplina de economia do desenvolvimento. Esse debate é longo, havendo economistas mais teóricos que consideram crescimento e desenvolvimento como sinônimos, o que transparece nas ideias de James Meade, Robert Solow, Roy Harrod, Evsey Domar e Nicholas Kaldor; ao contrário de uma visão mais empírica, em que crescimento pode ser condição necessária para o desenvolvimento, mas não suficiente, refletida por economistas como Arthur Lewis, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal e Ragnar Nurkse (SOUZA, 2005). De um lado, a primeira noção é de que o crescimento econômico gera automaticamente a melhoria dos padrões de vida, por meio de maior renda circulando na economia, de forma que o desenvolvimento econômico pode resultar do progresso científico e tecnológico e do processo de industrialização e modernização (SOUZA, 2005; VEIGA, 2006). Por outro lado, o crescimento significa mudanças quantitativas do produto na economia e o desenvolvimento, mudanças qualitativas acerca do padrão de vida da sociedade, assim referindo-se à qualidade de vida da população, bem como à qualidade das instituições e das estruturas produtivas de uma economia (SOUZA, 2005).

Considera-se, por fim, então que “o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade”, com base em Brandão (2008, p. 3). Esse processo deve ser promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc.), de modo a fortalecer a autonomia e a ação dos seus agentes.

A questão sobre desenvolvimento no mundo ascendeu diante da percepção de desigualdades e crises econômicas. De acordo com Souza (2005), no século XIX, poucas nações eram industrializadas e a concentração de renda e de riqueza destacaram a diferença entre países ricos e pobres. Ao lado disso, já no século XX, a Grande Depressão trouxe à tona o problema do desemprego e a questão da intervenção do Estado, o qual arcou investimentos para contornar os problemas gerados pela crise. A noção de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ainda, tornou-se mais perceptível com a aplicação da Contabilidade Nacional, através da comparação entre as rendas per capita dos países.

Contudo, sob influência do pensamento de Amartya Sen<sup>1</sup>, a comparação com base na renda per capita não seria um bom parâmetro para avaliar o desenvolvimento dos países, haja vista que, embora apresente elevada renda per capita, a população ainda pode ter privações quanto à vida social, política e econômica (VEIGA, 2006). Até o momento, o Produto Interno Bruto (PIB) era tido como medida do bem-estar econômico de uma sociedade, mas ante o anseio por alguma medida que fosse capaz de expressar melhor a amplitude do desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) veio a complementar-se às comparações com base na renda per capita, sendo apresentado, em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O PIB baseia-se nas transações econômicas, de maneira que expressa quantitativamente a atividade produtiva interna. Este indicador é definido como “o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período”, com base em Mankiw (2001, p. 496), assim representando a renda e a despesa agregada ao mesmo tempo. O PIB per capita, então, ao ponderar o número de habitantes, aponta a renda média da população. Enquanto, o IDH é composto de três dimensões significantes para o desenvolvimento humano: saúde, educação e renda. De modo que se apóia na liberdade das pessoas em ter vida longa e saudável, acesso ao conhecimento, e um padrão de vida digno, considerando dados de expectativa de vida, escolaridade da população e renda per capita. No Brasil, em 2012, lançou-se a criação do

---

<sup>1</sup> SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é semelhante ao IDH em concepção, porém tem a finalidade de corresponder à realidade brasileira, utilizando os dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o cálculo do indicador a todos os municípios do País.

Ainda, dentre os agregados macroeconômicos, é pertinente observar as atividades produtivas que geram valor na economia, podendo-se determinar a contribuição de cada setor de atividade com base no cálculo do Valor Adicionado Bruto (VAB), o qual indica a parcela de agregação de valor ao produto final, excetuando-se o consumo intermediário. Sabe-se que são classificados, conforme o modo de produção, três setores de atividade econômica: o primário, caracterizado pela extração de matérias-primas, em que se enquadram a agricultura, a pecuária e o extrativismo; o secundário, onde ocorre a transformação da matéria-prima em produtos intermediários ou finais, um processo executado pelas unidades industriais; e o terciário, que engloba todos os serviços.

O setor de serviços entrelaça-se aos outros, à medida que atende o fornecimento de matérias-primas, apóia o processo realizado pelas indústrias e, ainda, presta-se diretamente ao consumidor final. Assim como, as famílias, as firmas e o Estado necessitam dos serviços. Geralmente, os serviços estão ligados à urbanização e, logo, em uma sociedade de consumo e técnico-científico informacional, diz-se que, a economia tende a migrar relativamente para este setor, conferindo-lhe peso crescente na composição do produto. Ocorre que, nos primórdios, as atividades primárias abasteciam a economia, de forma independente, com produtos pouco processados, não havendo divisão social do trabalho; porém, com o melhoramento técnico, surge a industrialização e modernização, desvencilhando etapas para a produção dos bens finais. E, após certo desdobramento da industrialização, acredita-se que os serviços venham a adquirir maior expressividade, ampliando-se espacialmente do centro para a periferia (LIMA; ROCHA, 2009). Além disso, isso seria reflexo do capitalismo tardio, aumentando a distância espaço-temporal entre meios de produção e consumo, em que a supressão de postos de trabalho induz as ocupações no setor terciário (MANDEL, 1985; LIMA; ROCHA, 2009).

No Brasil, em linhas gerais, desde meados dos anos 80, tem se verificado aumento das ocupações no setor terciário. Outro ponto, sobre o mercado de trabalho brasileiro, é a maior exigência quanto à especialização da mão de obra, a partir da década de 90, particularmente no setor industrial como fruto das mudanças tecnológicas, segundo Neri, Camargo e Reis (2000). Apesar de pressionar o aumento do nível de qualificação da mão de obra, isso também aumenta a concorrência por trabalho, a marginalização dos não qualificados e o desemprego. Estudos recentes têm mostrado que a oferta de mão de obra qualificada cresceu substancialmente.

Todavia, também constataram que há um grupo crítico de jovens que não está no mercado de trabalho e nem na escola (IPEA, 2013). Assim, mesmo que o setor terciário seja bastante desenvolvido em economias mais maduras, de um lado, costuma-se considerar a informalidade como característica bastante presente nesse setor, além de ocupações de caráter instável e baixa remuneração. Por outro lado, o mercado informal já não tem sido visto tão à margem, podendo significar um primeiro passo para empreender e opção em momentos de baixa atividade produtiva e desemprego.

## **2.2 Estado e desenvolvimento**

O pressuposto de mercado perfeito não é válido na realidade, uma vez que se encontram falhas que impedem-no de operar eficientemente, como a falta de informação e de mobilidade dos recursos produtivos, implicando um ambiente permeado de riscos e incertezas. Por isso, o setor público pode intervir para compensar as insuficiências do mercado, buscando melhor alocar o fornecimento de bens e serviços indispensáveis ao bem-estar da sociedade.

Como principais falhas do mecanismo de mercado, pode-se citar a indivisibilidade do produto, o custo de produção decrescente e as externalidades. Cabe tratar particularmente sobre as externalidades, pois estas podem indicar efeitos externos negativos bem como positivos. A externalidade advém do fato de que os preços de mercado não refletem completamente os custos e os benefícios, pois certa parte vai além dos efeitos internos, gerando perdas ou ganhos coletivos. Os efeitos externos correspondem a desequilíbrios de mercado, tornando ineficiente a alocação dos recursos e a distribuição dos bens entre produtores e consumidores. Um exemplo de externalidade negativa é a poluição do ar pela emissão de substâncias tóxicas no processo produtivo de determinadas indústrias, ao passo que a pesquisa científica pode ser entendida como uma externalidade positiva, à medida que a informação e o conhecimento gerados podem ser aproveitados por outras pessoas.

Dessa forma, o governo pode atuar sobre as externalidades por meio de multas, incentivos, campanhas de conscientização, criação de leis, entre outras formas. A participação do governo pode posicionar-se para conter externalidades negativas como também fomentar externalidades positivas, por exemplo, a educação:

O governo poderá também, através dos mecanismos de incentivos e de gastos, contribuir para a diminuição das externalidades negativas e criar um grupo de atividades que propicie à sociedade uma série de externalidades positivas. Investimentos feitos, por exemplo, na área de educação trarão à sociedade como um todo maiores benefícios, que por sua vez causarão externalidades positivas à medida

que se tem uma sociedade mais educada, instruída e com melhores opções de emprego. Da mesma forma, atividades produtivas que criem mais empregos, mais renda, que ajudem no combate aos desequilíbrios regionais que, enfim, tragam melhorias significativas à qualidade de vida da população devem ser também incentivadas e/ou até mesmo desenvolvidas pelo setor público (RIANI, 1986, p. 37).

Sendo assim, algumas atividades são indispensáveis para o desenvolvimento do País e o bem-estar da sociedade, as quais poderiam não ser oferecidas suficientemente pelo mercado. Portanto, são três as funções básicas exercidas pelo setor público: alocação dos recursos (alocativa), distribuição da renda e da riqueza (distributiva) e estabilização econômica (estabilizadora). Dentre sua primeira função, está a oferta de bens sociais, como no caso da educação, que, devido sua importância, complementa-se à oferta pelo setor privado (RIANI, 1986; GIAMBIAGI; ALÉM, 2011).

Para promover ações nesse sentido, o Estado pode valer-se de política fiscal, no que concerne a gastos (despesas) e tributos (receitas). Com base nos gastos públicos, então, o governo desempenha uma série de prioridades quanto à manutenção de serviços básicos e aos investimentos. A programação dessas despesas dá-se por meio do orçamento público, divididas na categoria de despesas correntes e de despesas de capital. As despesas correntes caracterizam os gastos fixos do governo, incluídos o pagamento de pessoal, o consumo e a manutenção, enquanto as despesas de capital compõem-se dos investimentos na forma de obras e instalações. Quanto maiores foram os gastos com despesas correntes, menor poderá ser a capacidade de poupança e de investimento por parte do governo. Além disso, um ajuste fiscal pode ocasionar redução da demanda agregada e conseqüente retração do crescimento econômico, enquanto uma política fiscal expansionista poderia impulsionar o desenvolvimento proporcionalmente acima dos gastos empenhados. Portanto, nota-se que o orçamento público decorre entre aspectos políticos, econômicos, financeiros e administrativos.

### **2.3 Espaço e desenvolvimento**

O desenvolvimento não acontece de modo homogêneo por todo espaço, determinando desigualdades regionais. Também, a distribuição das atividades econômicas não é uniforme. Ao encontro disso, a área de economia regional dedica-se ao entendimento dos desequilíbrios, por meio do estudo da organização das atividades humanas, em perspectiva do espaço aonde se inserem. Isard (1956) propôs o termo ciência regional, ao notar que era preciso um tipo geral de análise teórica e empírica que abordasse o fenômeno espacial.

O espaço econômico, segundo Souza (1981, p. 75), diz respeito ao “espaço das atividades econômicas e dos lugares geográficos”. Já o termo região é utilizado correntemente para designar lugares diferentes uns dos outros, que possui uma identidade territorial, marcada por uma composição de elementos ambientais, históricos, sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, ao contrário da escola clássica e neoclássica, a economia regional vem a relevar a análise espacial na teoria econômica. O interesse em estudos regionais ascendeu quando foi percebido que a industrialização e a urbanização motivavam e influenciavam a localização das firmas em direção à concentração do mercado consumidor e do mercado de mão de obra, acentuando a distinção entre centro e periferia, de acordo com Souza (1981).

Em suma, conforme Monasterio e Cavalcante (2011), a evolução do pensamento econômico regional reflete, em diferentes períodos, a influência de determinadas teorias do desenvolvimento econômico<sup>2</sup>: Marshall (1890), sobre os distritos industriais; Schumpeter (1911), no que concerne à inovação; Keynes (1936), referente à intervenção estatal; e, por fim, dos evolucionistas (1988), a respeito de adaptação e fatores endógenos. Em um primeiro momento, até por volta de 1955, identifica-se a escola alemã, representada pelos trabalhos de referência de Von Thünen (1826), Weber (1909), Christaller (1933), Lösch (1940), e, a escola norte-americana, com Isard (1956), os quais condizem com as chamadas teorias clássicas da localização, com enfoque sobre o papel dos custos de transporte. Em seguida, aparecem teorias inclinadas a fatores de aglomeração, tais como em Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958), e North (1959). Contudo, a partir de 1980, não é possível identificar um domínio de uma linha de pensamento ou outra, tendo em vista que um caráter mais interdisciplinar toma conta do campo teórico em economia regional, ressaltando-se tanto o desdobramento da aplicação de modelos matemáticos quanto a abordagem de aspectos mais intangíveis como instituições e capital social, de acordo com Monasterio e Cavalcante (2011).

De modo geral, duas concepções evidenciam-se acerca de políticas regionais para o desenvolvimento, particularmente no caso brasileiro. Situando-se as que consideram o desenvolvimento como sendo motivado por fatores exógenos à região e as que apontam elementos endógenos como propulsores do desenvolvimento regional. De acordo com Diniz e Crocco (2006), os anos 1970 demarcam a transição da preponderância do pensamento da

---

<sup>2</sup> Marshall (1890): Princípios de economia; Schumpeter (1911): Teoria do desenvolvimento econômico; Keynes (1936): Teoria geral; Dosi, Freeman et al. (1988): Evolucionistas; Von Thünen (1826): O Estado isolado; Weber (1909): Teoria da localização das indústrias; Christaller (1933): Os lugares centrais; Lösch (1940): A ordem espacial da economia; Isard (1956): Localização e economia espacial; Perroux (1955): Pólos de crescimento; Myrdal (1957): Causação circular e cumulativa; Hirschman (1958): Efeitos para frente e para trás; North (1959): Base exportadora.

primeira corrente para a consideração de um caráter descentralizado e focado na produtividade endógena das economias regionais. No primeiro caso, atenta-se que o Estado pode desempenhar importante papel no provimento de ações benéficas ao desenvolvimento regional, em que se justifica sua influência keynesiana. Enquanto, no outro, as pessoas e demais agentes são peças fundamentais para o progresso, em que cada local criaria as condições para o desenvolvimento segundo suas especificidades.

A idéia de desenvolvimento econômico exógeno tem a Teoria dos Pólos de Crescimento e a Teoria da Base Exportadora dentre seus exemplos coerentes. A teoria dos pólos de crescimento, desenvolvida por François Perroux, em 1955, sugere que o crescimento econômico manifesta-se e dissemina-se em pólos, sendo por meio desses pólos que o crescimento alcança outras regiões, através de canais de transporte, comunicação e comércio. Por sua vez, a teoria da base exportadora, defendida por Douglass North, em 1959, enfatiza que as atividades de exportação possibilitam reduzir custos médios e aumentar lucros e investimentos, de forma que promoveriam diversificação setorial, ao invés do mercado interno da região, que não seria suficiente para manter um crescimento elevado, com base em Souza (1981; 2005).

Com relação à visão endógena de crescimento, esta dá ênfase à competitividade, sendo relevantes a inovação, as economias de conhecimento e os mecanismos facilitadores desses processos (DINIZ; CROCCO, 2006). A compreensão de desenvolvimento econômico endógeno é a seguinte:

Do ponto de vista regional o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

Ainda, pode ser que teorias e políticas de desenvolvimento regional mais atuais tenham superado esses dois eixos, já que, conforme Bandeira (1999), elas requerem a integração de dois componentes, a saber, a organização econômica associada à organização setorial e à organização territorial. Logo, um terceiro momento é identificado a partir do final dos anos 1990, segundo Diniz e Crocco (2006), que leva em conta o contexto global e setorial, exigindo a coordenação de vários atores (horizontal) e entre diversos níveis de ação (vertical). Para estes autores (p. 30), como parte de uma política horizontal e universal, a melhoria educacional deveria estar também orientada para as condições e potencialidades regionais.

## 2.4 Conhecimento e desenvolvimento

A produtividade também pode significar um indicador de desenvolvimento, tendo o capital humano como um de seus determinantes. Primordialmente porque, na economia, o capital humano tem a propriedade de aumentar a capacidade para produção de bens e serviços. O capital humano refere-se ao conhecimento e às habilidades adquiridas pelos trabalhadores por meio da educação, do treinamento e da experiência (MANKIWI, 2001).

Na chamada Economia do Conhecimento, o capital humano prepondera sobre o capital físico. O conhecimento é um ativo intangível e acredita-se que seja o principal fator de produção do século XXI. Por isso, aponta-se como recurso chave para o desenvolvimento, de modo que dá sustentação aos sistemas produtivos e gera valores tangíveis e intangíveis. A economia baseada no conhecimento surge em meio ao contexto da globalização, marcado pela competição, mercados e produtos em escala global, célere informação e acesso mais facilitado; e, em oposição a esse cenário, então, dá-se importância ao saber-fazer.

Apesar de aparecer, assim, vinculado à economia, há uma lógica particular estabelecida, pois o conhecimento não segue o pressuposto da escassez, amplia-se mediante sua aplicação, pode ser compartilhado e tem como resultado a informação. Fundamentalmente, para que seja sustentado, o conhecimento depende dos incentivos em educação e em pesquisa e desenvolvimento.

Conforme Mankiw (2001), a educação representa investimento em capital humano, sendo importante para o desenvolvimento de um país no longo prazo. Também a pesquisa e desenvolvimento são significantes, relacionando-se ao avanço técnico-científico. O Estado, visando à melhoria do padrão de vida, tem interesse em intervir para proporcionar um bom ensino e incentivo a seu uso pela população, bem como para fomentar a pesquisa e desenvolvimento. Isso porque o capital humano possui externalidades positivas.

A economia baseada no conhecimento não se refere somente ao setor industrial de alta tecnologia, mas serve a todos os setores. Em sua concepção, ela considera tanto o conhecimento codificado ou gerado, que diz respeito ao conhecimento que se adquire, quanto o conhecimento tácito, que representa aquele que reside com o indivíduo e tem influência do seu meio sociocultural, como a experiência vinda da prática. Para a teoria, por fim, o sucesso da economia depende da capacidade de converter conhecimento em inovação (BRINKLEY, 2006).

Dessa forma, conhecimento condiz com aprendizado. A aprendizagem possui caráter cumulativo e interativo, envolvendo a criação e a difusão de conhecimento. Haja vista a

aquisição, compartilhamento, disseminação e aplicação do conhecimento, que crescem a experiência. Em uma nova economia, então, pode-se dizer que conhecimento, empreendedorismo e inovação alinham-se e contribuem incisivamente para o desenvolvimento.

## **2.5 Inovação e desenvolvimento**

Não se encontra uma definição geral para o que se designa empreendedorismo, porém algumas características são comumente mencionadas na composição de seu significado: formação de novas empresas, inovação, liderança, assumir riscos, criatividade, intuição, entre outras. O papel do empreendedor é trazido à tona nos estudos de Schumpeter, o qual, destacadamente, associa o componente da inovação à ação empreendedora. Para Schumpeter (1997), a figura do empreendedor pode estar presente no empresário, empregado, gerente, diretor, promovedor, investidor, etc. e se manifestar em diversos tipos de atividades; enfim, refere-se ao indivíduo que realmente toma decisões estratégicas e altera um caminho tradicional, cuja função distinta é realizar combinações novas.

Conforme Schumpeter (1997, p. 78), descontinuamente em meio a novas combinações de meios produtivos, erige determinado ciclo de desenvolvimento. “[...] o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não”. Ao encontro disso, o empreendedorismo é visto como instigante ao desenvolvimento econômico, podendo trazer oportunidades para dinamizar regiões mais atrasadas. De acordo com Souza (2005), na visão schumpeteriana, enquanto novos produtos e processos estiverem sendo adotados pelo empreendedor, a economia estará em crescimento. Por conseguinte, os investimentos em máquinas e em capacitação tecnológica dinamizam a economia em virtude dos efeitos de encadeamento que gera sobre a produção e o emprego.

O enfoque coloca-se na produção e não no consumo. Além de possuir caráter endógeno e evolucionário, visto que envolve um processo de adaptação, relacionado ao que chama de destruição criadora, onde as firmas não inovadoras vão cedendo espaço para as inovadoras. Também, o crescimento ocorre, em longo prazo, na forma de ciclos: ascensão, recessão, depressão e recuperação. De tal modo, novos processos e produtos levam à ascensão que, após alcançar seu limite, declinam ocasionando queda acentuada do produto, até que venha a recuperar-se novamente com novas combinações e torne a crescer. A respeito do ciclo de prosperidade com o papel dos pioneiros na inovação e dos seguidores:

O desenvolvimento schumpeteriano desenrola-se progressivamente, porque as inovações não se distribuem uniformemente no tempo; elas se manifestam mais intensamente em alguns períodos. O aparecimento dos inovadores abre o caminho para novos empreendimentos e facilita o surgimento de novos empresários. As dificuldades dos negócios tornam-se decrescentes pela ação dos pioneiros. Os empresários de capacidade mediana podem entrar nos negócios com a remoção dos obstáculos iniciais. A abertura de um mercado externo, por exemplo, facilita as exportações tanto para as empresas do mesmo ramo, como para as de outros segmentos da economia. Os pioneiros dão o exemplo e são imitados. Eles sinalizam a existência de lucro em determinados setores e levam outros empresários a entrar no mesmo negócio ou em atividades correlatas (SOUZA, 2005, p. 135).

Ainda, com base em Souza (2005, p. 139), nos países subdesenvolvidos, o governo pode desempenhar ações inovadoras e moderar a deficiência de investimentos. Todavia, a adoção de políticas sociais sem respaldo do crescimento econômico eleva os custos e desmotiva ainda mais os investimentos.

O desenvolvimento regional pode acelerar-se com a mobilização dos agentes locais, a fim de aproveitar as potencialidades de crescimento existentes. Assim, empresas, universidades, governos locais e empresários potenciais podem unir-se em torno de novas iniciativas, para implantar empresas, produzir novos produtos, abrir novos mercados e criar novos empregos. Essa interação gera um processo de aprendizagem, aproveita as externalidades potenciais existentes e contribui para o surgimento de rendimentos crescentes (SOUZA, 2005, p. 141).

Por fim, em Canever et al. (2010), os autores propuseram um modelo que relaciona o empreendedorismo aos seus determinantes e consequências, tendo, como fundamentação para a análise, a disparidade de desenvolvimento entre a Metade Norte e Sul do RS. Sendo assim, identificaram que variáveis econômicas, institucionais e demográficas influenciam o grau de empreendedorismo (representado pela taxa de criação de novas empresas) que, por sua vez, possui efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico e humano (com base na renda per capita e no índice de desenvolvimento humano) em nível municipal.

### **3 A UNIPAMPA E SUA INSERÇÃO NA METADE SUL DO ESTADO**

A pauta central deste terceiro capítulo é a convergência da situação dos planos para a educação superior brasileira, da Universidade Federal do Pampa e da região de estabelecimento desta Universidade.

#### **3.1 Planejamento público para a educação superior no Brasil e a Unipampa**

A Constituição Federativa do Brasil dispõe sobre a educação em seu Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Tal como expresso, a educação é um direito social e está entre os deveres do Estado, em que se destaca a sua responsabilidade em assegurar a educação básica obrigatória e gratuita e o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística. O ensino também pode provir da iniciativa privada, desde que sejam cumpridas as normas gerais da educação nacional, haja autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público e tenha capacidade de autofinanciamento. Assim, a educação revela-se uma questão pertinente à sociedade e à economia, de modo que o planejamento e o investimento público para a educação devem ser refletidos.

A lei que disciplina a educação escolar, tanto a educação básica quanto a educação superior, no Brasil, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Esta lei regulamenta a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) por parte da União, em colaboração com as esferas estadual e municipal, no qual devem estar definidas diretrizes e metas, articuladas para os diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, para o período de uma década (BRASIL, 1996). Os PNEs consistem em planos de ação do Estado, em longo prazo, concebidos em conjunto com a sociedade, dada a participação de diversos segmentos interessados com a causa da educação em rodadas de seminários e conferências realizadas pelo País. A partir da LDB de 1996, em uma reestruturação da política educacional no País, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei 10.172/2001.

Para o decênio 2001-2010, quatro são os objetivos principais do primeiro PNE: i) elevação do nível de escolaridade da população; ii) melhoria da qualidade da educação; iii)

democratização educacional, em termos sociais e regionais; e iv) democratização da gestão do ensino público (BRASIL, 2001). Este Plano reforça o compromisso com a educação básica, no sentido de uma preocupação com as gerações futuras, aliás, sustenta a idéia de que a atenção com a educação superior reverte-se em qualidade para o ensino básico. O PNE 2001-2010 reconhece a demanda crescente por ensino superior em momento de intensa exigência por qualificação no trabalho e vê a importância de aumentar a oferta de vagas por meio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Seguiu-se, após, o PNE 2011-2020, dado pelo Projeto de Lei nº 8.035/2010, o qual contém a visão de articular as ações para o ensino das crianças, jovens e adultos, bem como a proposição de superar a desigualdade e a exclusão, tendo a educação como principal medida para promover o desenvolvimento do País. Nesse sentido, são dez as suas diretrizes: i) erradicação do analfabetismo; ii) universalização do atendimento escolar; iii) superação das desigualdades educacionais; iv) melhoria da qualidade do ensino; v) formação para o trabalho; vi) promoção da sustentabilidade socioambiental; vii) promoção humanística, científica e tecnológica do País; viii) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto; ix) valorização dos profissionais da educação; e x) difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 2010).

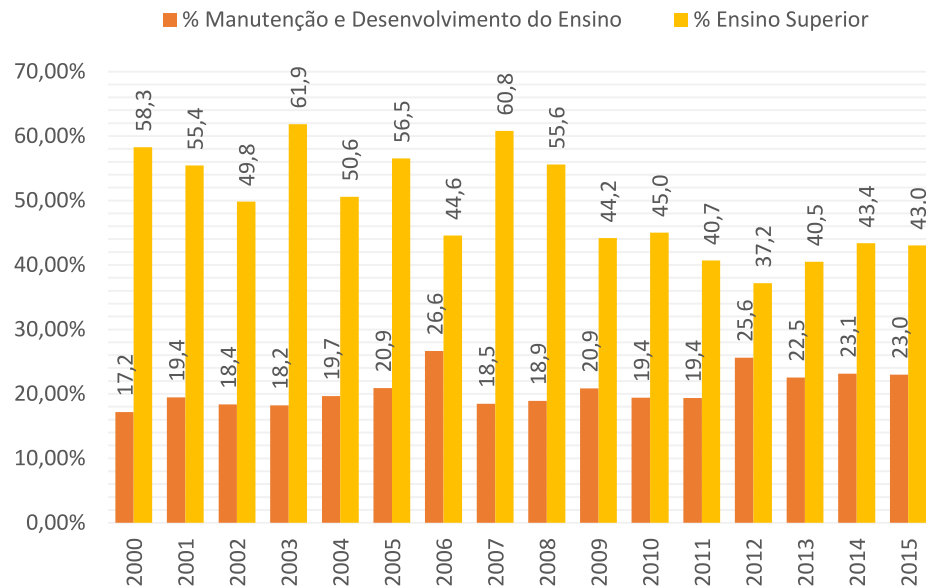
Por conseguinte, mesmo antes da conclusão do plano antecedente, o PNE 2014-2024 foi lançado, através da Lei nº 13.005/2014, em vista de aprimorar e revisar algumas metas, visando a proceder à avaliação e ao acompanhamento do Plano. Por isso, não há acentuadas mudanças em relação às diretrizes do plano anterior e a proposta central é avançar no acesso e na qualidade da educação e, em especial, motivar maior articulação entre os entes federativos (BRASIL, 2014). Assim, identifica-se que o primeiro plano, PNE 2001-2010, traz uma visão de compromisso com os problemas do presente, enquanto o plano seguinte, PNE 2011-2010, quer a construção da capacitação para o futuro. O plano atualmente vigente, PNE 2014-2024, por sua vez, deseja avanços e maior participação e colaboração para isso. O Apêndice A deste estudo contém um destaque das metas destes PNEs, sendo o total de 20 metas para os dois últimos planos e a apresentação de um resumo das metas do primeiro, além disso, estão realçadas em sombreado as metas relacionadas ao ensino superior.

Para o funcionamento dos planos, sobre os aspectos financeiros, primeiramente, de acordo com a LDB, os recursos públicos para o financiamento da educação serão derivados de receita de impostos próprios da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, de receita de transferências constitucionais e outras transferências, de receita do salário-educação

e de outras contribuições sociais, de receita de incentivos fiscais, e de outros recursos previstos em lei. As receitas de impostos da União, por exemplo, resultam dos seguintes: Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Exportação (IE), Imposto sobre Rendas (IR), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro (IOF-Ouro). Ao passo que, as despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino referem-se a material de consumo, equipamentos e material permanente, contratações e vencimentos de pessoal, concessão de bolsas de estudos, entre outras.

Ainda, fica estabelecido na LDB que a União deve aplicar não menos do que 18% ao ano em manutenção e desenvolvimento do ensino público; enquanto o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, 25%. A previsão de impostos e transferências destinadas às ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, em 2015, foi de R\$ 51.201.307 e de R\$ 18.116.48 quanto a outras receitas adicionais. Enquanto que as despesas com ações típicas do ensino somaram R\$ 66.047.162. Nesse ano, a União destinou aproximadamente 23,0% das receitas para financiamento do ensino e as ações para o ensino superior, somente, corresponderam a 43,0% do valor das despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso do ensino superior, inclui-se as despesas de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. O Gráfico 1 apresenta o percentual (%) de receitas de impostos que a União aplicou em manutenção e desenvolvimento do ensino ao longo de 2000 a 2015, assim como a porção apenas de despesas com ações típicas do ensino superior.

Gráfico 1 – Financiamento público federal em ensino como % das receitas de impostos

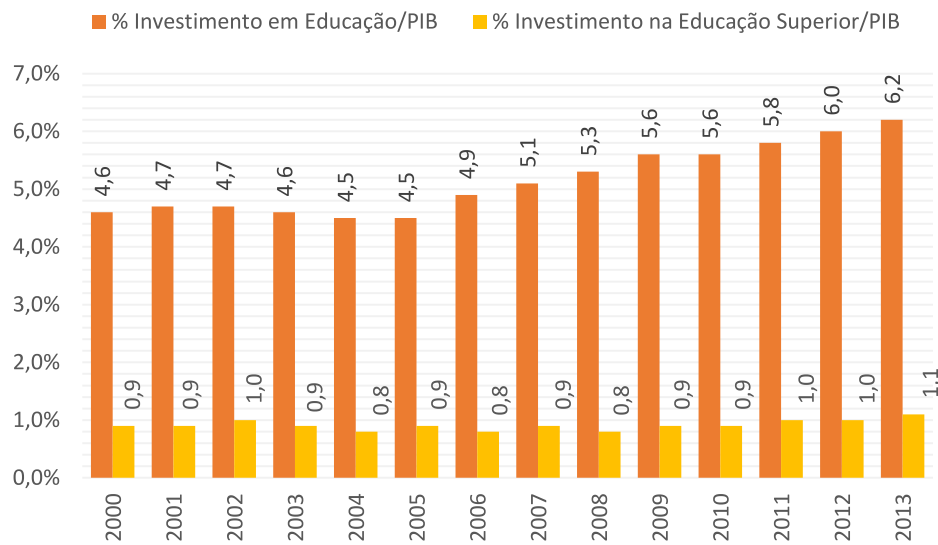


Fonte: Elaborado com base em dados da STN (2016).

A observação do Gráfico 1 pode expressar moderada elevação da destinação de receitas de impostos para fins de manutenção e desenvolvimento do ensino ao longo do período, ocorrendo percentuais bastante altos em 2006 e em 2012. É significativo o volume de despesas com ações típicas do ensino superior, mas o comportamento é decrescente no período, de modo que chegou a representar mais de 50% das despesas totais até 2008, passando a situar-se em torno de 42% a partir deste momento.

Deve-se considerar também que a Emenda Constitucional nº 59, do ano de 2009, acrescenta ao Art. 214 da Constituição Federal, a respeito do PNE, o inciso VI que determina o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB (BRASIL, 2009). O investimento destina-se a diversos programas de apoio e fomento a educação. Logo, o primeiro PNE não deixa claro o quanto investirá na educação, em termos de meta quantitativa, ao passo que os PNEs seguintes têm como alvo investir ao menos 7% do PIB e chegar a 10% do PIB de investimento público na educação até o final do decênio, em 2024. O Gráfico 2 demonstra a percentagem que a União aplicou na forma de investimento em educação no período 2000-2013, bem como a parcela do investimento voltada para a educação superior. No último ano observado, foi investido o equivalente a 6,2% do PIB em educação, sendo a parcela de 1,1% somente no ensino superior e a de 5,1%, então, nos níveis básico de ensino e outras modalidades.

Gráfico 2 – Investimento público federal em educação como % do PIB



Fonte: Elaborado com base em dados do INEP (2016a).

A respeito dos investimentos em educação, como parte do PIB, há aumento ao longo dos anos, particularmente a partir de 2007, quando ultrapassa os 5% do PIB. Entretanto, quanto ao investimento referente à educação superior, este não corresponde a maior parcela do investimento total e o seu crescimento aparece bastante discreto no período. Logo, a partir dos Gráficos 1 e 2, nota-se a tendência de maiores esforços, em nível nacional, na destinação de recursos públicos para financiamento e para investimento na educação.

No que se refere à educação superior, esta abrange considerável montante de recursos para manutenção e desenvolvimento, apesar de apresentar redução no período. Além disso, a fração de investimentos aplicados na educação superior é menor do que na educação básica, embora haja elevação no período, acompanhando o aumento dos investimentos totais. Isto é, em termos de recursos financeiros, a educação superior exige maior financiamento, mas a educação básica em geral necessita de maior investimento proporcionalmente.

Comparando os gastos com custeio e investimento a partir do Orçamento Geral da União, sob a responsabilidade da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, está previsto, para 2016, o total de R\$ 22.088.037.013 em educação, composto por 90,32% de despesas de custeio e 9,68% de despesas de investimento. Em relação ao montante total de custeio do orçamento, a União aplica 20,10% em educação, e, comparativamente ao previsto em investimento, as despesas na educação correspondem a 6,39%. Sobre o valor total do orçamento desse ano, 16,64% representa a quantia relativa à

educação. Houve queda dos valores aplicados em relação a 2015, em que foram gastos R\$ 31.750.945.358 com educação, compondo 20,19% do total orçado, segundo dados da SOF (2016).

Além disso, considerando os gastos públicos sociais, apenas referentes à educação, à saúde e ao trabalho, a União despense em média 38,28% do valor total orçado, de 2011 a 2016, correspondente a R\$ 50.283.887.473, sendo 79,33% em despesas de custeio e 20,67% em despesas de investimento. A maior parte destes gastos dedica-se à saúde, 20,64% em média. Em segundo lugar, está a educação, com 16,79% do total, e o trabalho fica com 0,85%, no período. Porém, dentre as três áreas, a educação aufere maior investimento, 15,48%; enquanto a saúde, 10%, e o trabalho, 0,17%. Assim, ao lado da saúde, a educação é bastante representativa no orçamento da União.

De tal modo, a política brasileira para a educação realiza-se sob o escopo do Ministério da Educação (MEC). Como órgão da administração federal direta, cabe ao MEC a promoção do ensino e sua qualidade, já que formula e executa políticas, tratando de assuntos da política nacional de educação, da educação infantil, da educação em geral (ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância), da avaliação, informação e pesquisa educacional, da pesquisa e extensão universitária, do magistério, e da assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes, conforme o Decreto nº 7.690/2012 (BRASIL, 2012a). Ao lado deste Ministério, atua como órgão assessor o Conselho Nacional de Educação (CNE).

A respeito do ensino superior, a Secretaria de Educação Superior (SESu) é a unidade da administração direta do MEC responsável pelo desenvolvimento deste assunto específico, aplicando programas e ações como, por exemplo: Programa de Bolsa Permanência (PBP), Sistema de Seleção Unificada (SiSu), Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), Programa de Educação Tutorial (PET), Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), Programas de Residências em Saúde (Residência Médica e Residência Multiprofissional), entre outros.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Fundação Joaquim Nabuco e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) constituem importantes vínculos com o MEC, no sentido de atender diferenciados serviços que assistem ao

desenvolvimento da educação brasileira. Também, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) \_Universidades Federais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)\_ , são entidades vinculadas ao MEC, como parte da administração indireta, executoras da atividade de ensino, pesquisa e extensão, podendo estar constituídas na forma de autarquia ou de fundação pública.

A Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa) teve sua criação pautada no programa de expansão das universidades federais no Brasil, o denominado Reuni, promulgado em 2007, através do Decreto nº 6.096, com a finalidade de apoiar a ampliação do acesso e a permanência na educação superior, em nível de graduação (BRASIL, 2007), apresentando-se como um meio de ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE (2007) veio a agir de maneira complementar ao PNE 2001-2010, definindo um conjunto de programas, afirmado em uma visão sistêmica da educação, ou seja, os programas elaborados articulam os diferentes níveis e modalidades do ensino tratando-os como um processo integrado, em oposição a uma visão fragmentada entre eles. Além disso, o sentido é alinhar educação e desenvolvimento na busca da redução de desigualdades sociais e regionais.

A meta do Reuni é elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e a relação de alunos por professor para 18. Esse alcance perpassa o aumento das vagas para ingresso, em especial, no turno noturno, a ocupação de vagas ociosas, a redução das taxas de evasão, a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica, entre outras diretrizes. O referido programa prevê o apoio por meio da disponibilização de recursos financeiros, através do MEC, para construção e readequação de infraestrutura e equipamentos, compra de bens e serviços, e despesas de custeio e pessoal (BRASIL, 2007).

Os planos, em geral, partem de um diagnóstico, em que as metas definidas visam a defrontar estatísticas que expressam situações não ideais. Conforme Censos da Educação Superior, no Brasil, no ano de 2006, havia apenas 12,9% de matrículas da população de 18 a 24 anos de idade no ensino superior, além disso, a maior parte desses estudantes correspondia às famílias de renda mais alta (INEP, 2016b). Em 2001, essa taxa era de 9,2%, passando para 17,7% em 2014, além disso, cresceu a taxa líquida de matrícula das famílias de renda baixa e média nos últimos anos. O número total de alunos matriculados na educação superior, em 2001, era de 3.030.754, chegou a 4.676.646 em 2006, e até o ano de 2014 são registrados 6.486.171 alunos. Destes, em 2006, 26% estavam na rede pública e 74% na rede privada, ao passo que em 2014 são 28% do ensino público e 72% do ensino privado. E, em relação aos alunos da rede

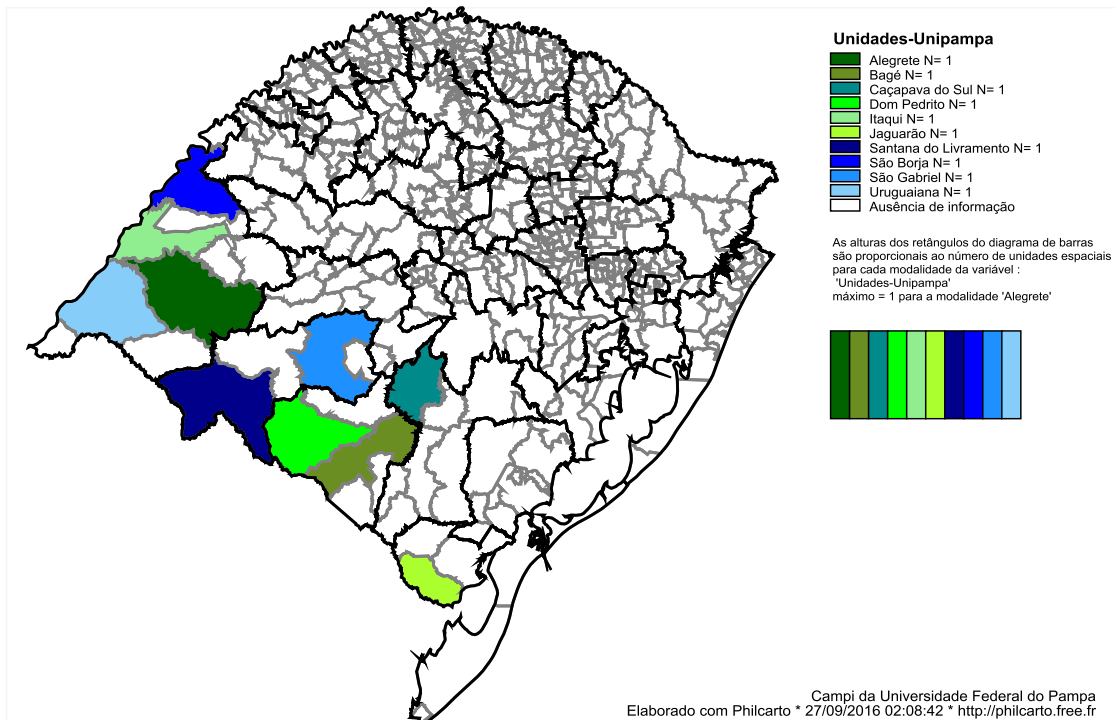
federal, o percentual de matriculados era de 13% em 2006, comparativamente ao total de matriculados, e passou para 17% em 2014. Considerando o total de alunos na rede pública, as instituições públicas federais representam 59% em 2014, enquanto eram 49% em 2006 (INEP, 2016b).

Em tal caso, a elevação do número de alunos matriculados no ensino superior foi de 114% no período 2001 a 2014 e, somente na rede federal, esse aumento foi de 115%, embora o crescimento na rede privada tenha sido maior, de 123%. Por fim, no âmbito do Reuni, do ano de 2007 ao primeiro semestre de 2016, foram criadas dez novas universidades públicas federais no Brasil, passando de 53 para 63 em número. No Rio Grande do Sul, em particular, até 2014, atuam seis universidades federais, sendo duas na capital e quatro no interior do estado.

A instituição da Unipampa deu-se em 2008 com a publicação da Lei nº 11.640, estabelecendo a sua atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul e o seu objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária (BRASIL, 2008). Antes disso, as bases de fundação da Unipampa já estavam sendo instauradas, por meio de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que foi firmado no segundo semestre de 2005. Então, em 2006, começa o funcionamento dos primeiros cursos de graduação, sendo a UFSM responsável pela implantação dos campi nos municípios de Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, enquanto os campi de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento ficaram sob o amparo da UFPEL. Em 2007, montou-se uma comissão de trabalho para a constituição da nova universidade, implicando a criação da Unipampa em 2008, através da referida lei, na forma de fundação pública.

Situada na Metade Sul do estado, a Unipampa está disposta em 10 campi ao todo (Figura 1), nos municípios mencionados acima, que em seu início estavam sob a tutela da UFSM e da UFPEL, e sendo a reitoria localizada no campus de Bagé. A Unipampa tem um caráter descentralizado e integrado ao mesmo tempo. Além disso, as áreas de conhecimento estão distribuídas e inter-relacionadas por campus.

Figura 1 – Unidades da Unipampa

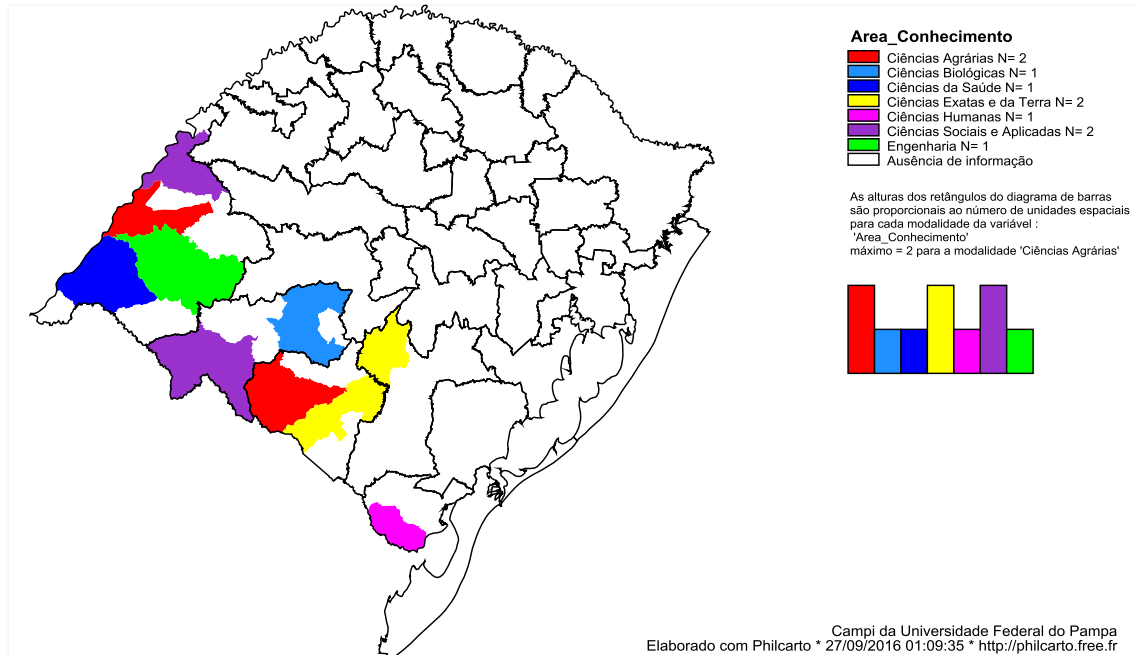


Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016a).

Nota: Linhas na cor preta representam a divisão por microrregiões geográficas e linhas na cor cinza indicam a divisão territorial dos municípios.

Pode-se dizer que as unidades acadêmicas, da forma como estão constituídas atualmente, ficam representadas pelas seguintes áreas (Figura 2), tendo mais de 50% dos cursos na área referida. Mas, de modo não excludente e integrado a outras, conforme o Quadro 1. A instituição conta com cursos que já abrangem as nove grandes áreas de conhecimento da classificação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq): Ciências Exatas e da Terra (CET), Ciências Biológicas (CB), Engenharias (E), Ciências da Saúde (CS), Ciências Agrárias (CA), Ciências Sociais Aplicadas (CSA), Ciências Humanas (CH), Linguística, Letras e Artes (LLA), e Outros (O).

Figura 2 – Distribuição da Unipampa em áreas de conhecimento representativas



Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016b).

Nota: Linhas na cor preta representam a divisão por microrregiões geográficas.

Por isso, será visto que é significativo o número de cursos e de alunos nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, de Ciências Sociais Aplicadas, e de Ciências Agrárias. Atenta-se que, apesar da classificação em determinada área, muitos cursos apresentam interface multidisciplinar, que refere-se à área de conhecimento do CNPq denominada como Outros (O).

Quadro 1 – Campi da Unipampa e áreas de conhecimento representativas

Campus	Áreas de Conhecimento	
Alegrete	Engenharia (E)	CET; CA
Bagé	Ciências Exatas e da Terra (CET)	LLA; E; CA
Caçapava do Sul	Ciências Exatas e da Terra (CET)	E
Dom Pedrito	Ciências Agrárias (CA)	CH; CET
Itaqui	Ciências Agrárias (CA)	O; CET; CS
Jaguarão	Ciências Humanas (CH)	CSA; LLA
Santana do Livramento	Ciências Sociais Aplicadas (CSA)	O
São Borja	Ciências Sociais e Aplicadas (CSA)	CH
São Gabriel	Ciências Biológicas (CB)	CA
Uruguaiana	Ciências da Saúde (CS)	CA; CET

Fonte: Elaborado com base em dados da Unipampa (2016b).

A Unipampa define, em seu Projeto Institucional de 2009 a 2013, a missão de “promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e

capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país” (UNIPAMPA, 2016a, p. 10). E tem por visão “constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país” (Ibid., p. 11). Observa-se um veemente propósito ligado ao desenvolvimento regional, bem como parte do desenvolvimento em nível nacional, de modo que isso deve ficar expresso em suas atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência, e de gestão, a partir de que toma como princípios orientadores três eixos envolvidos com o desenvolvimento humano, sustentável e regional:

- i) formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade;
- ii) excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas;
- iii) sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma nação justa e democrática.

Logo, assume o conhecimento como potencial transformador, tendo preocupação, de forma relacionada, com o sujeito que está formando, com o saber que está construindo e com o papel que desempenha na comunidade. Assim como, o conhecimento revela-se assimilado com o sentido de uma visão contemporânea de: pensamento crítico e reflexivo, diálogo e democracia, inclusão, autonomia, sujeito ativo e dinâmico, processo permanente, interdisciplinaridade, diversidade e pluralidade cultural, ciência e tecnologia, colaboração e cooperação, renovação, e inovação. Isso, por sua vez, condiz com “formar sujeitos da própria história” (Ibid., p. 10), o que é afirmado como seu maior compromisso no seu primeiro projeto institucional.

Verifica-se que a Universidade está em consonância com os fundamentos do PNE 2001-2010 e do PDE (2007) principalmente. Em seu plano institucional para os primeiros cinco anos de atuação, são determinadas ações nesse contexto, a fim de estabelecer suas bases, destacando-se alguns dos objetivos: i) no ensino: desenvolver ações interdisciplinares entre os diferentes

cursos da instituição, contribuindo para uma formação generalista; apoiar a integração entre os cursos e dos cursos com a comunidade local, nacional e internacional e com a educação básica; consolidar o ensino de pós-graduação; consolidar o ensino na modalidade de Educação a Distância (EAD); ii) na pesquisa: criar, ampliar e consolidar atividades de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional, em diferentes áreas do saber, visando à produção, aplicação e disseminação do conhecimento de maneira ética e sustentável; criar condições para a participação da universidade em empreendimentos com o setor público ou privado; iii) na extensão: aproximar a Unipampa da sociedade em geral, compreendendo a cultura local e regional, numa perspectiva interdisciplinar apoiada no constante diálogo com saberes científico e popular; iv) assistência estudantil: colaborar na institucionalização da política de educação inclusiva e de garantia do cumprimento do direito à educação superior dos estudantes com necessidades educacionais especiais; v) gestão: promover a interação com atores buscando definir pauta comum que insira a Unipampa no esforço pelo desenvolvimento regional e oriente as atividades institucionais.

Além desses objetivos, haviam muitos outros, visto que a Unipampa encontrava-se no início de sua construção, necessitando de diversas ações básicas, tais como estrutura física, gestão, comunicação, entre outras. Os avanços podem ser percebidos até mesmo através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) seguinte, para 2014 a 2018, com a elaboração de novos e desafiadores objetivos e metas. Nota-se que a Unipampa ressalta um ideal de futuro e globalização para os próximos cinco anos, alterando em parte sua missão e visão, de modo que reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento, mas agora diante dos adjetivos regional, nacional e internacional, e com a capacitação de agentes para atuar nesse sentido. O adjetivo internacional refere-se especialmente a sua situação em região de fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai.

Dentre os novos objetivos, vem a intenção de aperfeiçoar o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a educação a distância, de implantar uma editora universitária, de participar e qualificar-se em projetos de inovação, de internacionalização através de cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, de oferecer condições culturais, esportivas e de lazer, de ações para a qualificação profissional na área de acessibilidade, de aperfeiçoar comunicação interna e externa, de ofertar serviços e soluções de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a comunidade universitária, etc., conforme Unipampa (2016c). Entre outros propósitos, portanto, vê-se a Universidade com uma expressão mais aguçada de teor humanista e social, centrada na capacitação e comunicação, com visão de futuro, voltada para o global, estando preocupada com um sujeito mais

participativo, como também reforça o envolvimento com a inovação, inclusive através da ciência e projetos intensivos em conhecimento.

Pode-se dizer, então, que a Unipampa prosperou de forma rápida, em números e em qualidade sobre o que propôs, que, com o comprometimento, tende a afirmar expansão, excelência e identidade. A observação de alguns dados em perspectiva histórica vai ao encontro disso. Inicialmente, destaca-se que a Unipampa detém o conceito quatro desde 2010, quanto ao Índice Geral de Cursos (IGC), um indicador de qualidade das instituições de ensino superior, cuja avaliação é realizada pelo INEP.

Atualmente, a Universidade Federal do Pampa dispõe de 65 opções de cursos de graduação, com base na oferta do processo seletivo de 2016, perfazendo 3.180 vagas. Dentre as opções de cursos superiores, são 42 na modalidade de bacharelado, 17 licenciaturas e 6 cursos tecnológicos. Os cursos de Direito e de Medicina são os mais recentes, com início das turmas em 2015 e em 2016, respectivamente. Mais de 70% dos cursos oferecidos apresentam conceito quatro e 5% deles possuem conceito cinco, conforme Conceito Preliminar de Curso (CPC), que configura-se em um indicador de qualidade na avaliação dos cursos superiores no País, sendo também coordenado pelo INEP.

Quanto ao período de funcionamento dos cursos, 58% deles ocorrem em turno integral e 38%, em turno noturno, além de um curso com oferta no período da manhã e de outro somente com turma no período vespertino. Ressalta-se que a oferta de cursos em turno noturno foi relevada em função de atender o acesso de estudantes que possuem jornada de trabalho durante o dia, como fica explícito diante dos objetivos contidos nos PNEs. Em média, os cursos oferecem 50 vagas e o processo seletivo para o ingresso na Universidade é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o qual considera as notas que o candidato obteve na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ingresso na Universidade, através do SiSU, ocorre desde o ano de 2010 e a Instituição somente participa da primeira edição do sistema a cada ano. Do total de vagas ofertadas, cerca de 47% correspondem à ampla concorrência e 53%, a ações de políticas afirmativas, resumidamente sendo estas compostas por 50% de vagas, no âmbito da Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012b), a candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, e por 3% de vagas reservadas a candidatos com deficiência. Além disso, outra forma de ingresso ocorre por meio de edital complementar, o qual pode conter as opções de reingresso, reopção, portador de diploma, transferência interna e externa, e outras, tais como

uruguayos fronteiriços e indígenas aldeados, que foram programas realizados em processos seletivos do ano de 2012.

Em seu início, em 2006, foram criados 30 cursos de graduação, sendo oferecidas 1.500 vagas, que, por fim, totalizou 1.534 alunos matriculados. Em 2009, houve a criação de mais 12 cursos e, de 2009 a 2012, outros dez cursos foram iniciados. No final do ano de 2015, apurou-se o total de 12.110 alunos matriculados na Unipampa, distribuídos entre 64 opções de cursos e 3.120 vagas disponibilizadas através do SiSU (UNIPAMPA, 2016a, 2016c, 2016d). Há, ainda, a expectativa de implantação de novos cursos em nível de graduação, que contemplam diversas áreas do conhecimento, tais como Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Engenharia de Materiais, Gastronomia, Interdisciplinar em Artes, Licenciatura em Educação Especial, Licenciatura em Filosofia, Meteorologia, Química Industrial, Tecnologia em Comércio Exterior, entre outros (UNIPAMPA, 2016c).

Entre os Campi, a oferta da graduação está disposta da seguinte forma:

Tabela 1 – Número de cursos de graduação e de alunos matriculados na Unipampa

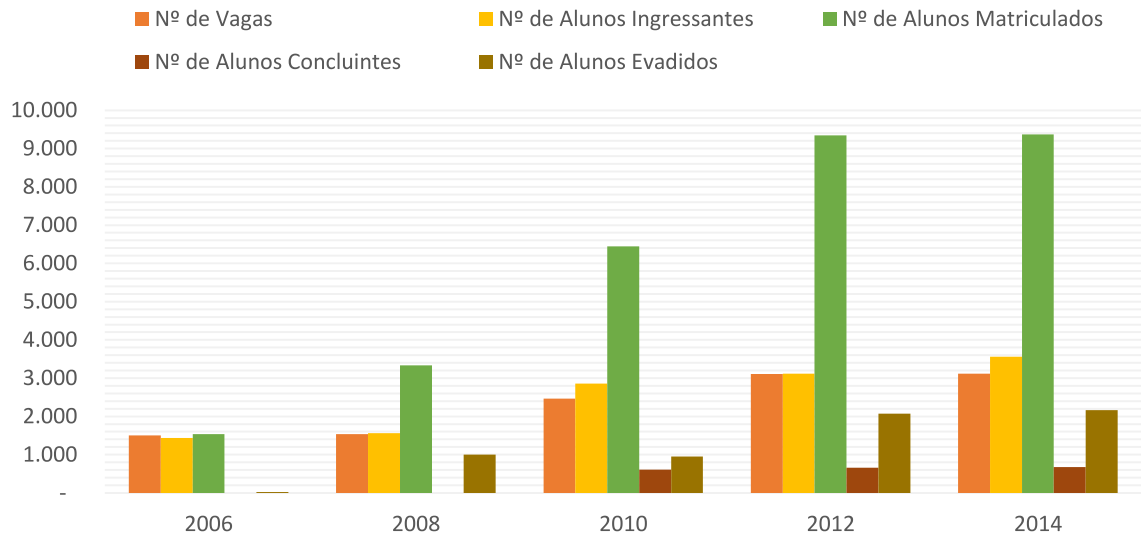
Campus	Nº de Cursos de Graduação em 2016		Nº de Alunos Matriculados em 2015	
	Nº	%	Nº	%
Alegrete	7	10,8%	1.550	12,8%
Bagé	11	16,9%	2.058	17,0%
Caçapava do Sul	5	7,7%	750	6,2%
Dom Pedrito	5	7,7%	904	7,5%
Itaqui	7	10,8%	1.301	10,7%
Jaguarão	5	7,7%	772	6,4%
Santana do Livramento	6	9,2%	1.204	9,9%
São Borja	6	9,2%	1.128	9,3%
São Gabriel	5	7,7%	726	6,0%
Uruguaiana	8	12,3%	1.717	14,2%
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.110</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016b, 2016d).

Os campi com maior número de alunos, influenciados pela quantidade de cursos que possuem, são: Bagé, Uruguaiana, Alegrete e Itaqui. A evolução da Unipampa é positiva em termos de acesso ao ensino superior, visto que é crescente o número de vagas, de alunos ingressantes e de alunos matriculados. Todavia, a taxa média de conclusão é de apenas 19%, embora se considere que as primeiras turmas de formandos ocorreram no ano de 2010 e que há cursos que tiveram início mais recentemente, ainda não completando o seu ciclo de formação. A evasão é um aspecto negativo, atingindo um percentual de 23% dos estudantes. Entre os motivos da evasão de alunos, está a retenção escolar, particularmente na área de ciências exatas, manifestando-se nas formas de abandono do curso, cancelamento, transferência, transferência

interna por reopção de curso, etc. O Gráfico 3 permite visualizar a evolução dos dados mencionados, a cada dois anos, de 2006 a 2014.

Gráfico 3 – Evolução do número de vagas e de alunos da graduação na Unipampa



Fonte: Elaborado com base em dados da Unipampa (2016e).

O problema da evasão não é um caso restrito à Universidade, pois se estima uma média de cerca de 22% dessa ocorrência em nível nacional. Por isso, muitas ações desenvolvidas na Unipampa, subsidiadas por programas em âmbito federal, agem nesse sentido, visando ao fomento da permanência na educação superior. Tal como o Programa de Assistência Estudantil (PNAES), promovido pela SESu/MEC, que também ancora o Programa de Bolsas de Permanência (PBP), cujo auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada compreende as modalidades de auxílio-alimentação, auxílio-moradia e auxílio-transporte. Além deste, há o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), em que os alunos bolsistas são remunerados em atividades de iniciação à pesquisa, iniciação à extensão, iniciação ao ensino, e iniciação à gestão acadêmica. Enfatiza-se, ainda, a construção de casas de estudante e de restaurantes universitários nos campi da Unipampa, conforme o Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro e o Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, respectivamente (UNIPAMPA, 2016f). Na Tabela 2, nota-se a abrangência de estudantes atendidos por esses programas na Universidade, compondo o total de 3.167 auxílios concedidos a 1.303 alunos, ou seja, a 11% dos alunos da Universidade, no início do ano de 2016. Embora o percentual de auxílios recebidos esteja concentrado nos campi com maior número de alunos, os Campi São Gabriel e Caçapava do Sul

são os que atendem maior percentual de alunos em relação ao total, sendo 20% e 16%, respectivamente.

Tabela 2 – Números do programa de auxílio à permanência na Unipampa

<b>Campus</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Nº de Auxílios</b>		<b>Alimentação</b>	<b>Moradia</b>	<b>Transporte</b>
Alegrete	98	226	7%	97	72	57
Bagé	241	626	20%	238	152	236
Caçapava do Sul	119	317	10%	124	85	108
Dom Pedrito	112	271	9%	106	61	104
Itaqui	102	247	8%	99	62	86
Jaguarão	70	147	5%	68	45	34
Santana do Livramento	44	61	2%	44	0	17
São Borja	126	298	9%	117	69	112
São Gabriel	142	352	11%	127	88	137
Uruguaiana	249	622	20%	239	146	237
<b>Total</b>	<b>1.303</b>	<b>3.167</b>	<b>100%</b>	<b>1.259</b>	<b>780</b>	<b>1.128</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016d).

O PBDA, por sua vez, não se respalda somente no apoio à permanência, pois também representa o fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como contribui para avanços na qualificação acadêmica e profissional dos envolvidos (professores, estudantes e outros). Por isso, é importante observar mais alguns dados acadêmicos da Unipampa (2016e). Em 2014, haviam 107 grupos de pesquisa atuantes, distribuídos nas seguintes áreas: Ciências Agrárias (20); Ciências da Saúde (20); Ciências Exatas e da Terra (15); Engenharias (13); Ciências Biológicas (11); Ciências Humanas (11); Linguística, Letras e Artes (9); Ciências Sociais e Aplicadas (8). No ano de 2008, estavam sendo realizados 128 projetos de pesquisa e 76 projetos de extensão, passando, três anos depois, para 721 e 185 projetos em pesquisa e em extensão, respectivamente. Em 2015, 1.202 projetos estavam em andamento, no conjunto das categorias de ensino, pesquisa e extensão. Na observação por campi, tem-se o seguinte:

Tabela 3 – Números do programa de desenvolvimento acadêmico na Unipampa

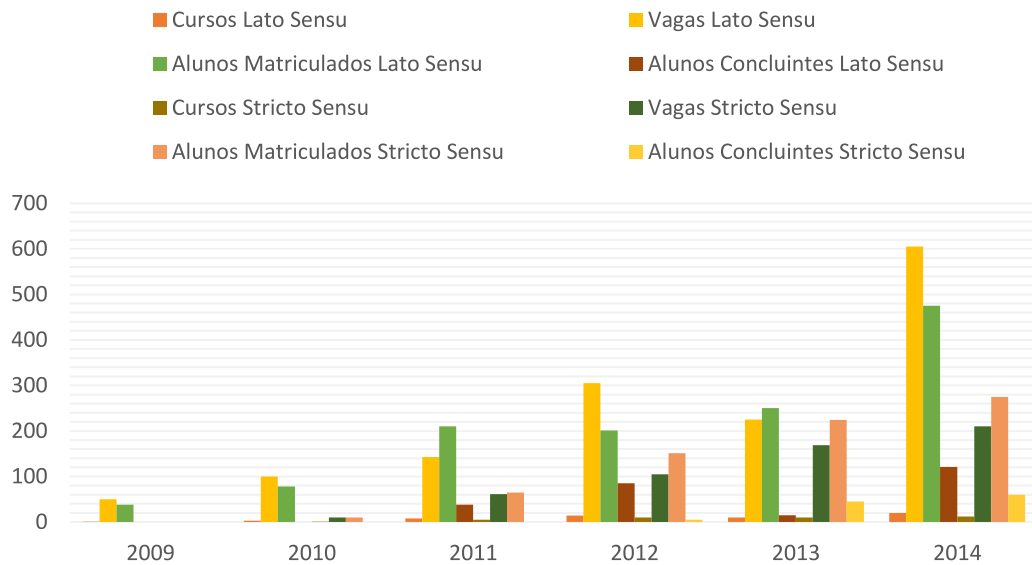
Campus	Ensino		Pesquisa		Extensão		Total	
Alegrete	23	9%	97	14%	17	6%	137	11%
Bagé	51	21%	107	15%	29	11%	187	16%
Caçapava do Sul	12	5%	35	5%	15	6%	62	5%
Dom Pedrito	28	11%	35	5%	44	17%	107	9%
Itaqui	34	14%	72	10%	20	8%	126	10%
Jaguarão	4	2%	19	3%	12	5%	35	3%
Santana do Livramento	11	4%	23	3%	16	6%	50	4%
São Borja	16	7%	45	6%	29	11%	90	7%
São Gabriel	11	4%	50	7%	19	7%	80	7%
Uruguaiana	56	23%	211	30%	61	23%	328	27%
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>100%</b>	<b>694</b>	<b>100%</b>	<b>262</b>	<b>100%</b>	<b>1.202</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016d).

Corroborando a expansão da Unipampa e seus avanços qualitativos, a pós-graduação começou efetivamente no ano de 2009, em caráter Lato Sensu, com a turma do curso de Especialização em Ciência e Tecnologia – Ensino de Física e Matemática, no Campus Bagé. Na modalidade Stricto Sensu, o primeiro curso iniciou-se em 2010, com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, no Campus Alegrete, em nível de mestrado acadêmico. E o primeiro doutorado da Universidade foi concedido, em 2013, para o Programa de Pós-Graduação em Bioquímica, no Campus Uruguaiana. Recentemente, foi aprovado o Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada no Campus Bagé e o Mestrado Acadêmico e Doutorado em Ciências Fisiológicas no Campus Uruguaiana, com previsão de início das turmas em 2017.

Registra-se, no ano de 2014, o número de 20 cursos de pós-graduação lato sensu na Unipampa. Quanto à pós-graduação stricto sensu, nos primeiros meses de 2016, há 14 cursos em funcionamento, entre mestrados profissionais, mestrados acadêmicos e doutorados. O número total de matriculados na pós-graduação, em 2014, é de 750, sendo 475 estudantes em cursos lato sensu e 275 em cursos stricto sensu, que contabiliza o número de 131 bolsas concedidas para os cursos acadêmicos desse nível. O Gráfico 4 elucida a evolução da pós-graduação, por meio do qual se percebe que a pós-graduação stricto sensu cresceu rapidamente, apesar de a pós-graduação lato sensu destacar-se em número. Vê-se que a proporção de concluintes está muito abaixo do número de vagas oferecidas e de alunos matriculados, no caso da pós-graduação lato sensu.

Gráfico 4 – Evolução do número de vagas e de alunos da pós-graduação na Unipampa



Fonte: Elaborado com base em dados da Unipampa (2016e).

Ao final de 2015 e início de 2016, constata-se o número de 1.075 alunos matriculados na pós-graduação entre os 10 campi da Universidade (Tabela 4), em que o Campus de Jaguarão abriga maior proporção de alunos, onde há nove cursos de especialização e um mestrado profissional.

Tabela 4 – Número de cursos de pós-graduação e de alunos matriculados na Unipampa

Campus	Nº de Cursos de Pós-Graduação em 2016		Nº de Alunos Matriculados em 2015	
	Nº	%	Nº	%
Alegrete	3	6,1%	79	7,3%
Bagé	5	10,2%	90	8,4%
Caçapava do Sul	2	4,1%	56	5,2%
Dom Pedrito	4	8,2%	38	3,5%
Itaqui	1	2,0%	12	1,1%
Jaguarão	10	20,4%	294	27,3%
Santana do Livramento	4	8,2%	71	6,6%
São Borja	5	10,2%	93	8,7%
São Gabriel	4	8,2%	80	7,4%
Uruguaiana	11	22,4%	262	24,4%
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.075</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016b, 2016d).

Além de conter 12.110 alunos de graduação e 1.075 na pós-graduação, existem 204 alunos matriculados na categoria de alunos especiais em ambos os níveis do ensino superior, desse modo há 13.403 estudantes vinculados à Universidade atualmente. Assim como, sobre seus objetivos de internacionalização, até 2014, 162 alunos estavam em programas de estudos

no exterior e 20 alunos referiam-se a estrangeiros estudando em suas unidades (UNIPAMPA, 2016d). De acordo com pesquisa sobre o perfil de seus estudantes, realizada em 2008, contida em Unipampa (2016a), constatou-se que maior parte dos alunos (65,6%) são de origem do município onde o campus da Unipampa está instalado, que 31,0% são oriundos de outros municípios do Rio Grande do Sul, e que 1,9% vêm de outros estados brasileiros. Ainda, 93,6% dos estudantes residem no município do campus e 4,1% residem em municípios vizinhos. Outra identificação é que a maioria estudou em escolas públicas (80%). Dentre os estudantes, 41% têm renda familiar na faixa de um a dois salários mínimos ao mês, 28% situam-se na faixa de dois a quatro salários mínimos, e 11% possuem renda mensal superior a cinco salários mínimos. Também, a maioria dos estudantes (57%) tem idade entre 16 e 21 anos; 29%, entre 22 e 30 anos; e 13%, entre 31 e 55 anos.

Para atender a gestão de todas as demandas geradas dentro de suas unidades, a Unipampa está organizada sob o formato de três instâncias principais, segundo Unipampa (2016g, 2016h): Administração Superior, Unidades Universitárias e Órgãos Complementares. Ressalta-se que a Instituição tem autonomia didática e científica, financeira, administrativa e disciplinar. O Apêndice B apresenta uma síntese da estrutura organizacional da Unipampa. O PDI 2014-2018 esclarece, ainda, que a estrutura da Universidade é integrada e sistêmica, em que atuam órgãos colegiados com a intenção de possibilitar maior grau de envolvimento entre todos da comunidade acadêmica quanto a decisões, acompanhamento, execução e avaliação.

É pertinente destacar órgãos de apoio à atividade acadêmica já instalados na Unipampa, tal como o Hospital Universitário Veterinário (HUVet) em Uruguaiana, na área da saúde e agrária, o Parque Tecnológico do Pampa (PampaTec), em Alegrete, no aspecto da inovação e empreendedorismo, o Centro de Interpretação do Pampa (CIP), em Jaguarão, sobre manifestações culturais, e a Estância do Pampa, em Dom Pedrito, nos estudos agrícolas. Como órgão suplementar da Universidade, evidencia-se a atuação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), desenvolvendo ações como a Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) da SESu/MEC, e o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC), diante da finalidade de desenvolver e dar suporte ao uso das tecnologias de informação e comunicação.

Para cumprir seus propósitos e desenvolver suas atividades, a Universidade também conta com uma série de outros agentes externos por meio de acordos de cooperação, protocolos de cooperação, convênios, termos de execução descentralizada, etc., relacionando-se com entes públicos e privados em nível municipal, estadual, nacional e, inclusive, com agentes internacionais. Nesse sentido, destaca-se a relevância das parcerias com organizações públicas

e privadas em âmbito local para o desenvolvimento e a sua inserção regional, tais como prefeituras municipais, hospitais municipais, cooperativas e associações, empresas privadas, outras instituições de ensino, etc. Como exemplo, em 2015, haviam 119 contatos estabelecidos, sendo 29 em escala federal, 12 estaduais, 13 municipais, 08 privados sem fins lucrativos, 24 privados, e 33 internacionais, segundo Unipampa (2016d).

A respeito de suas instalações, a Unipampa compreende uma área física de 458,33 hectares, com área construída de 122.398 m<sup>2</sup>, considerando os 10 campi, de acordo com situação apurada até o final de 2013. O Campus Uruguaiana é o mais extenso quanto à área física, seguido pelos Campi São Borja e Alegrete; todavia o Campus Bagé, onde se situa a Reitoria, possui maior área construída até o ano apurado, acompanhado por Uruguaiana e Alegrete. Um espaço adequado, com relação às bibliotecas, é elemento importante na composição da estrutura das universidades. Perceber como comporta-se o seu acervo é parte da análise do atendimento da expansão e da qualidade da Instituição. O número de itens do acervo bibliográfico passou de 13.973 em 2008 para 208.856 em 2015 e, nesse mesmo ano, o número de empréstimos somou 85.444 itens, sendo 06 a relação média de empréstimos por aluno. Logo, na Tabela 5, confere-se os números da área e do acervo bibliográfico por campi. As unidades de São Borja, Bagé, Jaguarão e Uruguaiana possuem mais itens e a média de empréstimos por aluno é elevada em São Borja, Caçapava do Sul, Uruguaiana e Santana do Livramento.

Tabela 5 – Composição da área total e do acervo bibliográfico da Unipampa

Campus	Área em 2013		Acervo Bibliográfico em 2015	
	Física (ha)	Construída (m <sup>2</sup> )	Itens	Empréstimos
Alegrete	46,53	13.267	21.125	9.553
Bagé	30,12	25.929	31.218	13.660
Caçapava do Sul	4,96	7.468	10.849	6.529
Dom Pedrito	27,50	7.720	9.275	2.649
Itaqui	24,49	9.615	18.042	7.653
Jaguarão	4,29	9.158	27.806	5.154
Santana do Livramento	0,55	7.828	15.543	9.201
São Borja	51,86	8.313	37.752	13.519
São Gabriel	19,39	9.053	10.636	3.577
Uruguaiana	248,64	24.047	26.610	13.949
<b>Total</b>	<b>458,33</b>	<b>122.398</b>	<b>208.856</b>	<b>85.444</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016e, 2016j).

No tocante aos bens móveis e imóveis (Tabela 6), a Unipampa possui um patrimônio estimado de R\$ 230.785.167,58, em 2015, e, assim como a respeito da área construída, pode ser visto que se destacam as unidades de Bagé, Uruguaiana e Alegrete.

Tabela 6 – Composição do patrimônio da Unipampa

Campus	Bens Imóveis		Bens Móveis	
	R\$	%	R\$	%
Alegrete	17.047.381,81	13%	14.250.878,47	14%
Bagé	25.941.531,20	20%	17.045.878,98	17%
Caçapava do Sul	8.547.329,56	6%	7.298.623,81	7%
Dom Pedrito	10.963.703,76	8%	8.112.671,94	8%
Itaqui	9.683.061,84	7%	9.569.183,16	10%
Jaguarão	10.244.474,87	8%	2.946.962,80	3%
Santana do Livramento	4.370.070,15	3%	2.565.634,93	3%
São Borja	10.809.979,52	8%	4.150.739,95	4%
São Gabriel	10.429.034,78	8%	10.526.416,77	11%
Uruguaiana	23.738.322,97	18%	12.397.570,33	13%
Reitoria	-		10.145.715,98	10%
<b>Total</b>	<b>131.774.890,46</b>	<b>100%</b>	<b>99.010.277,12</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016d).

No que diz respeito ao quadro de pessoal da Universidade, entre professores, técnico-administrativos e terceirizados, tem-se o seguinte. São 820 docentes, 845 técnico-administrativos e 438 terceirizados, no ano de 2015. No total, a relação de alunos por professor (RAP) chega a 16 e mais de 50% do quadro de docentes possui grau de doutorado, além disso, o aumento do número de professores foi de 246% de 2008 a 2015 conforme dados da Unipampa (2016e, 2016d). Os técnico-administrativos graduados e especialistas são a maioria, bem como a evolução do número de pessoal dessa função foi de 462% nesse mesmo período. A situação em cada unidade é demonstrada na Tabela 7. A unidade de Santana do Livramento apresenta uma relação de alunos por professor acima da média, assim como na relação de alunos por técnico-administrativos e terceirizados (RAT).

Tabela 7 – Composição do quadro de funcionários da Unipampa

Campus	Docentes		Técnico- Administrativos	Terceirizados	
	%	RAP	%	%	RAT
Alegrete	11,0%	18	7,3%	10,0%	15
Bagé	19,4%	14	9,0%	11,4%	17
Caçapava do Sul	7,1%	14	4,6%	5,7%	13
Dom Pedrito	6,3%	18	5,6%	7,5%	12
Itaqui	9,8%	16	5,1%	7,5%	17
Jaguarão	8,0%	16	4,4%	6,6%	16
Santana do Livramento	6,7%	23	3,7%	6,2%	22
São Borja	8,0%	19	4,4%	6,4%	19
São Gabriel	7,6%	13	6,5%	7,1%	9
Uruguaiana	16,0%	15	11,0%	22,4%	10
Reitoria	0,1%	-	38,5%	9,1%	-
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>16</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016d).

Partindo para o exame dos aspectos orçamentários da Unipampa, primeiramente os recursos financeiros recebidos são provenientes do Orçamento Geral da União, de convênios e de receitas próprias geradas, principalmente. Os repasses do governo federal servem ao custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, e ao investimento em obras e ações de fomento. Para o pagamento de outras despesas correntes, participa da Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) proposta pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e com aval da SESu/MEC.

A Universidade também busca captação de recursos por meio de outros órgãos governamentais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo. E sendo criada no âmbito do Reuni, a Instituição obteve incentivos financeiros desse programa, perfazendo o total de cerca de R\$ 172.271.838 entre 2010 e 2013. Logo, faz-se a observação do Orçamento Geral elaborado pela Universidade. A Tabela 8 contém os valores orçados, atualizados para o ano de 2015, no período que vai desde a criação da Unipampa até 2016, bem como a variação percentual das despesas em termos reais ano a ano. As despesas de custeio e de investimento somam 252.895.766 em 2016, correspondendo a uma variação real de 4% em relação ao ano anterior. O custeio compõe mais de 50% das despesas totais do orçamento, chegando a ser de 91% no último ano, sendo as despesas com pessoal e encargos sociais as mais elevadas, na ordem de 68%. Ao longo do período, verifica-se que o comportamento foi de redução da porção gasta com investimentos, uma vez que as despesas com obras e outras ações foram maiores nos primeiros anos de sua instalação, ao passo

que cresceram as despesas para a manutenção da Universidade, diante de sua expansão; porém com variação menor nos últimos anos.

Tabela 8 – Orçamento geral da Unipampa e variação percentual por despesa

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Var. %	Outras Despesas Correntes	Var. %	Investimentos	Var. %
2008	18.913.716,87	-	9.594.772,83	-	2.668.926,26	-
2009	27.072.732,71	43%	6.697.355,68	-30%	29.016.069,45	987%
2010	44.892.189,62	66%	27.541.334,85	311%	43.466.943,70	50%
2011	63.767.811,49	42%	28.424.749,56	3%	87.707.924,69	102%
2012	100.885.683,95	58%	31.714.880,68	12%	45.561.787,47	-48%
2013	102.099.030,86	1%	47.965.501,25	51%	33.924.187,53	-26%
2014	123.765.041,87	21%	54.305.974,63	13%	44.435.785,19	31%
2015	161.838.912,00	31%	56.953.014,00	5%	24.732.563,00	-44%
2016	172.256.199,00	6%	57.586.669,00	1%	23.052.898,00	-7%

Fonte: Elaborada com base em dados da Unipampa (2016k).

A revisão de informações e dados sobre a Unipampa, enfim, revela que sua criação fez-se estruturada no planejamento público para a educação superior brasileira dos últimos anos, incluída em uma estratégia de desenvolvimento mais abrangente. De fato, observa-se a expansão rápida e coerente da Instituição, de modo que em aproximadamente uma década de existência avança em identidade e qualidade, especialmente com relevância na oferta de ensino superior em nível local e regional. A partir disso, podendo provir externalidades positivas.

### 3.2 Características regionais no entorno da implantação da Unipampa

A ocupação do território brasileiro, pelos lusitanos, fez-se necessária para assegurar o domínio das terras conquistadas, resguardá-las e auferir algum proveito. Dessa forma, constituíram as capitanias, marcadas por grandes lotes de terra e a concessão de sesmarias, assim como, em seguida, vieram os jesuítas para catequizar os índios e dedicar-se ao ensino na colônia.

A primeira atividade foi a exploração do pau-brasil, iniciada na faixa litorânea. Em seguida, os colonizadores desenvolvem o sistema de *plantation*, caracterizado pela produção de produtos tropicais, grande propriedade, monocultura, utilização de trabalho escravo e sendo voltado a atender o mercado externo. A economia colonial, desde meados do século XVI, então, quando já se esgotava a exploração do pau-brasil, manifesta-se baseada na produção da cana-de-açúcar, associada à instalação de engenhos para o fabrico do açúcar, estendendo-se principalmente à região Nordeste. Secundariamente, como economia de subsistência, está a

atividade pecuária, que encontra ambiente favorável na região Sul, e o couro e o charque surgem como seus produtos principais. Posteriormente, na região de Minas Gerais, dá-se a descoberta e a exploração de metais preciosos.

Já no século XIX, quando havia se exaurido a extração de metais preciosos, a economia recupera-se com o advento da produção cafeeira na região Sudeste e nota-se despontar acompanhada de incipiente modernização e urbanização. Adiante, a imigração europeia será recurso para uma crise de mão de obra após a abolição da escravatura, tendo como desdobramento a criação do trabalho assalariado e a consequente promoção do mercado interno. A vinda de imigrantes europeus, principalmente da Itália e da Alemanha, países que passavam por problemas de unificação política, intensificou-se quando incentivada pelos produtores de café em São Paulo, a fim de substituir a mão de obra escrava por trabalho assalariado. No Rio Grande do Sul, a imigração teve objetivos diferentes, que era a ocupação de regiões desabitadas.

Assim, em seus primórdios, a economia brasileira mostra-se subordinada e restritiva à inovação, enquanto, no século XIX, nota-se maior autonomia e participação política. Mais especificamente, a fronteira meridional do País estabeleceu-se em um contexto de disputas entre portugueses e espanhóis até meados do século XVIII, o que determina traços particulares na formação do Rio Grande do Sul. Com o povoamento, em especial, na metade sul do estado, a região dos pampas foi favorável ao desempenho da produção pecuária, caracterizada pela criação de gado a pasto nas estâncias, onde o trabalho era realizado por peões e raramente por escravos. Também havia criação de cavalos e murares, bem como de ovinos para a produção de lã, usada na confecção dos ponchos. Mas, como visto, o couro e o charque eram destaque e, dedicados a atender o mercado nacional, estavam na pauta da economia nessa época. Após a proclamação da república, os produtos da pecuária entram em declínio no mercado e a economia gaúcha passa por transformações, que assinalam o crescimento da atividade econômica na metade norte do estado, uma região de planaltos em geral. A economia diversifica-se e volta-se ao mercado local, com base na policultura realizada em pequenas propriedades, destacando-se produtos como arroz, feijão, fumo, erva-mate e milho. A industrialização também se desenvolve, aparecendo principalmente indústrias de bebidas, calçados e conservas. Isso, por sua vez, faz aumentar a urbanização na metade norte. A imigração teve grande parte no processo desse momento, uma vez que impulsionou o mercado consumidor e forneceu força de trabalho.

Logo, essas são noções a respeito da formação econômica do Rio Grande do Sul, em que desde já ficam ressaltadas as diferenças que tangenciam as chamadas Metade Sul e Metade Norte do estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio

Grande do Sul possui 497 municípios, em uma área de 281.731,445 km<sup>2</sup> e com uma população estimada de 11.247.972 habitantes em 2015. Consoante a divisão geopolítica, compõe-se de sete mesorregiões e de trinta e cinco microrregiões. A forma de organização mesorregional considera o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação e de lugares, que formam uma identidade regional. Por sua vez, as microrregiões geográficas são partes das mesorregiões, com características mais específicas, representadas pelo quadro natural ou por relações sociais e econômicas particulares (LIMA, 2002). Segue-se a relação da divisão mesorregional e microrregional gaúcha com o respectivo número de municípios correspondentes (Quadro 2).

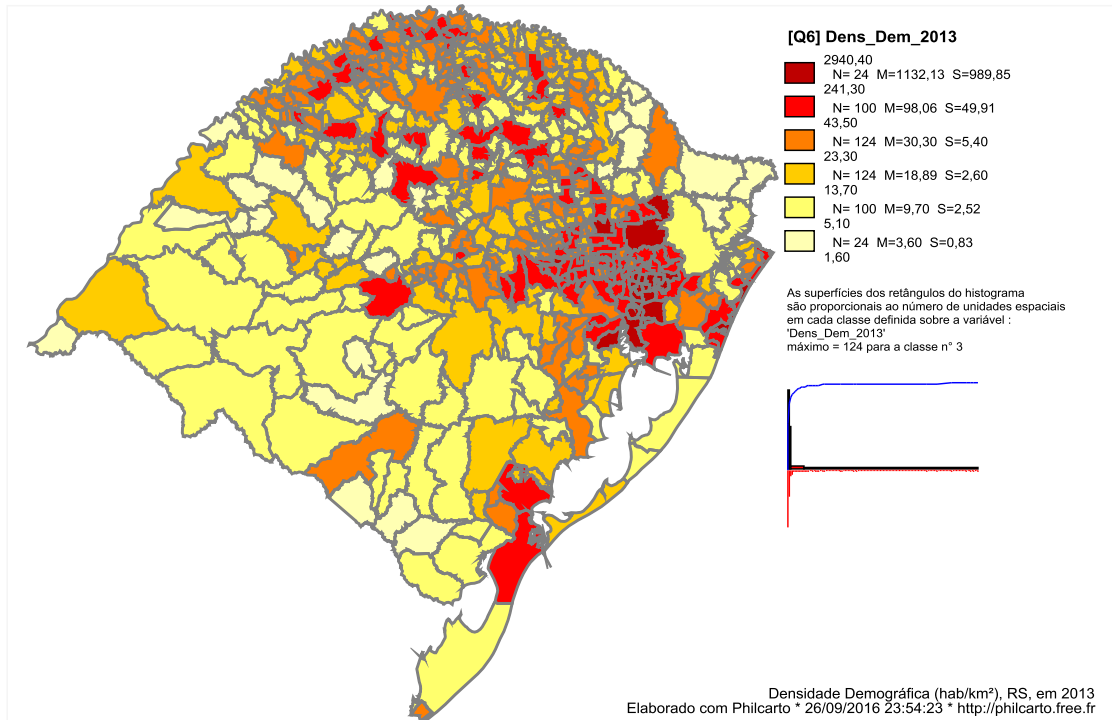
Quadro 2 – Divisão territorial do Rio Grande do Sul

Mesorregiões do RS	Microrregiões do RS	Nº de Municípios	
1. Centro Ocidental Rio-Grandense	Restinga Seca	9	
	Santa Maria	13	
	Santiago	9	
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>31</b>
2. Centro Oriental Rio-Grandense	Cachoeira do Sul	7	
	Lajeado-Estrela	31	
	Santa Cruz do Sul	16	
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>54</b>
3. Metropolitana de Porto Alegre	Camaquã	8	
	Gramado-Canela	15	
	Montenegro	21	
	Osório	23	
	Porto Alegre	22	
	São Jerônimo	9	
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>98</b>
4. Nordeste Rio-Grandense	Caxias do Sul	19	
	Guaporé	21	
	Vacaria	14	
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>54</b>
5. Noroeste Rio-Grandense	Carazinho	18	
	Cerro Largo	11	
	Cruz Alta	14	
	Erechim	30	
	Frederico Westphalen	27	
	Ijuí	15	
	Não-Me-Toque	7	
	Passo Fundo	26	
	Sananduva	11	
	Santa Rosa	13	
	Santo Ângelo	16	
	Soledade	8	
	Três Passos	20	
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>216</b>
6. Sudeste Rio-Grandense	Jaguarão	3	
	Litoral Lagunar	4	
	Pelotas	10	
	Serras de Sudeste	8	
	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>25</b>
7. Sudoeste Rio-Grandense	Campanha Central	4	
	Campanha Meridional	5	
	Campanha Ocidental	10	
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>35</b>	<b>497</b>

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (2016) e da FEE (2016).

Pode ser percebido que as microrregiões localizadas mais ao norte do RS comportam maior número de municípios, visto as áreas que são menos extensas e a densidade demográfica mais alta, quando comparadas com as áreas mais ao sul, conforme indica a Figura 3.

Figura 3 – Densidade demográfica dos municípios do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2016).

Sendo assim, a identificação Metade Norte e Metade Sul não corresponde à divisão regional elaborada pelo IBGE, mas significam traços demarcados pela conformação histórico-econômica que refletem. A Metade Norte vem a revelar-se com dinamismo econômico, enquanto a Metade Sul tornou-se estagnada. Tanto que a Metade Sul passa a enquadrar-se no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, do Ministério da Integração Nacional (MIN), em 2004, identificada como Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul), dentre as 13 mesorregiões diferenciadas do programa, o qual tem por finalidade integrar e desenvolver ações e políticas públicas para o desenvolvimento regional, contando com a colaboração intermunicipal e interestadual.

A mesorregião Metade Sul abrange 105 municípios do estado, sendo alguns deles limites de fronteira com Argentina e Uruguai. Como pode ser percebido, através da Figura 3. A sua área totaliza aproximadamente 154.100 km<sup>2</sup> e sua população é de 2.749.170 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2015, o que perfaz cerca de 55% da superfície territorial e 24% da população do Rio Grande do Sul. Comparada ao restante do estado, a mesorregião apresenta menores indicadores de desenvolvimento.

De maneira que a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), referente ao ano de 2010, em torno de 0,686, situa-se na faixa médio do indicador e está abaixo tanto do índice estadual (0,746) quanto do nacional (0,727). Na avaliação do IDHM por bloco, composto por renda, educação e longevidade, verifica-se que a educação é o componente em pior situação, situado na faixa baixo (0,554), ao passo que o item de longevidade é mais satisfatório (0,836), sendo considerado elevado. Na Tabela 9, vê-se que os índices de desenvolvimento humano para a Metade Sul são inferiores aos verificados no estado e no País, exceto o IDHM de longevidade, que supera o resultado nacional e aproxima-se do estadual.

Tabela 9 – IDHM do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Metade Sul, em 2010

<b>Nível regional</b>	<b>IDHM</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Educação</b>	<b>IDHM Longevidade</b>
Brasil	0,727	0,739	0,637	0,816
Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,642	0,840
Metade Sul	0,686	0,697	0,554	0,836

Fonte: Elaborada com base em dados do Atlas Brasil (2016).

Pelo lado do Produto Interno Bruto (PIB), com base em dados da FEE, para o ano de 2013, a mesorregião gerou o valor de R\$ 63.713.643.513, correspondente a 17% do PIB do Estado. O PIB per capita, por sua vez, alcançou R\$ 23.768, estando abaixo da média estadual que é de R\$ 29.981. Sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB), entre os grandes setores da economia, o setor de serviços vem assumindo maior peso na Metade Sul, abrangendo 66% do total, enquanto a agropecuária e a indústria representam 20% e 14%, respectivamente. Essa composição segue a tendência do que ocorre no Estado, no que diz respeito ao setor de serviços, o qual também significa 66%; todavia é o setor industrial que aparece em segundo lugar, com 24%, no total do Estado, e o setor agropecuário, em terceiro, com 10%. Ainda, a Metade Sul responde por 35% do VAB da agropecuária estadual, bem como por 18% do VAB de serviços e por apenas 10% do VAB industrial (Tabela 10).

Tabela 10 – PIB e VAB do Rio Grande do Sul, da Metade Norte e da Metade Sul, em 2013

<b>Nível regional</b>	<b>PIB</b>	<b>VAB Agropecuária</b>	<b>VAB Indústria</b>	<b>VAB Serviços</b>
Rio Grande do Sul	372.919.530.971	32.436.695.206	78.279.628.511	210.829.993.837
Metade Norte	309.205.887.458	21.028.847.084	70.398.242.319	172.404.454.576
Metade Sul	63.713.643.513	11.407.848.122	7.881.386.192	38.425.539.261

Fonte: Elaborada com base em dados da FEE (2016).

Nota: Valores atualizados para o ano de 2015 através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Desse modo, no aspecto produtivo, tem-se que a economia da Metade Sul é pouco diversificada. Tradicionalmente, apresenta potencialidade na pecuária e agricultura, mas produz

produtos com baixo valor agregado. Dentre a atividade pecuária, destacam-se a criação de bovinos de corte e a de ovinos para carne e lã, ambas em sistema extensivo, e, na atividade agrícola, a principal é a orizicultura, em cultivo irrigado, sendo que a prática dessas atividades viabiliza-se em médias e grandes propriedades rurais. Já, no setor industrial, de caráter complementar à agropecuária, atuam frigoríficos e agroindústrias processadoras de arroz. Tem-se que é elevada a concentração fundiária e de renda na região, o que contribui para ocorrência de um movimento de êxodo rural e de emigração, diante de poucas oportunidades de geração de emprego e renda no campo e na cidade.

No aspecto cultural, fica ressaltada a preservação dos costumes típicos gaúchos, tais como o chimarrão, o churrasco e outras comidas campeiras, o andar a cavalo, os trajes característicos, o artesanato em lã, a arte em couro e madeira, a música, dança e festividades folclóricas, entre outros. O que confere à Metade Sul uma identidade marcada pelo tradicionalismo gaúcho, que mostra potencial turístico, mas ainda pouco explorado. A mesorregião tem um caráter bem particular também quanto ao seu meio ambiente, sendo uma área de campos com fauna e flora característicos e grande biodiversidade, que é o Bioma Pampa, abrangendo a totalidade do seu território. O Bioma Pampa restringe-se ao estado do Rio Grande do Sul, ocupando 63% de sua área, com tamanha importância em nível nacional e global. A paisagem do pampa define-se por campos nativos, gramíneas, arbustos, afloramentos rochosos, coxilhas, banhados, entre outras características. Existem quase 500 espécies de aves e mais de 100 espécies de mamíferos terrestres. Além de conter a maior parte do Aquífero Guarani (MMA, 2016). Apesar de seu valor natural, negativamente encontram-se algumas áreas com destacada degradação do solo (processo de arenização) na Metade Sul, que se agravou pela prática intensa de monoculturas e da atividade pastoril.

Em suma, de um lado, conforme Etges (2010, p.177), em estudo sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, são elencados os seguintes entraves, identificados na mesorregião: perda de dinamismo da economia regional; economia baseada principalmente no setor primário; presença expressiva da grande propriedade e reduzida diversificação de produtos; baixa capacidade de absorção da mão de obra; dificuldade histórica de articulação coletiva, seja através de associações ou de atividades comunitárias; sentimento cultural baseado no individualismo e na ausência de empreendedorismo; e parcela significativa da população rural e urbana vivendo em condições precárias de moradia e saneamento básico. Por outro lado, é preciso considerar as potencialidades que a Metade Sul apresenta, segundo a autora (p. 178-179): posição geográfica e clima privilegiado no contexto do Mercosul; solos de boa qualidade; condições para

exploração turística; abundância de recursos minerais; área técnico-científica de qualidade; grande manancial hídrico, além de portos fluviais e o Porto de Rio Grande; infraestrutura de transportes em crescente melhoria, com destaque para a malha ferroviária.

O referido programa do Ministério da Integração Nacional, que perdurou até 2007, enunciava apoio a cadeias produtivas potenciais na mesorregião, como florestamento e silvicultura, fruticultura, pesca e aquicultura, cerâmica e rochas ornamentais, além das tradicionais: arroz, carne e leite. Especialmente, para que a Metade Sul supere suas dificuldades, é apontado o conhecimento como recurso estratégico nesse processo. Necessita-se de capital humano com visão estratégica e capacidade competitiva para atuar em diferentes setores, bem como deve ser dada atenção à geração de empregos e renda (ETGES, 2010). Assim, em meio aos objetivos de dinamizar a economia da Metade Sul, evidencia-se a educação para o desenvolvimento.

Dessa forma, vê-se o planejamento para a educação superior alinhado com o propósito de desenvolvimento regional, que passa pela capacitação de recursos humanos, agregação de valor às atividades econômicas, e qualificação de empregos e renda. A instalação da Universidade Federal do Pampa na Metade Sul, portanto, insere-se nesse contexto regional e vai ao encontro dos objetivos para a educação nacional. Com atuação multicampi, a Unipampa estabeleceu-se em 10 municípios da Metade Sul: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana (Figura 1, p. 43). Por sua vez, estes municípios incluem-se dentre cinco microrregiões, a saber: Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional, Serras de Sudeste e Jaguarão. Veja-se a seguinte distribuição microrregional e a abrangência da Unipampa explicitada no Quadro 3.

Quadro 3 – Microrregiões e municípios no entorno dos campi da Unipampa

Microrregiões	Municípios	Campus Unipampa	
1. Campanha Ocidental	Alegrete	Alegrete Itaqui São Borja Uruguaiana	
	Barra do Quaraí		
	Garruchos		
	Itaqui		
	Maçambará		
	Manoel Viana		
	Quaraí		
	São Borja		
	São Francisco de Assis		
	Uruguaiana		
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	
2. Campanha Central	Rosário do Sul	Santana do Livramento São Gabriel	
	Santa Margarida do Sul		
	Santana do Livramento		
	São Gabriel		
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	
3. Campanha Meridional	Aceguá	Bagé Dom Pedrito	
	Bagé		
	Dom Pedrito		
	Hulha Negra		
	Lavras do Sul		
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	
4. Serras de Sudeste	Amaral Ferrador	Caçapava do Sul	
	Caçapava do Sul		
	Candiota		
	Encruzilhada do Sul		
	Pedras Altas		
	Pinheiro Machado		
	Piratini		
	Santana da Boa Vista		
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	
5. Jaguarão	Arroio Grande	Jaguarão	
	Herval		
	Jaguarão		
	<b>Total</b>		<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>30</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (2016) e da Unipampa (2016a, 2016g, 2016h).

Logo, são 10 campi da Unipampa em torno de 30 municípios da Metade Sul (10/30). No espaço microrregional, por exemplo, a Campanha Ocidental comporta maior número de municípios e também mais campi, onde se encontram quatro das unidades universitárias, ao redor de 10 municípios (4/10). Passa-se, em seguida, ao exame de alguns aspectos socioeconômicos básicos sobre esses municípios (Tabela 11).

Tabela 11 – Aspectos básicos dos municípios das cinco microrregiões concernentes

Município	Data de Criação	Área (km <sup>2</sup> )	População (2015)	PIB (2013)	IDHM (2010)
<b>Alegrete</b>	25/10/1831	7.804,00	78.499	1.694.170.207	0,740
Barra do Quaraí	28/12/1995	1.056,10	4.201	150.693.027	0,662
Garruchos	20/03/1992	799,80	3.219	109.835.170	0,671
<b>Itaqui</b>	06/12/1858	3.404,00	39.088	1.133.669.280	0,713
Maçambará	28/12/1995	1.682,80	4.824	206.765.061	0,684
Manoel Viana	20/03/1992	1.390,70	7.359	197.081.750	0,655
Quaraí	08/04/1875	3.147,60	23.579	355.571.007	0,704
<b>São Borja</b>	11/03/1833	3.616,00	62.990	1.660.259.195	0,736
São Francisco de Assis	04/01/1884	2.508,50	19.495	359.803.338	0,675
<b>Uruguaiana</b>	29/05/1846	5.715,80	129.652	2.343.341.519	0,744
Rosário do Sul	19/04/1876	4.369,60	40.773	791.850.730	0,699
Santa Margarida do Sul	16/04/1996	955,30	2.495	143.921.944	0,663
<b>Santana do Livramento</b>	10/02/1857	6.950,40	82.968	1.478.323.458	0,727
<b>São Gabriel</b>	04/04/1846	5.023,80	62.785	1.323.320.263	0,699
Aceguá	16/04/1996	1.549,40	4.702	200.310.094	0,687
<b>Bagé</b>	05/06/1846	4.095,50	121.749	2.313.260.663	0,740
<b>Dom Pedrito</b>	30/10/1872	5.192,10	39.886	1.101.382.748	0,708
Hulha Negra	20/03/1992	822,90	6.478	139.101.364	0,643
Lavras do Sul	09/05/1882	2.600,60	7.833	199.051.737	0,699
Amaral Ferrador	12/05/1988	506,50	6.778	92.279.644	0,624
<b>Caçapava do Sul</b>	25/10/1831	3.047,10	34.654	703.853.425	0,704
Candiota	20/03/1992	933,80	9.315	155.240.219	0,698
Encruzilhada do Sul	19/07/1849	3.348,30	25.726	367.694.947	0,657
Pedras Altas	16/04/1996	1.377,40	2.195	68.969.127	0,640
Pinheiro Machado	02/05/1878	2.249,60	12.976	236.262.138	0,661
Piratini	15/12/1830	3.539,70	20.712	314.282.326	0,658
Santana da Boa Vista	17/09/1965	1.420,60	8.434	128.929.066	0,633
Arroio Grande	24/03/1873	2.513,60	18.949	492.252.249	0,657
Herval	20/05/1881	1.757,80	6.975	95.514.072	0,687
<b>Jaguarão</b>	06/07/1832	2.054,40	28.310	583.286.036	0,707

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016), da FEE (2016) e do Atlas Brasil (2016).

Nota: Valores do PIB em 2013 atualizados para o ano de 2015 através do IGP-DI.

Estão entre os mais antigos de cada microrregião, os municípios onde a Unipampa está presente, bem como são os mais populosos, o que influencia um PIB mais elevado e, por sua vez, um IDHM mais alto. Nesses aspectos, a Campanha Ocidental destaca-se e, ao todo, os municípios de Uruguaiana, Bagé e Alegrete se sobressaem. As cinco microrregiões significam 55% da área da Metade Sul, 33% da sua população e 30% do PIB. Além disso, a média do IDHM é de 0,685, que fica um pouco abaixo do índice da mesorregião, embora o PIB per capita de R\$ 24.197 seja superior à média da Metade Sul, mas que ainda não se aproxima da média estadual.

A maior parte dos municípios possui baixa densidade demográfica, inferior a 15 hab/km<sup>2</sup>; com exceção de Bagé (28,7), Uruguaiana (22,0) e São Borja (16,9), como se percebe através da Figura 3 (p. 61). Inclusive, alguns municípios apresentam maior população rural do que urbana, como é o caso de Santa Margarida do Sul (77%), Aceguá (76%), Maçambará (72%), Amaral Ferrador (71%), Candiota (70%), Garruchos (67%), Pedras Altas (65%),

Santana da Boa Vista (62%) e Hulha Negra (52%), segundo dados da população em 2010. Por outro lado, outros municípios, como Uruguaiana, Jaguarão, Quaraí, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Alegrete, expressam acentuada aglomeração de pessoas no meio urbano, entre 90% e 94%. As atividades econômicas permeiam essas características, uma vez que 26% do valor da produção provém da agropecuária, 10% da indústria e 64% dos serviços. É, assim, pertinente observar a evolução de alguns desses aspectos socioeconômicos, tal como na Tabela 12.

Tabela 12 – População dos municípios das microrregiões em 1991, 2000 e 2010

Município	População 1991	População 2000	População 2010
<b>Alegrete</b>	78.918	84.338	77.653
Barra do Quaraí	-	3.884	4.012
Garruchos	-	3.675	3.234
<b>Itaqui</b>	40.057	39.770	38.159
Maçambará	-	5.035	4.738
Manoel Viana	-	6.995	7.072
Quaraí	22.083	24.002	23.021
<b>São Borja</b>	63.783	64.869	61.671
São Francisco de Assis	26.667	20.810	19.254
<b>Uruguaiana</b>	117.456	126.936	125.435
Rosário do Sul	40.464	41.058	39.707
Santa Margarida do Sul	-	-	2.352
<b>Santana do Livramento</b>	80.252	90.849	82.464
<b>São Gabriel</b>	59.040	62.249	60.425
Aceguá	-	-	4.394
<b>Bagé</b>	118.967	118.767	116.794
<b>Dom Pedrito</b>	38.054	40.410	38.898
Hulha Negra	-	5.359	6.043
Lavras do Sul	8.830	8.109	7.679
Amaral Ferrador	5.917	5.740	6.353
<b>Caçapava do Sul</b>	34.618	34.643	33.690
Candiota	-	8.065	8.771
Encruzilhada do Sul	21.479	23.902	24.534
Pedras Altas	-	-	2.212
Pinheiro Machado	15.396	14.594	12.780
Piratini	17.655	19.414	19.841
Santana da Boa Vista	8.408	8.621	8.242
Arroio Grande	18.150	19.152	18.470
Herval	7.169	8.487	6.753
<b>Jaguarão</b>	27.755	30.093	27.931

Fonte: Elaborada com base em dados dos Censos Demográficos, IBGE (2016).

De um lado, houve decréscimo populacional no ano de 2010, comparativamente ao ano 2000, o que fica evidente nos municípios maiores, especialmente naqueles onde a Universidade veio a instalar-se. A respeito disso, sabe-se que ocorre a saída de jovens para outras cidades do estado ou País em busca de oportunidades de trabalho e de estudo em nível superior gratuito e de qualidade. Por outro lado, foi constatada evolução positiva do Índice de Desenvolvimento

Humano em todos os municípios considerados, conforme pode ser visto na Tabela 13, passando de 0,458 em 1991 para 0,588 no ano 2000 e, finalmente, em 2010, chega a 0,685. A educação foi o item que avançou mais rapidamente no período, mesmo que ainda apresente a avaliação mais baixa do indicador, de modo que era de apenas 0,232, em 1991; 0,411, em 2000; e sendo de 0,559, em 2010.

Tabela 13 – IDHM dos municípios das microrregiões em 1991, 2000 e 2010

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
<b>Alegrete</b>	0,524	0,641	0,740
Barra do Quaraí	0,479	0,549	0,662
Garruchos	0,252	0,549	0,671
<b>Itaqui</b>	0,504	0,630	0,713
Maçambará	0,403	0,562	0,684
Manoel Viana	0,410	0,543	0,655
Quaraí	0,542	0,630	0,704
<b>São Borja</b>	0,540	0,637	0,736
São Francisco de Assis	0,445	0,558	0,675
<b>Uruguaiana</b>	0,550	0,663	0,744
Rosário do Sul	0,496	0,616	0,699
Santa Margarida do Sul	0,426	0,526	0,663
<b>Santana do Livramento</b>	0,557	0,663	0,727
<b>São Gabriel</b>	0,518	0,624	0,699
Aceguá	0,509	0,621	0,687
<b>Bagé</b>	0,561	0,659	0,740
<b>Dom Pedrito</b>	0,515	0,621	0,708
Hulha Negra	0,386	0,569	0,643
Lavras do Sul	0,504	0,629	0,699
Amaral Ferrador	0,356	0,507	0,624
<b>Caçapava do Sul</b>	0,494	0,599	0,704
Candiota	0,502	0,622	0,698
Encruzilhada do Sul	0,431	0,551	0,657
Pedras Altas	0,372	0,482	0,640
Pinheiro Machado	0,425	0,584	0,661
Piratini	0,408	0,550	0,658
Santana da Boa Vista	0,388	0,553	0,633
Arroio Grande	0,484	0,588	0,657
Herval	0,443	0,548	0,687
<b>Jaguarão</b>	0,512	0,620	0,707

Fonte: Elaborada com base em dados do Atlas Brasil (2016).

No que se refere aos valores gerados na economia dos municípios, nota-se um comportamento diverso do que ocorreu com o número de habitantes e com o indicador de desenvolvimento humano, uma vez que o produto interno, em geral, obteve redução no período 1990-2000 e crescimento na década seguinte 2000-2010; em oposição ao experimentado no Rio Grande do Sul, que logrou aumento de 1990 a 2010. Visto que, no total, o PIB das cinco microrregiões era de R\$ 16.537.035.445 em 1990, diminuiu para R\$ 14.352.946.165 em 2000, e eleva-se a R\$ 16.758.280.470 em 2010. Assim como expressa o PIB per capita, em que

decreceu de R\$ 18.524 para R\$ 16.594 entre 1990-2000, mas que torna a crescer em 2010, para R\$ 23.251 (Tabela 14). Ainda, ressalta-se que a sua participação no PIB estadual é decrescente, de modo a ser de 7% em 1990, passar para 6% e chegar a apenas 5% em 2010, bem como os valores do PIB per capita situam-se abaixo dos verificados no estado, no mesmo período.

Tabela 14 – PIB e PIB per capita dos municípios das microrregiões em 1990, 2000 e 2010

Município	PIB			PIB per capita		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010
<b>Alegrete</b>	1.575.874.144	1.275.016.620	1.462.439.356	20.183	15.053	18.828
Barra do Quaraí	-	116.017.981	155.946.525	-	29.574	38.831
Garruchos	-	54.267.051	82.380.440	-	14.635	25.481
<b>Itaqui</b>	1.500.572.129	921.087.991	942.040.340	38.030	23.005	24.683
Maçambará	-	129.847.340	178.430.867	-	25.596	35.850
Manoel Viana	-	87.910.136	120.802.488	-	12.425	19.555
Quaraí	325.408.620	316.649.938	331.534.838	14.894	13.125	14.401
<b>São Borja</b>	1.385.373.327	1.039.418.024	1.349.664.967	21.982	15.960	21.888
São Francisco de Assis	385.726.457	222.882.729	258.493.971	14.510	10.721	13.423
<b>Uruguaiana</b>	2.285.666.122	2.212.430.529	2.088.317.431	19.849	17.317	16.639
Rosário do Sul	844.702.833	526.422.684	716.597.340	15.146	12.810	18.027
Santa Margarida do Sul	-	-	124.508.860	-	-	52.937
<b>Santana do Livramento</b>	1.311.193.651	1.237.468.192	1.203.946.794	16.561	13.519	14.591
<b>São Gabriel</b>	1.017.814.662	870.590.856	1.368.494.459	17.299	13.935	22.617
Aceguá	-	-	142.959.321	-	-	32.535
<b>Bagé</b>	2.388.989.891	1.828.506.602	1.774.353.525	20.368	15.307	15.192
<b>Dom Pedrito</b>	813.795.922	707.369.881	852.822.902	21.531	17.439	21.914
Hulha Negra	-	179.815.741	100.071.654	-	34.388	16.546
Lavras do Sul	192.879.471	111.736.946	164.168.760	21.757	13.860	21.407
Amaral Ferrador	69.502.845	52.833.131	69.334.098	11.806	9.222	10.910
<b>Caçapava do Sul</b>	543.349.001	547.885.919	559.227.007	15.762	15.814	16.594
Candiota	-	284.360.900	841.773.164	-	34.577	95.918
Encruzilhada do Sul	283.951.013	278.982.051	307.363.345	13.160	11.596	12.527
Pedras Altas	-	-	53.718.056	-	-	24.219
Pinheiro Machado	373.897.094	227.766.240	221.266.078	24.431	15.516	17.304
Piratini	255.435.546	221.775.371	249.141.981	14.290	11.357	12.563
Santana da Boa Vista	106.481.694	86.707.665	101.256.816	12.597	10.041	12.282
Arroio Grande	336.512.209	311.682.557	408.765.669	18.677	16.219	22.133
Herval	160.044.678	100.330.969	78.614.139	22.293	11.704	11.634
<b>Jaguarão</b>	379.864.136	403.182.121	449.845.277	13.885	13.331	16.099
<b>Estado</b>	237.004.164.257	256.178.136.287	331.523.448.116	26.283	19.072	26.094

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2016).

Nota: Valores atualizados para o ano de 2010 através do IGP-DI.

Já na composição do valor adicionado por setores da economia, no período investigado, percebe-se um movimento de desindustrialização, com exceção apenas de São Gabriel. Haja vista a indústria ter representado 22% em 1990, 18% em 2000, e 15% em 2010. O setor agropecuário é bastante significativo, apesar de apresentar desaceleração no período, ao obter queda no ano 2000, em relação a 1990, mas que volta a reagir em 2010 (Tabela 15).

Relativamente, a atividade agropecuária é a mais importante, mantendo-se em cerca de 15% sua participação no estado.

Tabela 15 – VAB percentual dos municípios das microrregiões em 1990, 2000 e 2010

Município	VAB Agropecuária			VAB Indústria			VAB Serviços		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
<b>Alegrete</b>	31%	18%	23%	22%	20%	12%	47%	62%	65%
Barra do Quaraí	-	53%	63%	-	7%	7%	-	39%	30%
Garruchos	-	48%	54%	-	8%	4%	-	44%	42%
<b>Itaqui</b>	31%	26%	30%	39%	20%	17%	30%	54%	52%
Maçambará	-	60%	60%	-	4%	9%	-	36%	30%
Manoel Viana	-	40%	45%	-	7%	6%	-	52%	49%
Quaraí	38%	22%	30%	3%	10%	6%	59%	68%	65%
<b>São Borja</b>	29%	16%	21%	27%	22%	15%	45%	62%	65%
São Francisco de Assis	47%	29%	33%	1%	11%	5%	52%	60%	62%
<b>Uruguaiana</b>	21%	11%	17%	22%	22%	10%	57%	68%	73%
Rosário do Sul	33%	28%	24%	14%	11%	13%	53%	62%	64%
Santa Margarida do Sul	-	-	69%	-	-	5%	-	-	26%
<b>Santana do Livramento</b>	17%	14%	14%	27%	11%	5%	56%	75%	81%
<b>São Gabriel</b>	33%	24%	19%	13%	15%	20%	53%	61%	61%
Aceguá	-	-	55%	-	-	5%	-	-	40%
<b>Bagé</b>	13%	9%	7%	33%	16%	11%	54%	75%	82%
<b>Dom Pedrito</b>	27%	29%	30%	21%	18%	12%	52%	53%	58%
Hulha Negra	-	15%	23%	-	28%	28%	-	57%	50%
Lavras do Sul	54%	41%	51%	1%	6%	5%	45%	53%	43%
Amaral Ferrador	45%	42%	39%	1%	6%	4%	55%	52%	57%
<b>Caçapava do Sul</b>	24%	12%	15%	15%	33%	19%	61%	55%	67%
Candiota	-	9%	2%	-	63%	83%	-	29%	14%
Encruzilhada do Sul	41%	37%	27%	2%	8%	8%	56%	55%	65%
Pedras Altas	-	-	60%	-	-	4%	-	-	37%
Pinheiro Machado	25%	20%	17%	31%	31%	27%	44%	49%	57%
Piratini	50%	38%	34%	0%	8%	6%	50%	54%	60%
Santana da Boa Vista	41%	31%	39%	1%	6%	4%	58%	63%	58%
Arroio Grande	32%	42%	42%	16%	11%	10%	52%	47%	48%
Herval	52%	45%	36%	0%	6%	4%	48%	49%	60%
<b>Jaguarão</b>	28%	23%	29%	3%	8%	6%	70%	68%	64%
<b>Total</b>	27%	20%	22%	22%	18%	15%	51%	62%	62%

Fonte: Elaborada com base em dados da FEE (2016).

Pode-se ver que cada vez mais a agropecuária e a indústria foram cedendo espaço para o setor de serviços. De certo modo, isso segue o que tem ocorrido em nível estadual, já que, em 1990, a agropecuária respondia por 12% do valor da produção e a indústria e os serviços, ambos 44%. Adiante, o setor primário cai para 8%, no ano 2000, e os setores secundário e terciário elevam-se, sendo de 30% e 62%, respectivamente. Em 2010, a agropecuária mantém-se em 8%, enquanto a indústria desce dois pontos percentuais, 28%; ao contrário do setor terciário que acresce para 64%, no Rio Grande do Sul.

Além das cinco microrregiões consideradas a respeito da instalação da Unipampa, para uma comparação sobre a influência da Universidade, inclui-se a microrregião Santiago na

análise, pois esta pertence à Metade Sul, situa-se próxima as demais microrregiões e, portanto, apresenta características semelhantes (Tabelas 16, 17, 18, 19 e 20); porém, nenhum de seus nove municípios sedia campus da Unipampa, inferindo-se a não influência direta da Universidade nessa microrregião.

Tabela 16 – Aspectos básicos dos municípios da microrregião comparativa

<b>Município</b>	<b>Data de Criação</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População (2015)</b>	<b>PIB (2013)</b>	<b>IDHM (2010)</b>
Capão do Cipó	16/04/1996	1.008,87	3.387	264.001.087	0,672
Itacurubi	09/05/1988	1.120,87	3.551	76.657.541	0,657
Jari	28/12/1995	856,46	3.655	172.243.660	0,631
Júlio de Castilhos	14/07/1891	1.930,39	20.052	903.039.895	0,716
Pinhal Grande	20/03/1992	477,13	4.560	143.740.461	0,678
Quevedos	20/03/1992	543,36	2.816	142.433.212	0,665
Santiago	04/01/1884	2.413,13	50.635	956.695.615	0,766
Tupanciretã	21/12/1928	2.251,04	23.521	1.117.955.850	0,709
Unistalda	28/12/1995	602,39	2.481	50.338.911	0,649

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016), da FEE (2016) e do Atlas Brasil (2016).

Nota: Valores do PIB em 2013 atualizados para o ano de 2015 através do IGP-DI.

Os municípios Santiago, Tupanciretã e Júlio de Castilhos são os maiores da microrregião, ambos contendo maior contingente populacional e destacando-se quanto ao PIB e ao IDHM.

Tabela 17 – População dos municípios da microrregião em 1991, 2000 e 2010

<b>Município</b>	<b>População 1991</b>	<b>População 2000</b>	<b>População 2010</b>
Capão do Cipó	-	-	3.104
Itacurubi	3.370	3.503	3.441
Jari	-	3.751	3.575
Júlio de Castilhos	25.133	20.416	19.579
Pinhal Grande	-	4.725	4.471
Quevedos	-	2.691	2.710
Santiago	51.755	52.138	49.071
Tupanciretã	23.240	20.947	22.281
Unistalda	-	2.644	2.450

Fonte: Elaborada com base em dados dos Censos Demográficos, IBGE (2016).

A população dos municípios também decresceu no ano de 2010 em relação ao ano 2000, na maior parte dos casos. Da mesma forma que o indicador de desenvolvimento humano aumentou significativamente no período 1991-2010, tal como ocorreu nas demais cinco microrregiões.

Tabela 18 – IDHM dos municípios da microrregião em 1991, 2000 e 2010

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Capão do Cipó	0,383	0,561	0,672
Itacurubi	0,420	0,539	0,657
Jari	0,273	0,516	0,631
Júlio de Castilhos	0,542	0,626	0,716
Pinhal Grande	0,405	0,566	0,678
Quevedos	0,343	0,491	0,665
Santiago	0,559	0,696	0,766
Tupanciretã	0,512	0,612	0,709
Unistalda	0,376	0,552	0,649

Fonte: Elaborada com base em dados do Atlas Brasil (2016).

Mas, o PIB tendeu a crescer durante o período, assim como o PIB per capita. Em que, não se nota tamanha queda da atividade interna nos municípios.

Tabela 19 – PIB e PIB per capita dos municípios da microrregião em 1990, 2000 e 2010

Município	PIB			PIB per capita		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Capão do Cipó	-	-	129.016.680	-	-	41.525
Itacurubi	12.770.185	23.988.877	45.061	3.777	6.831	13.095
Jari	-	28.275.190	74.235.742	-	7.556	20.765
Júlio de Castilhos	114.295.212	165.368.501	410.181.829	4.582	8.082	20.950
Pinhal Grande	-	60.326.014	311.038.041	-	12.663	69.568
Quevedos	-	18.694.758	58.192.956	-	6.960	21.473
Santiago	91.696.407	284.525.351	548.794.591	1.790	5.437	11.181
Tupanciretã	73.490.405	198.884.085	532.948.968	3.185	9.448	23.914
Unistalda	-	14.297.654	29.168.929	-	5.393	11.891

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2016).

Nota: Valores atualizados para o ano de 2010 através do IGP-DI.

Por fim, também se observa crescimento da participação do setor de serviços no VAB, especialmente em Santiago. A indústria possui menor peso, enquanto a agropecuária é expressiva em grande parte dos municípios.

Tabela 20 – VAB percentual dos municípios da microrregião em 1990, 2000 e 2010

Município	VAB Agropecuária			VAB Indústria			VAB Serviços		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Capão do Cipó	-	-	58%	-	-	13%	-	-	29%
Itacurubi	59%	55%	55%	0%	6%	4%	41%	39%	42%
Jari	-	57%	66%	-	5%	4%	-	38%	30%
Júlio de Castilhos	24%	34%	35%	41%	11%	6%	35%	56%	59%
Pinhal Grande	-	28%	11%	-	45%	77%	-	28%	12%
Quevedos	-	55%	57%	-	5%	4%	-	40%	40%
Santiago	30%	15%	9%	3%	12%	9%	67%	73%	82%
Tupanciretã	38%	30%	39%	13%	9%	6%	49%	61%	55%
Unistalda	-	48%	44%	-	5%	3%	-	46%	53%
<b>Total</b>	31%	28%	30%	20%	13%	18%	49%	59%	53%

Fonte: Elaborada com base em dados da FEE (2016).

## 4 METODOLOGIA

No que concerne à metodologia de pesquisa, esta seção trata de caracterizar o estudo realizado, descrevendo os aspectos e os procedimentos que envolvem o método de pesquisa adotado, com vistas a averiguar a dinâmica econômica da região onde a Universidade Federal do Pampa se insere.

### 4.1 Características e bases metodológicas

O presente estudo pode ser definido como exploratório e descritivo. Sob o caráter exploratório, entende-se como o primeiro passo do processo de pesquisa, que busca conferir uma visão geral e maior familiaridade com o problema, de maneira a obter uma nova percepção dele ou a construir hipóteses (GIL, 2002; GIL, 2007; CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Em um aspecto descritivo, o estudo corresponde ao seguinte:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61-62).

Em meio a um trabalho empírico, outra característica é a abordagem sobretudo quantitativa. Tendo em vista que os estudos quantitativos realçam o ato de medir e de analisar as relações causais entre as variáveis, em que os processos podem ser examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência (DENZIN; LINCOLN, 2006). Assim, combinado ao formato descritivo, os trabalhos quantitativo-descritivos consistem em:

investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas ou amostras de populações e programas (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 170).

Assim, para atender os objetivos específicos do estudo, primeiramente foi realizada uma caracterização a respeito da Universidade Federal do Pampa. Com o intuito de caracterizá-la,

percebe-se que a fundação da Unipampa está alicerçada no planejamento público para a educação superior no Brasil. Em seguida, com relação à inserção da Universidade na região, foram apreendidas as principais características regionais, sobretudo econômicas, dentre os aspectos históricos, culturais e ambientais.

Por conseguinte, o próximo passo consiste em analisar a dinâmica regional no que se refere ao período anterior e posterior à implantação da Universidade, com vista ao desenvolvimento regional. Identifica-se, assim, no estudo, a justaposição da dimensão cognitiva, geográfica, setorial e temporal.

De tal maneira que, a respeito do conhecimento gerado, contempla-se o caso da Universidade Federal do Pampa, a qual possui atuação multicampi. Cada unidade universitária demonstra um arranjo de áreas do conhecimento, em que cada unidade vai desenvolvendo-se sob esse espectro, constituindo sua estrutura física e aprendizado, relacionando-se institucionalmente com agentes locais, regionais, nacionais e internacionais.

No nível geográfico, o estudo fica delimitado à região no entorno da Unipampa, o que remete aos 10 campi instalados em meio a 30 municípios da Metade Sul. Por sua vez, estes abarcam cinco microrregiões geográficas do estado do Rio Grande do Sul, consoante a divisão territorial produzida pelo IBGE. Além disso, inclui-se uma sexta microrregião geográfica, como comparativa, já que não diz respeito à instalação da Unipampa, mas possui características regionais semelhantes ao espaço considerado no estudo.

Outrossim, ligando-se à maneira de análise da economia regional, são em oito os setores de atividade econômica analisados, considerando a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) de 1980, elaborada pelo IBGE (Quadro 4). Estes setores são os seguintes e referem-se a:

Quadro 4 – Setores de atividade econômica

<b>Macrossetores da Economia</b>	<b>Grandes Setores de Atividade Econômica (IBGE)</b>	<b>Setores de Atividade Econômica (IBGE)</b>
Indústria	Indústria Construção Civil	Extrativa Mineral Indústria de Transformação Serviços Industriais de Utilidade Pública Construção Civil
Serviços	Comércio Serviços	Comércio Serviços Administração Pública
Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca

Fonte: Elaborado com base em informações do IBGE (2016) e da RAIS (2016).

Além disso, para uma identificação mais desagregada, complementando a análise, são observados de forma breve os 25 subsetores de atividade econômica, com a finalidade de assimilar as principais atividades dentre os grandes setores.

Quadro 5 – Subsetores de atividade econômica

<b>Subsetores de Atividade Econômica (IBGE)</b>		
Extrativa Mineral	Indústria Química	Administração Técnica Profissional
Ind. Prod. Mineral Não Metálico	Indústria Têxtil	Serv. Transporte e Comunicações
Indústria Metalúrgica	Indústria Calçados	Serv. Alojamento, Alimentação, Rep.
Indústria Mecânica	Ind. Alimentos e Bebidas	Médicos, Odontólogos, Veterinários
Ind. Elétrico e Comunicação	Serviços de Utilidade Pública	Ensino
Ind. Material de Transporte	Construção Civil	Adm. Pública Direta e Autárquica
Ind. Madeira e Mobiliário	Comércio Varejista	Agricultura, Silvicultura, Animais
Ind. Papel, Editorial, Gráfica	Comércio Atacadista	
Ind. Borracha, Fumo, Couros	Instituições Financeiras	

Fonte: Elaborado com base em informações do IBGE (2016) e da RAIS (2016).

Por fim, o espaço temporal do estudo abrange o período de 1994 até 2014, conforme a disponibilidade de dados. Ao longo desses 21 anos de observação, contemplando duas décadas, percebe-se a evolução do peso das atividades econômicas desenvolvidas na região, de modo a indicar a direção da alocação de recursos produtivos nos municípios, quanto aos setores de atividade. Logo, pode-se notar o comportamento, as mudanças, a concentração nos momentos anterior e posterior ao estabelecimento da Unipampa. Considerando, os anos anteriores à implantação da Universidade, por volta da primeira década do período, e os anos posteriores, mais recentes, que condiz com a segunda década do período.

Portanto, estas bases metodológicas estão no sentido de que, além do inerente aspecto social, a Unipampa possui um propósito regional explícito, que é o de minimizar o processo de estagnação econômica e viabilizar o desenvolvimento regional na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Sendo assim, alguns resultados são esperados nesta pesquisa, tais como: i) um impacto positivo na economia regional, relacionado ao caráter de desenvolvimento exógeno; e ii) um indicativo de dinamização dos setores produtivos, vislumbrando potencial para geração de novas empresas, empregos e renda, podendo significar a direção de uma economia de aprendizado, com a capacidade de absorção do conhecimento pela região.

#### **4.2 Definição do método de pesquisa e procedimentos**

Em função de procurar realizar uma análise da dinâmica regional, propõe-se a aplicação de medidas da estatística descritiva e de cálculo do Quociente Locacional.

### 4.2.1 Estatística Descritiva

A estatística dispõe de um conjunto de processos e medidas que servem à investigação e à análise dos fenômenos. A estatística descritiva, como parte de um conjunto maior, consiste na sumarização e apresentação de dados, descrevendo-os para produzir informações de forma completa e de fácil interpretação. A observação gráfica, tabular e numérica é um importante recurso de organização e análise a partir da aplicação de estatística descritiva.

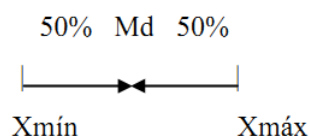
Neste estudo, as informações produzidas foram apresentadas em gráficos e tabelas. Bem como, faz-se uso de medidas numéricas, tais como as medidas de posição (i; ii; iii; iv) e de variabilidade (v; vi; vii; viii). Em particular, utiliza-se o número-índice (ix) para comparar variações. Com base em Anderson, Sweeney e Williams (2011), seguem-se as definições das medidas:

- i)** Mínimo: é o valor mínimo de um conjunto de dados ( $X_{\text{mín}}$ );
- ii)** Máximo: é o valor máximo de um conjunto de dados ( $X_{\text{máx}}$ );
- iii)** Média aritmética simples ( $\bar{X}$ ): é o valor médio de uma variável, representando em um único valor os dados observados e sendo afetado pela magnitude destes.

$$\bar{X} = \frac{X_1 + X_2 + \dots + X_n}{n} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

Corresponde à soma de todos os valores ( $X$ ), dividida pelo número de observações ( $n$ ) da série;

- iv)** Mediana ( $Md$ ): é o valor intermediário, mediante a organização dos dados em ordem crescente.



A mediana divide a série de observações em duas partes iguais, em duas metades de 50%, uma com valores menores do que o mediano e outra com valores maiores do que este;

- v)** Amplitude ( $H$ ): é a diferença entre o valor máximo e o valor mínimo.

$$H = X_{\text{máx}} - X_{\text{mín}}$$

Considerando somente estas duas observações da série de dados em seu cálculo, consiste em uma medida fácil, mas não tão segura para indicar a variabilidade;

**vi)** Variância ( $s^2$ ): representa a variabilidade total dos dados.

$$s^2 = \frac{\sum (X_i - \bar{X})^2}{n - 1}$$

Utilizando-se todos eles e baseando-se na diferença entre o valor de cada observação e a média;

**vii)** Desvio padrão ( $s$ ): em prática, é uma medida mais apropriada para indicar a variabilidade do que a variância.

$$s = \sqrt{s^2}$$

É estimado a partir da raiz quadrada da variância;

**viii)** Coeficiente de variação (CV): é uma medida relativa da dispersão dos dados, geralmente expressa em porcentagem, possibilitando a comparação entre série de dados com grandezas diferentes.

$$CV\% = \frac{s}{\bar{X}} \cdot 100$$

O coeficiente de variação considera a dispersão do desvio padrão em relação a sua média;

**ix)** Número-índice: é útil para demonstrar oscilações em variáveis, de modo que não possui unidade de medida, por isso, permite a comparação de variáveis relacionadas e capta as variações ocorridas ao longo do tempo, entre lugares ou entre categorias semelhantes.

Foi utilizada a forma simples do número-índice para a construção de uma série que facilitasse a leitura das oscilações ocorridas nas variáveis de empregos ativos, estabelecimentos ativos e remuneração média:

$$I_{i,0} = \left( \frac{X_i}{X_0} \right) \times 100$$

Onde:

$I_{i,0}$  = número-índice do ano  $i$  em relação a uma base no período 0;

$X_i$  = valor observado no ano  $i$ ;

$X_0$  = valor no ano 0 (base = 100).

Considerou-se o ano de 1994 como o período-base (ano 0 = 1994; base = 100). Exceto, no caso dos municípios onde não havia dados para esse ano; de qualquer forma, considerou-se o ano inicial da série de dados como base. A apresentação e observação das variações ocorridas na série de números-índices fez-se a partir de gráficos, utilizando-se a escala logarítmica no eixo vertical para melhorar a visualização.

Sendo assim, a estatística descritiva serviu para analisar previamente a tendência e a variação ocorrida ao longo de 1994 a 2014 nas microrregiões e municípios estudados.

#### 4.2.2 Quociente Locacional

O método do Quociente Locacional (QL) é amplamente utilizado em estudos de economia e desenvolvimento regional. Sua compreensão encontra-se em *Methods of Regional Analysis: an Introduction to Regional Science*, em 1960, de Walter Isard. Desde seu trabalho de 1956, o autor vem a considerar o peso locacional nas atividades produtivas, mas o Quociente Locacional, especificamente, é proposto como um indicativo exploratório do grau de relação exportação-importação de um setor em uma região.

O Quociente Locacional é uma medida de localização, como o próprio nome indica. Ou também pode ser entendido como uma medida de especialização, sendo capaz de indicar concentração ou não de determinada variável-base, setorialmente, em dado período. Como variável-base pode-se usar o valor adicionado na produção, a quantidade de firmas e de empregos, entre outras, que sejam coerentes para captar a dinâmica setorial. O QL, nas palavras de Isard, “*It is a device for comparing a region’s percentage share of a particular activity with its percentage share of some basic aggregate*” (ISARD, 1960, p. 124).

Assim, geralmente a utilização do QL tem o intuito de mostrar a participação relativa de um setor de um município ou região comparativamente à participação relativa desse mesmo setor no estado, país ou outra região, de modo a revelar a importância de uma atividade local e em relação a um outro. Em vista disso, considera-se que a aplicação do quociente é confiável, já que anula o efeito do tamanho, podendo indicar a potencialidade de um setor em um espaço

menor em comparação a outro maior a ele relacionado. Todavia, serve apenas para identificar a localização de um setor especializado, não possibilitando maiores deduções, como inferir a complexidade do setor. O QL pode indicar que um setor potencial é exportador, enquanto as atividades produtivas menos concentradas na região são importadoras.

Seguindo as orientações de Lara, Fiori e Zanin (2010), tem-se a seguinte estrutura básica dos dados, sobre a qual a expressão do quociente foi delineada:

	Microrregião 1	Microrregião 2	...	Microrregião j	Total
Setor 1	$X_{11}$	$X_{12}$	...	$X_{1j}$	$XES_1$
Setor 2	$X_{21}$	$X_{22}$	...	$X_{2j}$	$XES_2$
...	...	...	...	...	...
Setor i	$X_{i1}$	$X_{i2}$	...	$X_{ij}$	$XES_i$
Total	$XM_1$	$XM_2$	...	$XM_j$	$XE$

Sabendo que i refere-se ao indicativo da linha (Setor) e j, ao da coluna (Microrregião), e que X simboliza a variável-base. O total da linha representa o acumulado do setor no estado ( $XES_i$ ) e o total da coluna, o acumulado da microrregião ( $XM_j$ ). Por fim, XE corresponde ao total da variável X no estado. Aqui, nesse estudo, i vai de 1 a 8 (oito setores) e j de 1 a 6 ou de 1 a 39 (seis microrregiões, correspondentes a 39 municípios). Então, assume-se o seguinte cálculo do QL:

$$QL = \frac{X_{ij} / XES_i}{XM_j / XE}$$

Se o resultado do quociente for maior do que um ( $QL > 1$ ), indica que o setor é potencial no município, em sua microrregião, quanto à variável utilizada, em comparação com a sua representatividade no estado. Então, a fim de captar a dinâmica da economia regional, a variável-base no cálculo do QL será:

- i)** o emprego ativo;
- ii)** o estabelecimento ativo; e
- iii)** a remuneração média.

De tal maneira a observar a dinâmica das atividades tendendo à especialização ou diversificação, à potencialidade ou carência, na economia dos municípios componentes de cada microrregião pertinente ao estudo.

### 4.3 Variáveis e fonte dos dados

Haja vista que o estudo tem por base uma aproximação entre a inserção da Universidade e o desenvolvimento regional, a análise perpassa o uso de variáveis a partir de fundamentais base de dados.

Como principais variáveis estudadas, têm-se os empregos ativos, os estabelecimentos ativos e a remuneração média dos empregados ativos, que podem ser chamadas simplesmente de empregos, estabelecimentos e remuneração. O uso dessas variáveis justifica-se em razão de se supor que, em geral, os ramos de atividade potenciais empregam mais mão de obra no decorrer do tempo, assim sendo o emprego propulsor da renda regional, estimulando o consumo e, conseqüentemente, a dinâmica da região. Por sua vez, a remuneração média também pode indicar a qualificação dos setores, uma vez que a remuneração deve ser mais elevada à medida que cresce o nível de conhecimento ou, como massa salarial, à medida que cresce o número de empregados. Já, o número de estabelecimentos, pode mostrar o crescimento ou não de firmas em determinado setor, estimulando os empregos ou o uso de outros recursos, além de poder apontar a inclinação à criação de novas empresas e de novos tipos de negócios.

Os empregos ativos referem-se ao número de vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro do ano considerado. Quanto aos estabelecimentos, leva-se em conta o número de estabelecimentos ativos, logo, excetuando-se os estabelecimentos que não possuem empregados ou que manteve suas atividades paralisadas no respectivo ano. A remuneração média consiste no valor médio remunerado aos vínculos ativos apurados em 31 de dezembro do ano, atualizado em salários mínimos, admitindo-se a soma de todos os valores salariais recebidos dividida pelo número de empregos ativos.

A principal base de dados, então, sobre empregos, estabelecimentos e rendimentos, é oriunda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Atenta-se que os dados coletados referem-se ao mercado de trabalho formal, isto é, são informações colhidas a partir da população economicamente ativa ocupada em setor formal.

É importante também situar que, na seção 3.1, foram consultados os últimos planos nacionais de desenvolvimento da educação, delineados para o período entre 2001 a 2024, bem como os recursos destinados para o ensino superior na forma de financiamento e investimento. No caso da Unipampa, fez-se consulta a diversos documentos compreendidos no período de

2008 a 2016, a que se convencionou chamar de dados da Unipampa, coletados em 2016, disponíveis em meio eletrônico, a fim de que se levantasse informações sobre organização, número de cursos oferecidos, número de discentes, de ingressantes e concluintes, número de funcionários, programas assistenciais e acadêmicos atendidos, estrutura física, valores patrimoniais, gastos de custeio e investimento, entre outros dados, a fim de contextualizar a dimensão da Universidade e o seu crescimento em termos de qualidade e quantidade, então, expressos em sua concepção e atuação.

Na seção 3.2, fez-se uma breve abordagem da formação econômica do Rio Grande do Sul, particularizando-se o caso da Metade Sul, que, dado a estagnação de seu desenvolvimento, vem a ser uma mesorregião diferenciada, objeto de fomento do Ministério da Integração Nacional. Considerou-se a divisão em espaços microrregionais acerca dos municípios que contém unidades da Unipampa e foram observados alguns indicadores como área territorial, população, IDHM (bloco renda, educação e longevidade), PIB e PIB per capita e composição do VAB (agropecuária, indústria e serviços). Assim, foram apresentados os dados para os últimos anos disponíveis, sendo de 2013, para o PIB e o VAB, e de 2015, para a estimativa populacional. Além disso, considerou-se a evolução decenal seguindo os dados dos censos demográficos, de 1990/1991, de 2000 e de 2010, para a população, o IDHM e o PIB. Esses dados foram coletados a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (IDHM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (área territorial e número populacional) e da Fundação de Economia e Estatística (PIB e VAB).

## **5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo dedica-se à apresentação e à discussão dos resultados obtidos, sucedendo-se à caracterização da Universidade Federal do Pampa e da região que a abrange. A perspectiva é de uma análise da dinâmica regional, particularmente sob o comportamento das variáveis de empregos, estabelecimentos e remuneração média, assim como dos setores de atividade econômica.

### **5.1 Análise da dinâmica regional**

A fim de compor a análise da dinâmica regional, no que se refere às microrregiões que envolvem municípios que sediam unidade da Unipampa, procurando abarcar particularidades quanto a transformações da estrutura econômica ao longo do tempo em momentos anterior e posterior à instalação da Universidade, a apresentação e discussão dos resultados dispõe-se na percepção da tendência da série de dados de empregos, estabelecimentos e remuneração média por microrregião estudada, na observação das oscilações ocorridas entre os municípios de cada uma das microrregiões e, por fim, na verificação da evolução das potencialidades dos setores de atividade econômica em cada município, especialmente os que são municípios-sede.

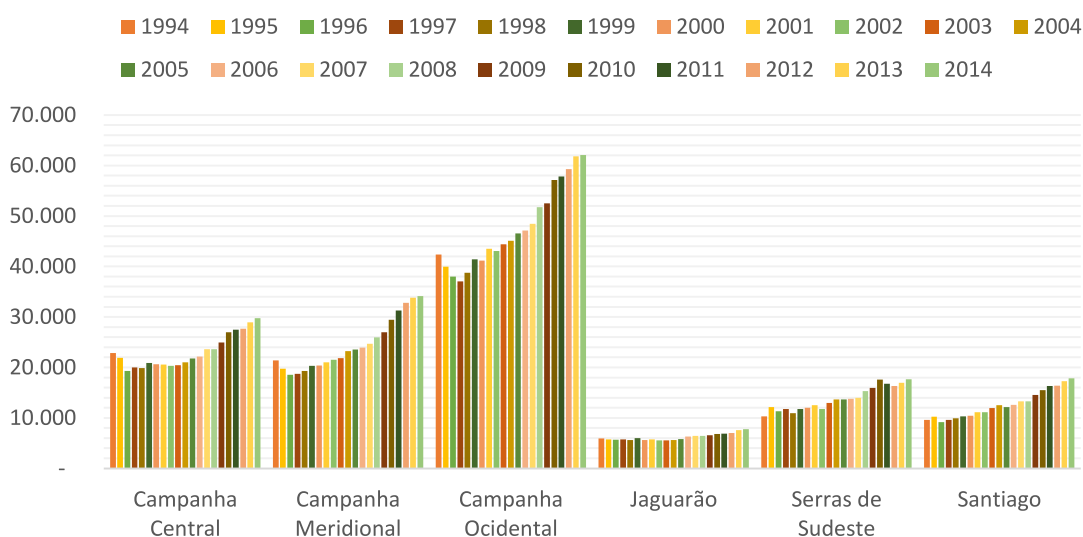
#### **5.1.1 Tendência de 1994 a 2014: anos anteriores e recentes à Universidade**

A observação gráfica do número de vínculos empregatícios, do número de estabelecimentos ativos e do valor da remuneração média dos empregos ativos em nível microrregional pode indicar a tendência e previamente algumas variações na dinâmica econômico-produtiva de parte da mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul ao longo de cerca de duas décadas. São consideradas as cinco microrregiões ao entorno da instalação da Universidade Federal do Pampa (Campanha Central, Campanha Meridional, Campanha Ocidental, Jaguarão e Serras de Sudeste) e uma outra microrregião pertencente à Metade Sul (Santiago), como comparativa, dada a proximidade e características assemelhadas, mas que não diz respeito à região de abrangência de instalação da Unipampa.

### 5.1.1.1 Empregos

Na visualização do número de empregos ativos em todo o período considerado, percebe-se inclinação positiva mais acentuada nas microrregiões Campanha Ocidental, Campanha Meridional, Santiago, Serras de Sudeste e Campanha Central, respectivamente, o que pode condizer com um crescimento mais acelerado do emprego nos últimos anos, ao passo que em Jaguarão ocorreu elevação, contudo a manifesta de forma mais discreta (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Número de empregos em microrregiões da Metade Sul, 1994 a 2014

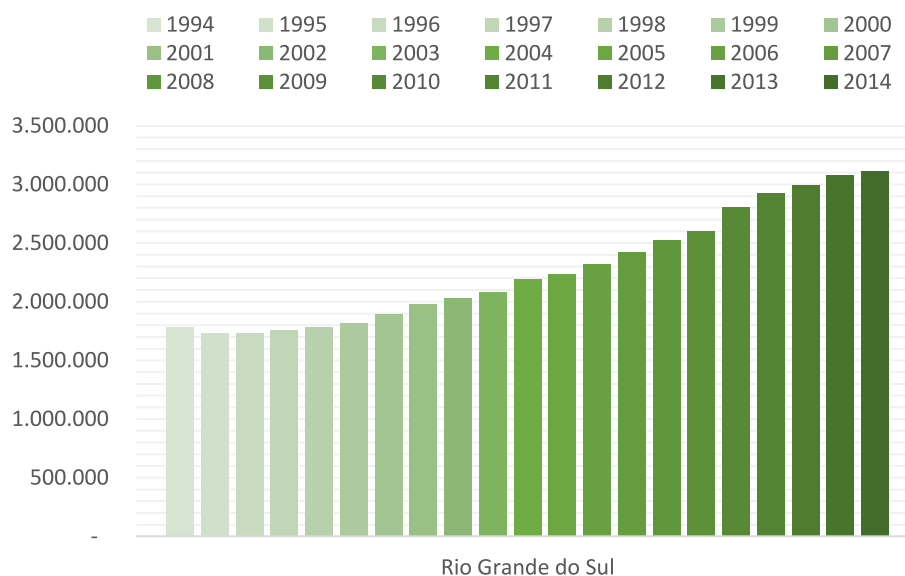


Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Em meio ao período, nota-se queda dos vínculos empregatícios, logo após 1994; mas há recuperação e os empregos crescem, após a primeira década. Isto é bastante perceptível na Campanha Ocidental e Campanha Meridional. Enquanto, a propensão do emprego em Serras de Sudeste e Santiago tende a ser crescente, porém de modo mais equilibrado durante o período. Por fim, o comportamento dos empregos nas microrregiões consideradas é ascendente, tendo aumentado praticamente ano a ano, expressivamente com referência ao segundo decênio.

Todavia, o que foi observado sobre a tendência do número de empregos formais para estas seis microrregiões da Metade Sul não corresponde ao que pode ser visualizado para o estado do Rio Grande do Sul (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Número de empregos no Rio Grande do Sul, 1994 a 2014



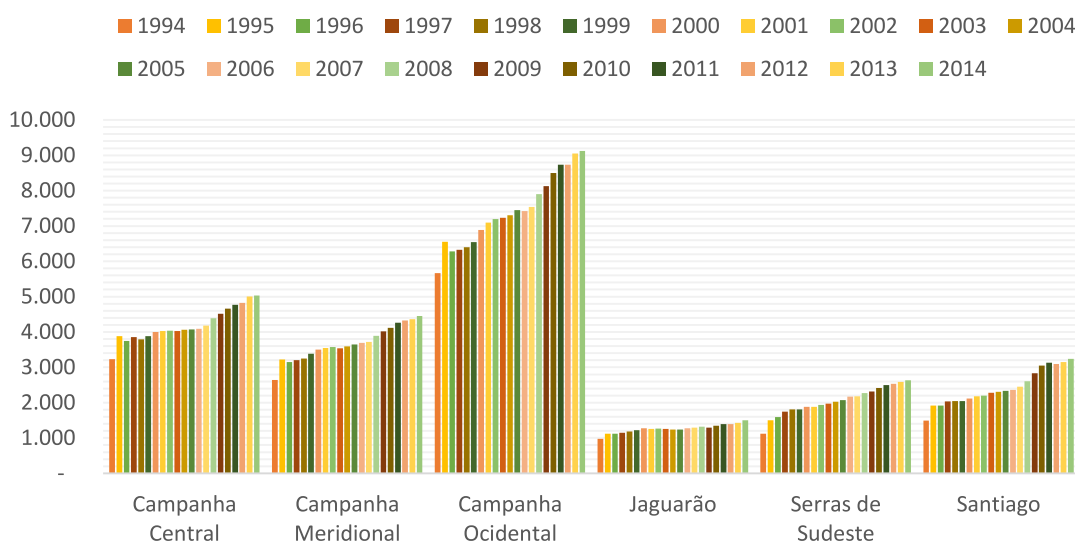
Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Haja vista que o número de vínculos empregatícios no estado apresentou persistente aumento ao longo de 1994 até 2014. Por conseguinte, isso vai ao encontro das afirmações de uma situação de baixo dinamismo na Metade Sul, em sentido oposto ao comportamento em nível estadual. Segue-se, então, a observação do número de estabelecimentos ativos, pois assertivamente podem influenciar o número de vínculos empregatícios e refletir a condição do dinamismo regional.

#### 5.1.1.2 Estabelecimentos

Com relação ao número de estabelecimentos ativos, a tendência é de crescimento ao longo dos 21 anos observados, destacando-se as Campanhas Ocidental, Meridional e Central, visto um aspecto bastante íngreme na disposição gráfica dos dados (Gráfico 7). Ainda, percebe-se o aumento do número de empresas atuantes nas microrregiões na primeira metade do período.

Gráfico 7 – Número de estabelecimentos em microrregiões da Metade Sul, 1994 a 2014

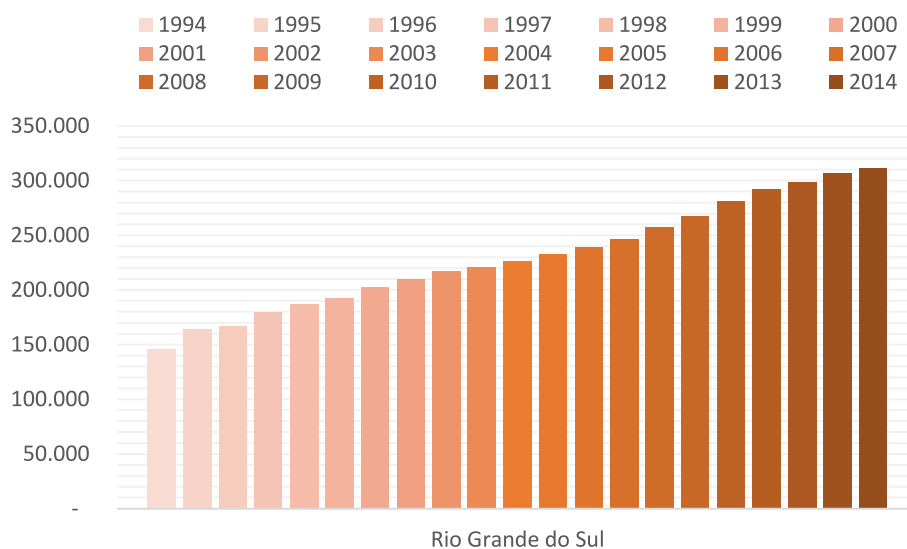


Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

A elevação nas microrregiões mostra-se mais destacada ao final do período, sendo a quantidade de estabelecimentos ativos superior ao período inicial. Como exemplo, havia uma média de 6.744 estabelecimentos atuantes em toda a Campanha Ocidental (microrregião maior) entre 1994-2005, passando para 8.349 entre 2006-2014. Também, em Jaguarão (microrregião menor), eram 1.193 estabelecimentos, em média, em 1994-2005 e chega a 1.359 em 2006-2014.

No que se refere aos estabelecimentos, portanto, atenta-se que houve acréscimo em quantidade nas microrregiões analisadas, sendo esta tendência coerente com o que ocorreu em nível estadual, tal como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Número de estabelecimentos no Rio Grande do Sul, 1994 a 2014



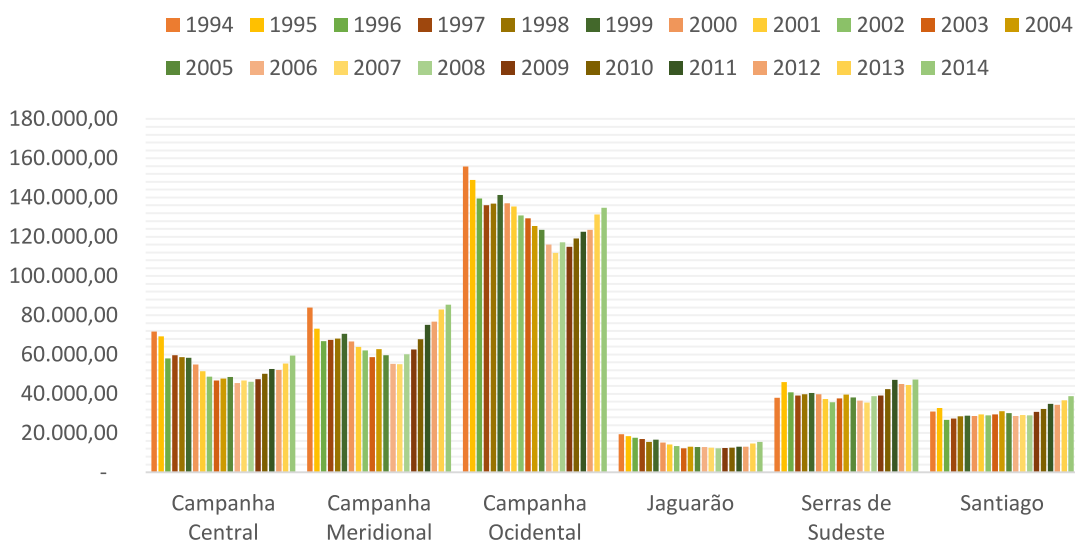
Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Há evolução positiva do número de empreendimentos em todo o período, de 1994 a 2014, no Rio Grande do Sul. Por conseguinte, a tendência do valor médio remunerado aos vínculos empregatícios pode também indicar algo sobre a dinâmica regional em consonância com o número de empregos e de estabelecimentos.

### 5.1.1.3 Remuneração

É pertinente também a demonstração da evolução do valor remunerado aos empregados ativos no período, uma vez que se observou, em geral, aumento do número de empregos e evidente crescimento do número de estabelecimentos. Todavia, quanto à renda média dos trabalhadores, vê-se uma diminuição considerável, na primeira década, principalmente no que diz respeito às microrregiões Campanha Ocidental, Meridional e Central. Entretanto, a remuneração média passa a elevar-se na década seguinte (Gráfico 9).

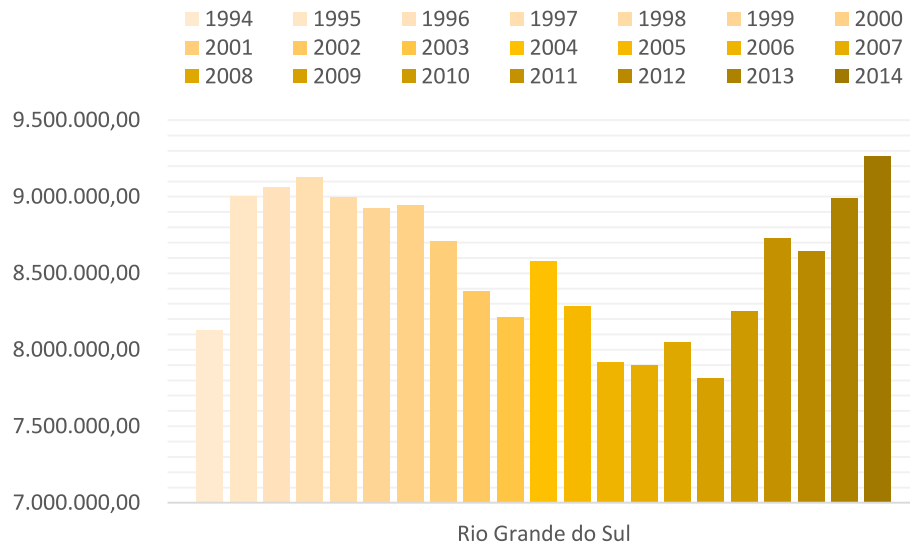
Gráfico 9 – Remuneração média em microrregiões da Metade Sul, 1994 a 2014



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Em Jaguarão, o sentido é de decréscimo da remuneração média, esboçando pequena elevação ao final do período. Ao passo que Santiago e Serras de Sudeste expressam mudanças amenas em relação à diminuição dos rendimentos ao longo dos anos e com acréscimo ao fim do período, revelando que mantiveram valores em um patamar próximo, mas com aumento nos últimos anos. No Rio Grande do Sul, houve queda significativa da remuneração em meio as duas décadas, com aumento do patamar dos rendimentos apenas nos últimos anos do período observado (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Remuneração média no Rio Grande do Sul, 1994 a 2014



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Desse modo, a tendência da remuneração média dos empregos ativos nas microrregiões da Campanha aproxima-se mais das modificações nos rendimentos do estado. No entanto, no Rio Grande do Sul, os rendimentos dos empregos ativos ao final do período superam os valores iniciais da primeira década. A seguir, as discussões finais desta seção finalizam esta apresentação e discussão da tendência das variáveis ao longo das duas décadas.

#### 5.1.1.4 Discussões

Notadamente, a Campanha Ocidental possui maior número de empregos e de estabelecimentos ativos, bem como maior remuneração média, dentre as seis microrregiões consideradas, enquanto Jaguarão é a menor microrregião nesses termos. Isto é condizente, em certa medida, com o número de municípios que cada microrregião abrange e com o seu escore populacional. Em seguida, a Campanha Meridional destaca-se em número de empregos e em valor remunerado, mas concentra menor número de estabelecimentos do que a Campanha Central, por exemplo.

A microrregião de Santiago apresenta remuneração média mais baixa do que Serras de Sudeste. Porém, Santiago contém mais estabelecimentos ativos e o número de empregos quase que se equipara entre as duas microrregiões. Veja-se o comparativo entre as microrregiões consoante as duas décadas (Tabela 21).

Tabela 21 – Empregos, estabelecimentos e remuneração média em 1994, 2004 e 2014

Microrregião	Empregos (Nº)			Estabelecimentos (Nº)			Remuneração Média (R\$)		
	1994	2004	2014	1994	2004	2014	1994	2004	2014
Campanha Ocidental	42.390	45.065	62.085	5.663	7.308	9.126	155.758	125.407	134.798
Campanha Central	22.819	20.999	29.761	3.229	4.065	5.031	71.646	47.824	59.435
Campanha Meridional	21.384	23.216	34.119	2.642	3.590	4.449	83.988	62.745	85.437
Serras de Sudeste	10.333	13.659	17.659	1.123	2.023	2.629	37.969	39.607	47.222
Santiago	9.634	12.545	17.828	1.494	2.307	3.236	31.000	31.185	38.766
Jaguarão	5.920	5.598	7.745	980	1.243	1.503	19.468	13.115	15.520

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

A Campanha Meridional parece ter tido maior potencial para geração de vínculos empregatícios e, logo, maior remuneração média do que a Campanha Central, nos últimos anos analisados. Mesmo que apresente menor número de estabelecimentos. Assim como acontece com Serras de Sudeste em relação a Santiago.

Por fim, tendo como referência o ano inicial de 1994, todas as microrregiões consideradas cresceram quanto ao número de vínculos empregatícios, principalmente nos anos finais do segundo decênio. Já, a tendência da quantidade de estabelecimentos ativos é ascendente durante as duas décadas. Ao contrário, a remuneração média tende a decrescer, mas aparentemente a taxas menores, obtendo reação ao final do período.

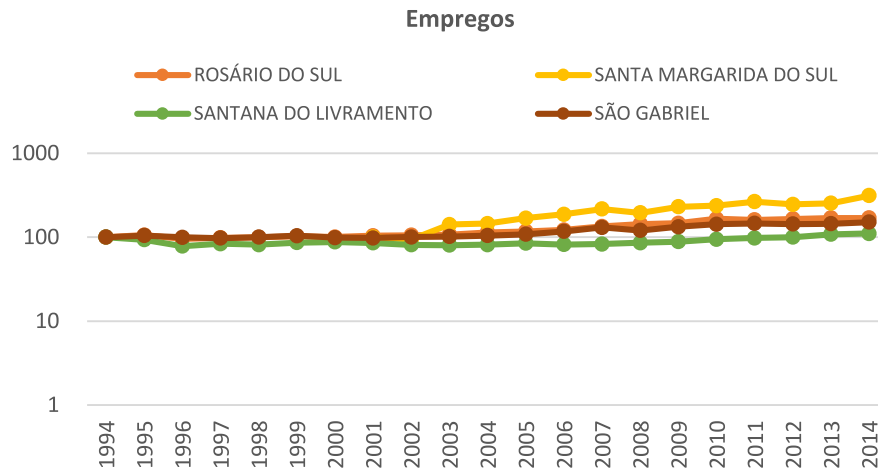
### 5.1.2 Variação de 1994 a 2014: comparativo dos municípios por microrregião

O exame por municípios em cada microrregião pode dirimir mais especificidades sobre a dinâmica regional. Nesse sentido, percebe-se as oscilações das variáveis estudadas na forma de número-índice simples e demais medidas descritivas de dados.

#### 5.1.2.1 Campanha Central

Nos quatro municípios da respectiva microrregião, percebe-se variações positivas sobre os vínculos empregatícios, principalmente ao final do período. Este aumento é bastante destacado em Santa Margarida do Sul, mas inferior em Santana do Livramento (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Variação dos empregos por municípios da Campanha Central



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

No entanto, a Tabela 22 expressa que Santa Margarida do Sul possui apenas 308 empregos ativos, em média, no período; enquanto Santana do Livramento apresenta 10.989, ao qual se segue São Gabriel e Rosário do Sul.

Tabela 22 – Posição e variabilidade dos empregos na Campanha Central

EMPREGOS	Rosário do Sul	Santa Margarida do Sul	Santana do Livramento	São Gabriel
Amplitude	2.691	337	4.025	3.360
Mínimo	3.441	145	9.621	6.141
Máximo	6.132	482	13.646	9.501
Média	4.523	308	10.989	7.332
Mediana	4.134	317	10.572	6.593
Variância	978.992	9.776	1.324.669	1.494.677
Desvio Padrão	989	99	1.151	1.223
Coefficiente de Variação	22%	32%	10%	17%

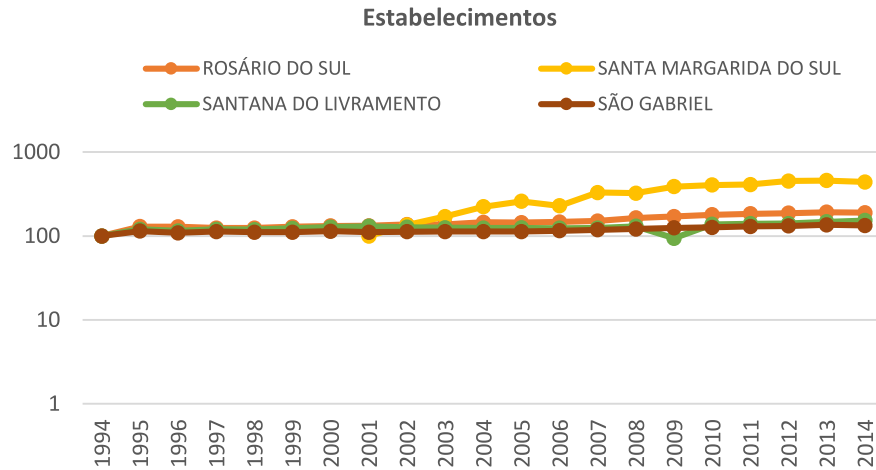
Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Apesar disso, diante de amplitudes diferenciadas, o coeficiente de variação de 32% anuncia maior variabilidade do emprego em Santa Margarida do Sul. Assim como, nesse caso, a mediana é maior do que a média, apontando maior aumento na segunda metade do período. Em geral, para esses municípios, os valores máximos situam-se em 2014 e, os mínimos, nos anos 90 ou início dos anos 2000.

A situação é semelhante quanto aos estabelecimentos ativos na microrregião, uma vez que cresceram mais rapidamente em Santa Margarida do Sul. Houve variações positivas em

todos os municípios ao longo do período. Exceto, queda no ano de 2009 em Santana do Livramento (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Variação dos estabelecimentos por municípios da Campanha Central



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Com variação relativa de 40% e mediana maior do que a média, confirma-se um crescimento acentuado e acelerado de estabelecimentos em Santa Margarida do Sul (Tabela 23). Em seguida, aparece Rosário do Sul com maior variação, embora Santana do Livramento e São Gabriel destaquem-se em número de estabelecimentos, expressivamente ao final do período.

Tabela 23 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos na Campanha Central

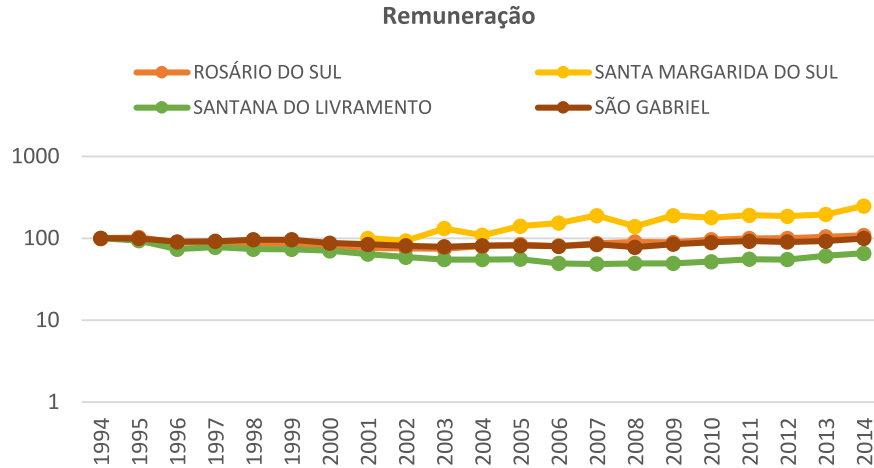
ESTABELECEMENTOS	Rosário do Sul	Santa Margarida do Sul	Santana do Livramento	São Gabriel
Amplitude	584	61	877	399
Mínimo	634	17	1.391	1.113
Máximo	1.218	78	2.268	1.512
Média	945	53	1.872	1.312
Mediana	915	56	1.853	1.267
Variância	27.095	437	41.645	10.853
Desvio Padrão	165	21	204	104
Coefficiente de Variação	17%	40%	11%	8%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

A respeito da remuneração média dos vínculos empregatícios ativos, também é notável que o município de Santa Margarida do Sul tem comportamento crescente. Porém, os demais

municípios demonstram um decréscimo em relação a 1994, com recuperação do crescimento da remuneração média somente ao final do período (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Variação da remuneração média por municípios da Campanha Central



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Todavia, a remuneração média do ano de 2014 não alcança o patamar do ano de 1994 em Santana do Livramento e em São Gabriel, embora apresentem valores médios mais altos do que em Rosário do Sul e Santa Margarida do Sul (Tabela 24). Por sua vez, a variabilidade dos rendimentos em relação à média foi maior em Santa Margarida do Sul (27%). Porém, a dispersão relativa de Santa do Livramento ficou bem próxima (23%), o que evidencia a discrepância acentuada dos dados em tendência crescente no primeiro caso; mas decrescente no segundo.

Tabela 24 – Posição e variabilidade da remuneração média na Campanha Central

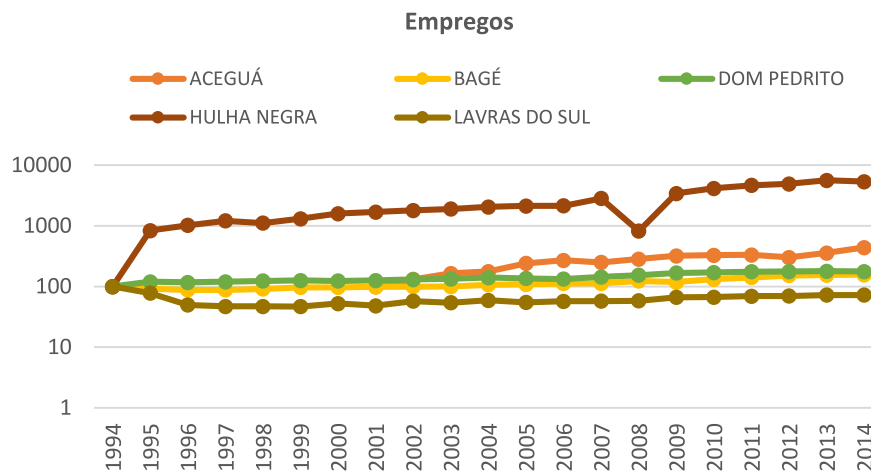
REMUNERAÇÃO	Rosário do Sul	Santa Margarida do Sul	Santana do Livramento	São Gabriel
Amplitude	3.942	596	21.063	4.228
Mínimo	8.655	358	19.790	14.958
Máximo	12.597	954	40.853	19.186
Média	10.383	617	26.008	16.988
Mediana	10.219	639	24.030	17.087
Variância	1.362.993	28.553	34.509.473	1.894.270
Desvio Padrão	1.167	169	5.874	1.376
Coefficiente de Variação	11%	27%	23%	8%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

### 5.1.2.2 Campanha Meridional

Os empregos ativos tiveram maior variação, em sentido ascendente, em Hulha Negra e em Aceguá, na Campanha Meridional (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Variação dos empregos por municípios da Campanha Meridional



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

A maior heterogeneidade dos dados do período nesses dois municípios, 68% e 36%, respectivamente (Tabela 25), vai ao encontro da constatação de uma elevação mais rápida do emprego. Dom Pedrito e Bagé apresentaram aumento menos destacado no período, todavia Bagé é o maior município, chegando ao máximo de 22.837 vínculos empregatícios ativos em 2014. Em média, é seguido por Dom Pedrito, Lavras do Sul, Hulha Negra e Aceguá.

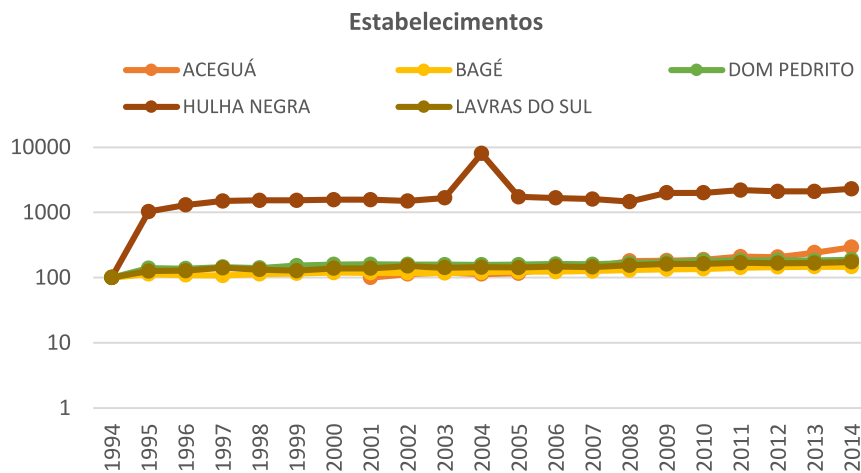
Tabela 25 – Posição e variabilidade dos empregos na Campanha Meridional

EMPREGOS	Aceguá	Bagé	Dom Pedrito	Hulha Negra	Lavras do Sul
Amplitude	798	10.037	3.045	2.266	868
Mínimo	236	12.800	3.889	41	759
Máximo	1.034	22.837	6.934	2.307	1.627
Média	622	16.446	5.501	990	995
Mediana	653	15.538	5.204	780	937
Variância	49.539	10.527.532	857.320	447.594	44.720
Desvio Padrão	223	3.245	926	669	211
Coefficiente de Variação	36%	20%	17%	68%	21%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Nesse sentido, Hulha Negra também lidera as variações sobre os estabelecimentos ativos, seguido novamente por Aceguá (Gráfico 15). Uma vez que há grande elevação em número de estabelecimentos, observada por um valor mínimo de 3 unidades em Hulha Negra em 1994 e por um ponto máximo de 240 estabelecimentos no ano de 2004, o que representa uma alteração irregular, pois este valor é bastante superior à média, que é de 58. A dispersão em torno da média de 76% corrobora a heterogeneidade dos números verificados em Hulha Negra, assim como em Aceguá, de 34% (Tabela 26).

Gráfico 15 – Variação dos estabelecimentos por municípios da Campanha Meridional



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

O município de Bagé dispõe de maior número de estabelecimentos ativos, com uma média de 2.219 no período, apresentando maior quantidade em 2014 e menor número de estabelecimentos em 1994. Além disso, houve dispersão baixa dos dados em Bagé. Houve comportamento crescente em todos os municípios da Campanha Meridional, todavia o número de estabelecimentos variou menos em Bagé e em Lavras do Sul.

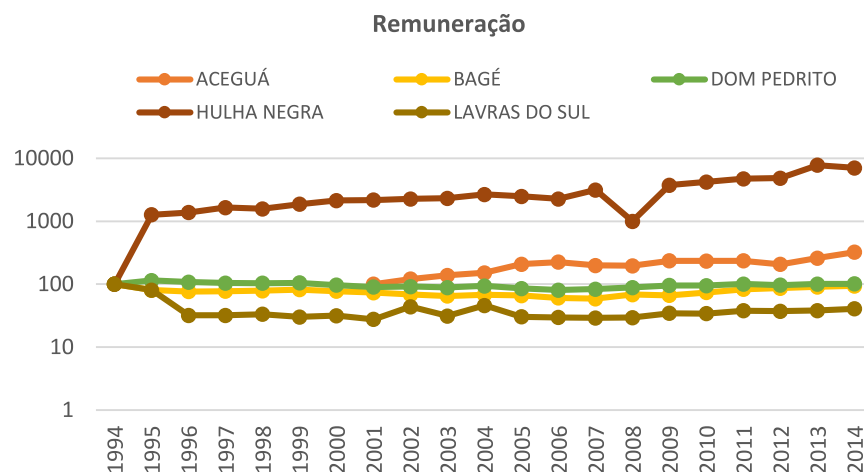
Tabela 26 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos na Campanha Meridional

ESTABELECIDAMENTOS	Aceguá	Bagé	Dom Pedrito	Hulha Negra	Lavras do Sul
Amplitude	117	835	606	237	122
Mínimo	61	1.788	685	3	166
Máximo	178	2.623	1.291	240	288
Média	102	2.219	1.092	58	242
Mediana	100	2.156	1.088	48	240
Variância	1.186	56.623	19.624	1.940	869
Desvio Padrão	34	238	140	44	29
Coefficiente de Variação	34%	11%	13%	76%	12%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Logo, percebe-se variações positivas na remuneração média em Hulha Negra e em Aceguá, enquanto o valor remunerado decresce mais significativamente em Bagé e em Lavras do Sul, após 1994, mas retomando um crescimento ao final do período, principalmente no caso de Bagé (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Variação da remuneração média por municípios da Campanha Meridional



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Dom Pedrito está em uma situação intermediária, em que houve decréscimo da remuneração após o ano 2000, mas em menor medida, e volta a obter variações positivas em 2011. Visto que a discrepância entre os valores do período vem a ser menor em Dom Pedrito e também em Bagé (Tabela 27).

Tabela 27 – Posição e variabilidade da remuneração média na Campanha Meridional

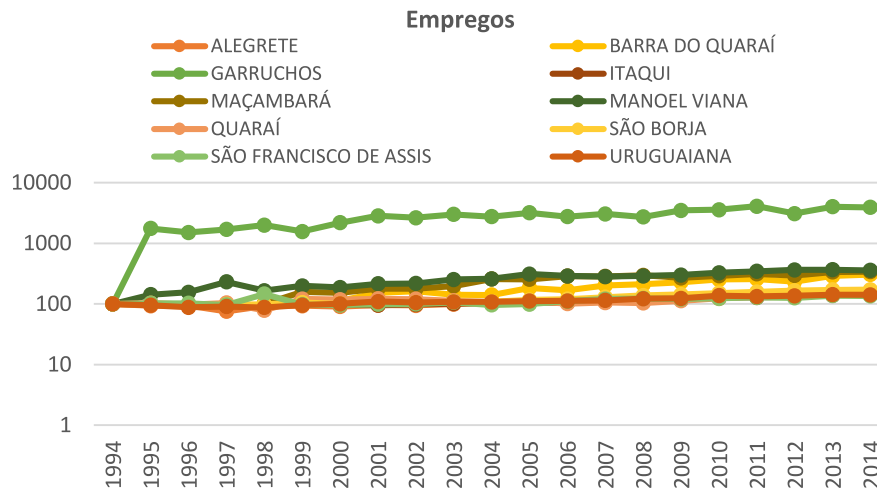
REMUNERAÇÃO	Aceguá	Bagé	Dom Pedrito	Hulha Negra	Lavras do Sul
Amplitude	1.685	26.711	4.464	6.731	4.157
Mínimo	758	38.309	10.568	87	1.592
Máximo	2.443	65.020	15.032	6.818	5.749
Média	1.532	49.393	12.651	2.527	2.271
Mediana	1.570	49.615	12.674	1.983	1.917
Variância	200.320	50.281.234	1.252.667	2.837.686	1.054.140
Desvio Padrão	448	7.091	1.119	1.685	1.027
Coefficiente de Variação	29%	14%	9%	67%	45%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

### 5.1.2.3 Campanha Ocidental

Observa-se que o emprego variou positivamente em todos os municípios da Campanha Ocidental e o crescimento, em relação ao ano de 1994, foi superior em Garruchos, Manoel Viana, Maçambará e Barra do Quaraí (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Variação dos empregos por municípios da Campanha Ocidental



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Em Garruchos, a variabilidade relativa foi de 37%. Em ordem decrescente, seguido por Barra do Quaraí, Manoel Viana e Maçambará. Além disso, na segunda metade do período, o número de empregos fica acima da média em Maçambará, Manoel Viana e Garruchos. Ao contrário de São Francisco de Assis, onde o emprego cresceu mais lentamente no período. A média de empregos ativos é maior em Uruguaiana, Alegrete, São Borja e Itaqui, embora apresentem um crescimento regular (Tabela 28).

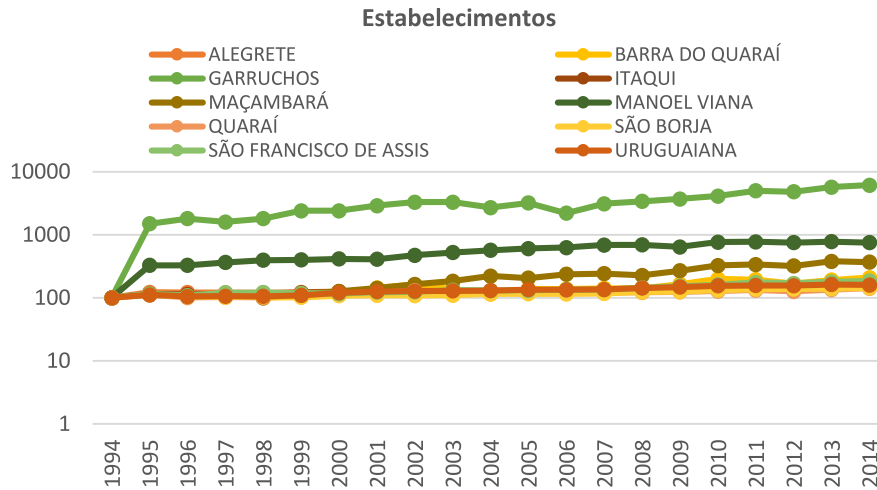
Tabela 28 – Posição e variabilidade dos empregos na Campanha Ocidental

EMPREGOS	Alegrete	Barra do Quaraí	Garruchos	Itaqui	Maçambará	Manoel Viana	Quaraí	São Borja	São Francisco de Assis	Uruguaiana
Amplitude	6.585	425	359	2.687	380	624	1.405	5.187	701	8.419
Mínimo	7.537	207	9	5.051	158	235	1.506	6.278	1.332	13.402
Máximo	14.122	632	368	7.738	538	859	2.911	11.465	2.033	21.821
Média	10.810	395	240	6.006	389	599	2.202	8.221	1.569	17.234
Mediana	10.514	380	247	5.643	425	610	2.168	7.280	1.477	16.805
Variância	3.500.033	17.239	7.814	761.366	12.748	33.657	105.951	3.176.185	48.554	7.242.779
Desvio Padrão	1.871	131	88	873	113	183	326	1.782	220	2.691
Coefficiente de Variação	17%	33%	37%	15%	29%	31%	15%	22%	14%	16%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

O número de empregos ativos segue o sentido dos estabelecimentos. Todavia, em São Francisco de Assis, verifica-se uma evolução mais acentuada de estabelecimentos do que de empregos (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Variação de estabelecimentos por municípios da Campanha Ocidental



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

A variabilidade do número de estabelecimentos foi menor em Alegrete e em Quaraí. No entanto, permanecem Uruguaiana, Alegrete, São Borja e Itaqui com mais estabelecimentos ativos, em média, na microrregião (Tabela 29).

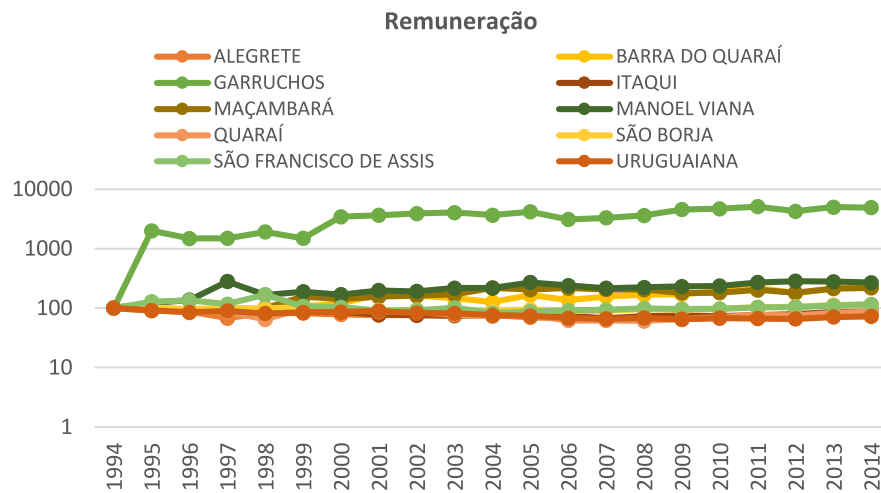
Tabela 29 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos na Campanha Ocidental

ESTABELECIDAMENTOS	Alegrete	Barra do Quaraí	Garruchos	Itaqui	Maçambará	Manoel Viana	Quaraí	São Borja	São Francisco de Assis	Uruguaiana
Amplitude	752	37	60	397	53	149	176	479	169	1.197
Mínimo	1.450	34	1	566	19	22	415	1.093	198	1.918
Máximo	2.202	71	61	963	72	171	591	1.572	367	3.115
Média	1.885	51	31	749	44	119	497	1.284	272	2.518
Mediana	1.853	48	31	705	43	125	501	1.263	260	2.505
Variância	29.755	132	215	12.998	288	1.716	2.318	22.166	2.342	148.385
Desvio Padrão	172	11	15	114	17	41	48	149	48	385
Coefficiente de Variação	9%	22%	47%	15%	38%	35%	10%	12%	18%	15%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Já, no caso da remuneração média dos vínculos empregatícios ativos, houve acréscimo, ao longo de todo o período, apenas em Garruchos, Manoel Viana, Barra do Quaraí e Maçambará. Ao passo que, em Uruguaiana, Alegrete, Quaraí e Itaqui, o comportamento foi decrescente. São Francisco de Assis e São Borja experimentaram diminuição da renda média após o ano 2000, mas retomaram aumento da remuneração a partir de 2011 (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Variação da remuneração média por municípios da Campanha Ocidental



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Por isso, vê-se uma amplitude de variação alta em Uruguaiana, Alegrete, Itaqui e São Borja, enunciando variações negativas nesses municípios. Porém, São Borja apresentou variabilidade mais baixa e consiste no terceiro município com remuneração média mais elevada (Tabela 30).

Tabela 30 – Posição e variabilidade da remuneração média na Campanha Ocidental

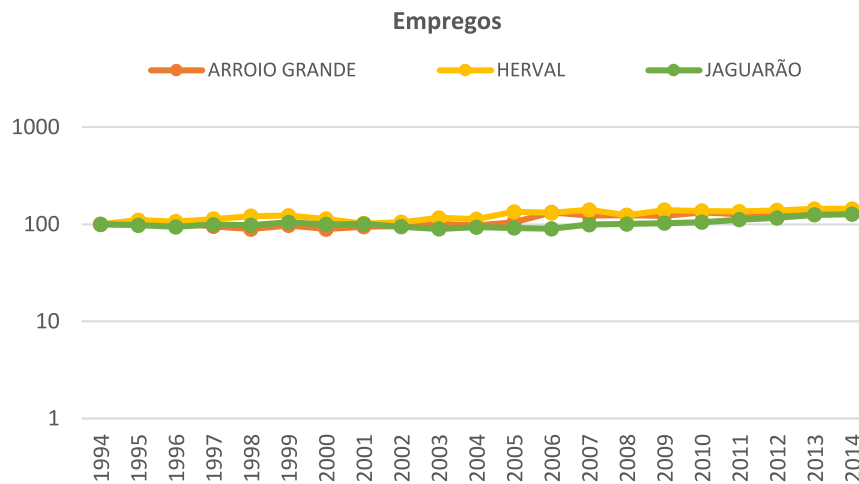
REMUNERAÇÃO	Alegrete	Barra do Quaraí	Garruchos	Itaqui	Maçambará	Manoel Viana	Quaraí	São Borja	São Francisco de Assis	Uruguiana
Amplitude	13.743	665	1.323	7.092	669	1.120	2.284	5.779	2.901	22.928
Mínimo	24.281	500	27	13.675	562	611	3.523	19.994	2.787	42.246
Máximo	38.024	1.165	1.349	20.767	1.231	1.730	5.807	25.774	5.688	65.174
Média	28.837	812	883	16.737	1.029	1.310	4.610	22.000	3.568	50.649
Mediana	28.582	829	967	15.803	1.023	1.329	4.493	21.561	3.417	49.492
Variância	12.033.735	36.023	136.680	3.845.734	34.316	107.263	527.439	2.549.029	422.417	44.653.284
Desvio Padrão	3.469	190	370	1.961	185	328	726	1.597	650	6.682
Coefficiente de Variação	12%	23%	42%	12%	18%	25%	16%	7%	18%	13%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

#### 5.1.2.4 Jaguarão

Nessa microrregião, Arroio Grande, Herval e Jaguarão demonstram menos disparidades entre si quanto às variações ocorridas no período de 1994 a 2014. Verifica-se ascensão dos empregos ativos, destacadamente em Herval, Arroio Grande e Jaguarão (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Variação dos empregos por municípios de Jaguarão



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

O município de Jaguarão dispõe de maior número de empregos, em média, e de menor dispersão em torno do valor médio. Enquanto, Herval apresenta menos empregos ativos, em média, e Arroio Grande tem dados mais heterogêneos no período (Tabela 31).

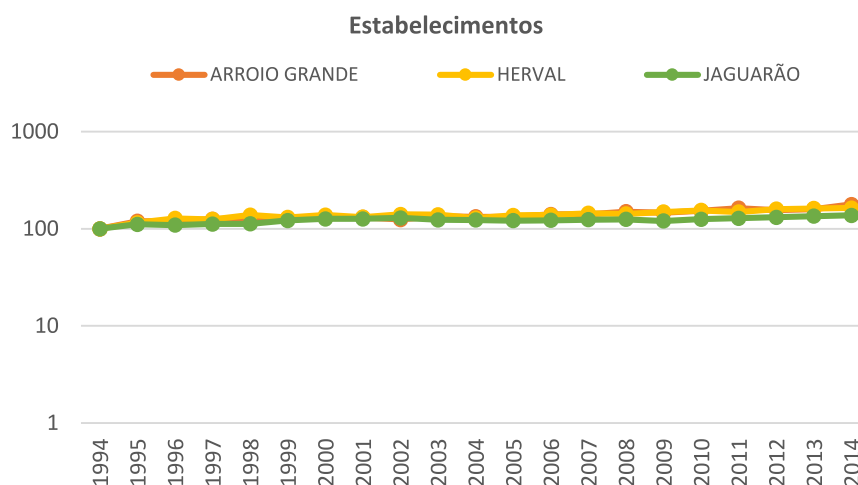
Tabela 31 – Posição e variabilidade dos empregos em Jaguarão

EMPREGOS	Arroio Grande	Herval	Jaguarão
Amplitude	1.043	239	1.217
Mínimo	1.776	542	2.928
Máximo	2.819	781	4.145
Média	2.205	669	3.329
Mediana	2.053	664	3.248
Variância	115.998	6.333	113.945
Desvio Padrão	341	80	338
Coefficiente de Variação	15%	12%	10%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Arroio Grande e Herval praticamente equiparam-se na variação do número de estabelecimentos ativos. Em Jaguarão, apesar de aumento, foi menos expressivo (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Variação dos estabelecimentos por municípios de Jaguarão



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Há também maior número de estabelecimentos em Jaguarão e menor variabilidade no período. Além disso, o valor da mediana supera o valor médio, indicando que os números mais elevados encontram-se na segunda década do período (Tabela 32).

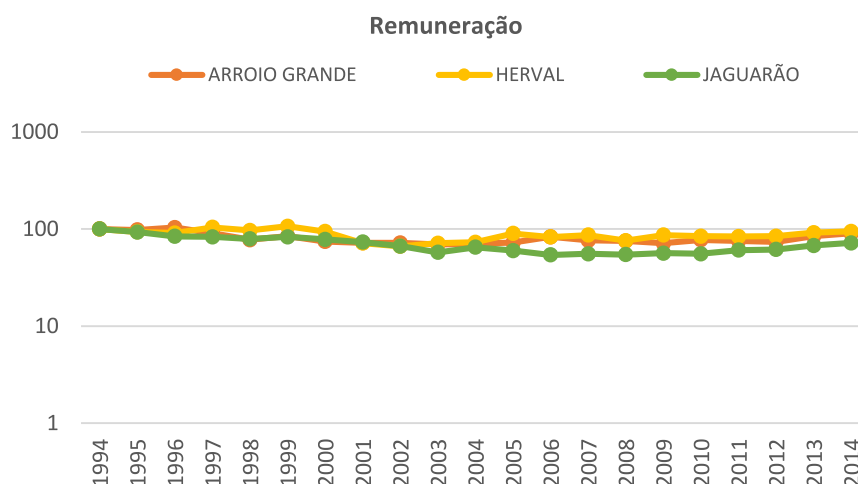
Tabela 32 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos em Jaguarão

ESTABELECEMENTOS	Arroio Grande	Herval	Jaguarão
Amplitude	246	66	211
Mínimo	316	104	560
Máximo	562	170	771
Média	436	144	684
Mediana	420	144	691
Variância	3.111	251	2.559
Desvio Padrão	56	16	51
Coefficiente de Variação	13%	11%	7%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

A remuneração média, por sua vez, é decrescente nos três municípios, sendo este comportamento mais destacado em Jaguarão (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Variação da remuneração média por municípios de Jaguarão



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Nesse caso, há maior heterogeneidade da remuneração em Jaguarão, com acentuada discrepância entre o valor máximo e mínimo encontrados (Tabela 33). Em geral, os valores máximos para a remuneração estão situados na década de 90, enquanto os valores mínimos situam-se após o ano 2000, até por volta do ano de 2006. Mas, apesar de ser decrescente, a remuneração média parece tornar a crescer ao final do período considerado, em 2014.

Tabela 33 – Posição e variabilidade da remuneração média em Jaguarão

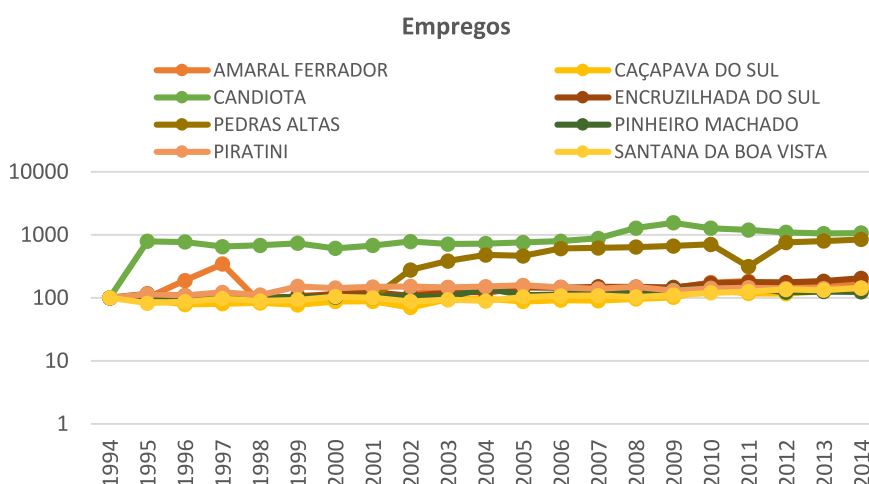
REMUNERAÇÃO	Arroio Grande	Herval	Jaguarão
Amplitude	2.185	605	5.277
Mínimo	4.468	1.005	6.241
Máximo	6.653	1.610	11.517
Média	5.184	1.316	8.010
Mediana	4.918	1.308	7.669
Variância	441.492	27.240	2.436.291
Desvio Padrão	664	165	1.561
Coefficiente de Variação	13%	13%	19%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

### 5.1.2.5 Serras de Sudeste

Na microrregião Serras de Sudeste, a variação dos empregos ativos foi bastante elevada em Candiota e em Pedras Altas (Gráfico 23). No período analisado, o emprego também avançou significativamente em Encruzilhada do Sul e em Amaral Ferrador. De forma geral, houve crescimento dos vínculos empregatícios nos oito municípios da microrregião. Porém, Caçapava do Sul teve variações negativas no emprego entre 1995 e 2008, embora a taxas decrescentes. Santana da Boa Vista também apresentou decréscimo, mas somente em alguns anos iniciais do período até o ano de 2004.

Gráfico 23 – Variação dos empregos por municípios de Serras de Sudeste



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

O município que apresentou menor variação do emprego, no período, foi Pinheiro Machado, sendo baixa a dispersão em torno da média. Pedras Altas e Piratini obtiveram valores

intermediários maiores do que a média. A variabilidade é bastante elevada em Pedras Altas, mas, em Piratini, ocorreu menor variação relativa. Contudo, os municípios que se destacam em número de empregos ativos são Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Piratini, Candiota, Pinheiro Machado. Ao passo que Pedras Altas, Amaral Ferrador e Santana da Boa Vista são os municípios menores da microrregião. Enfim, sobretudo, os pontos máximos aparecem após o ano de 2004 e os mínimos até o ano de 2002 (Tabela 34).

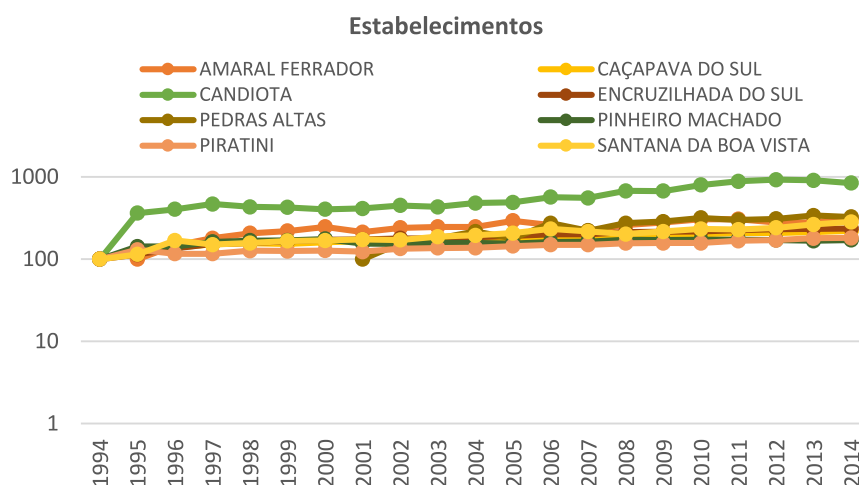
Tabela 34 – Posição e variabilidade dos empregos em Serras de Sudeste

EMPREGOS	Amaral Ferrador	Caçapava do Sul	Candiota	Encruzilhada do Sul	Pedras Altas	Pinheiro Machado	Piratini	Santana da Boa Vista
Amplitude	581	2.811	3.143	2.007	386	532	1.067	322
Mínimo	193	3.071	217	1.924	52	1.219	1.842	424
Máximo	774	5.882	3.360	3.931	438	1.751	2.909	746
Média	334	4.252	1.876	2.629	284	1.425	2.523	545
Mediana	321	4.096	1.696	2.375	318	1.362	2.600	532
Variância	15.168	624.256	447.811	356.555	12.748	34.409	90.096	8.008
Desvio Padrão	123	790	669	597	113	185	300	89
Coefficiente de Variação	37%	19%	36%	23%	40%	13%	12%	16%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

A respeito dos estabelecimentos ativos, o crescimento ocorreu em todos os oito municípios. Entretanto, a variação foi superior em Candiota, Pedras Altas e Amaral Ferrador. Em seguida, em Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul e Caçapava do Sul. Em Piratini e em Pinheiro Machado, a variabilidade foi menor (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Variação dos estabelecimentos por municípios de Serras de Sudeste



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Tal como ocorre com os empregos, a quantidade máxima de estabelecimentos ativos na microrregião concentra-se no final do período analisado, enquanto as quantidades mínimas aparecem no início (Tabela 35). Com exceção apenas de Pinheiro Machado, onde a dispersão em torno da média foi mais baixa, encontrando-se um pico do número de estabelecimentos no ano 2000.

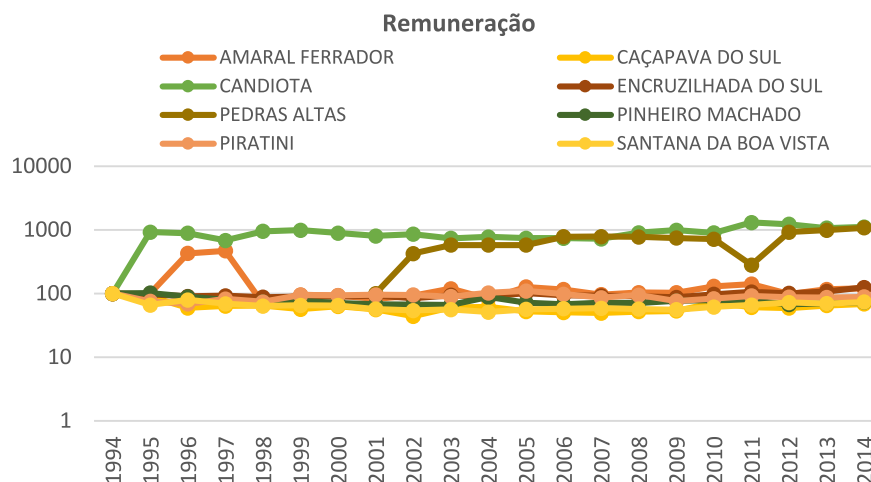
Tabela 35 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos em Serras de Sudeste

ESTABELECEMENTOS	Amaral Ferrador	Caçapava do Sul	Candiota	Encruzilhada do Sul	Pedras Altas	Pinheiro Machado	Piratini	Santana da Boa Vista
Amplitude	32	522	182	321	55	129	180	77
Mínimo	15	432	22	236	23	170	221	42
Máximo	47	954	204	557	78	299	401	119
Média	36	745	123	436	57	272	314	82
Mediana	37	738	106	438	63	278	304	82
Variância	68	16.412	2.246	8.172	285	813	2.341	371
Desvio Padrão	8	128	47	90	17	29	48	19
Coeficiente de Variação	23%	17%	39%	21%	30%	10%	15%	24%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

É crescente a remuneração média no período apenas em Candiota, Pedras Altas, Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador. Já, em Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado e Piratini, as variações são negativas, mesmo que esbocem reação ao final do período analisado (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Variação da remuneração média por municípios de Serras de Sudeste



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

A remuneração média do período em Candiota superou a de Caçapava do Sul. Em seguida, elenca-se Encruzilhada do Sul, Piratini, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista, Amaral Ferrador e Pedras Altas. Nota-se que os valores máximos situam-se ao final do período no caso dos municípios que apresentaram variações positivas; ao passo que, nos demais, os pontos máximos estão no início. Além disso, a heterogeneidade dos dados mostrou-se bastante acentuada em Amaral Ferrador e em Pedras Altas (Tabela 36).

Tabela 36 – Posição e variabilidade da remuneração média em Serras de Sudeste

REMUNERAÇÃO	Amaral Ferrador	Caçapava do Sul	Candiota	Encruzilhada do Sul	Pedras Altas	Pinheiro Machado	Piratini	Santana da Boa Vista
Amplitude	2.238	9.922	16.798	2.605	856	1.736	2.360	895
Mínimo	389	7.775	1.395	5.380	88	3.290	3.901	937
Máximo	2.627	17.697	18.193	7.985	944	5.026	6.261	1.833
Média	778	10.967	12.138	6.129	583	3.783	5.073	1.182
Mediana	578	10.714	12.410	5.957	640	3.645	5.097	1.165
Variância	360.326	5.176.979	11.327.419	343.160	55.262	256.576	332.947	39.679
Desvio Padrão	600	2.275	3.366	586	235	507	577	199
Coefficiente de Variação	77%	21%	28%	10%	40%	13%	11%	17%

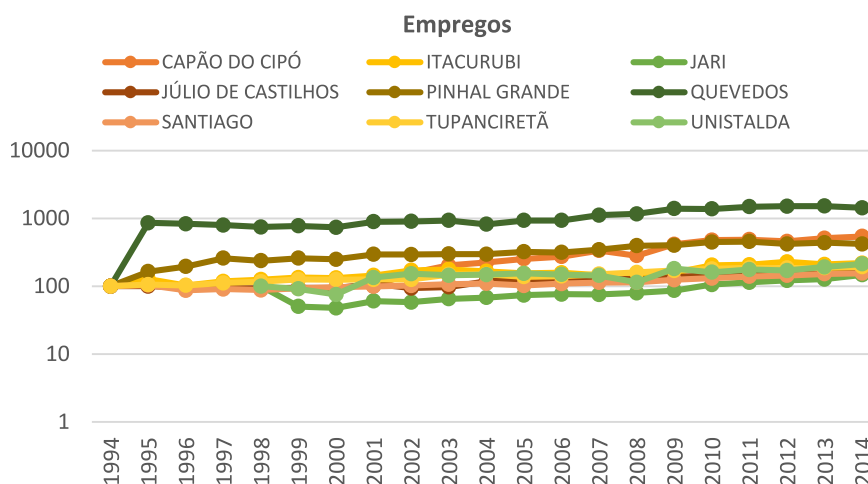
Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

### 5.1.2.6 Santiago

Nos municípios da microrregião de Santiago, como comparativo as demais estudadas, também se observa um crescimento do número de vínculos empregatícios em todos os municípios no período. O aumento foi superior em Quevedos, Capão do Cipó e Pinhal Grande.

Segue-se a estes, Itacurubi, Unistalda, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santiago. Em Jari, a variação foi positiva, mas em menor medida, tendo obtido taxas negativas antes de 2010 (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Variação dos empregos por municípios de Santiago



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

O município de Santiago lidera quanto ao número de empregos, em média, seguido por Tupanciretã e Júlio de Castilhos. Estes municípios apresentaram menor dispersão do emprego em relação à média. Os pontos máximos do número de vínculos empregatícios ocorrem ao final do período, mais precisamente após o ano de 2010, em geral (Tabela 37).

Tabela 37 – Posição e variabilidade dos empregos em Santiago

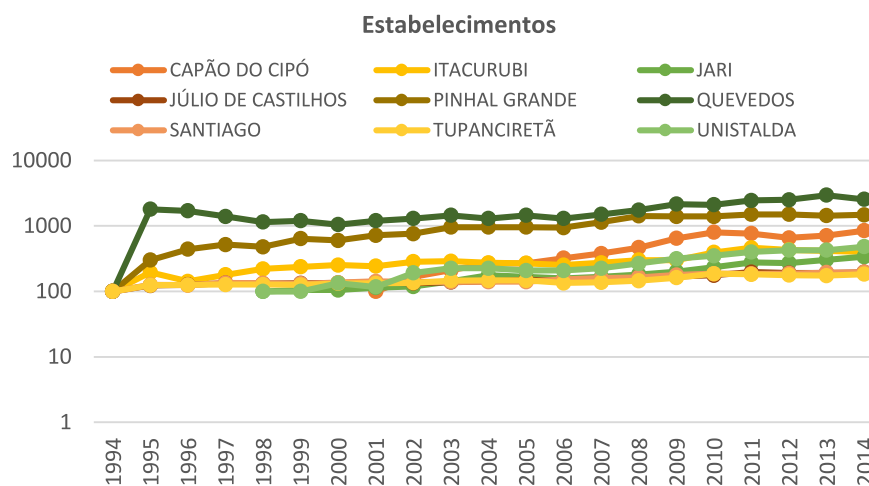
EMPREGOS	Capão do Cipó	Itacurubi	Jari	Júlio de Castilhos	Pinhal Grande	Quevedos	Santiago	Tupanciretã	Unistalda
Amplitude	314	224	295	1.573	401	270	3.649	1.903	168
Mínimo	71	175	142	1.780	113	19	4.655	2.058	93
Máximo	385	399	437	3.353	514	289	8.304	3.961	261
Média	239	277	254	2.308	355	192	6.027	2.964	181
Mediana	219	270	226	2.268	336	177	5.713	2.900	183
Variância	10.381	4.293	7.382	257.572	12.183	4.396	1.234.265	385.640	1.973
Desvio Padrão	102	66	86	508	110	66	1.111	621	44
Coefficiente de Variação	43%	24%	34%	22%	31%	35%	18%	21%	25%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Quevedos, Pinhal Grande e Capão do Cipó também se destacam nas variações sobre os estabelecimentos ativos. Após, Unistalda, Itacurubi e Jari, este último que teve maior variação do número de estabelecimentos do que de empregos. Santiago e Júlio de Castilhos demonstram

um comportamento semelhante quanto à variação do número de estabelecimentos, e Tupanciretã possui menor variação positiva (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Variação dos estabelecimentos por municípios de Santiago



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Unistalda, Quevedos, Jari, Capão do Cipó, Pinhal Grande e Itacurubi possuem menor número de estabelecimentos ativos, assim como se verifica uma variabilidade maior nesses municípios, no período. As quantidades máximas também acontecem ao final do período (Tabela 38).

Tabela 38 – Posição e variabilidade dos estabelecimentos em Santiago

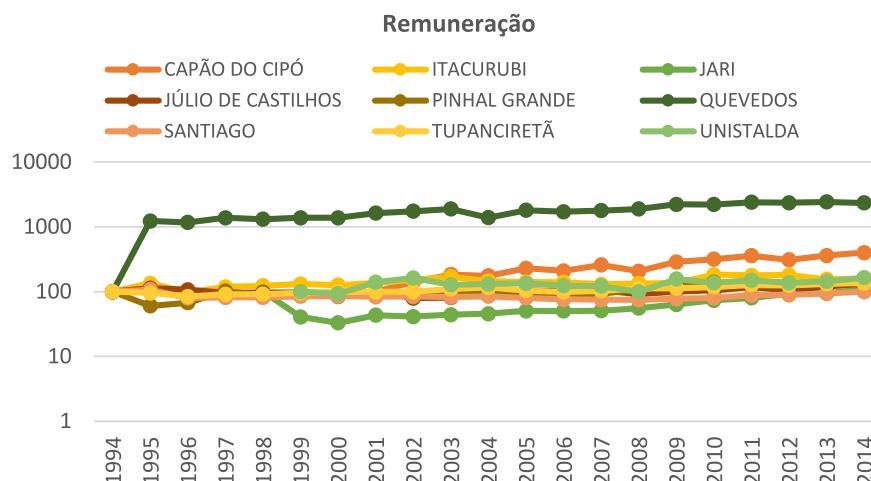
ESTABELECIMENTOS	Capão do Cipó	Itacurubi	Jari	Júlio de Castilhos	Pinhal Grande	Quevedos	Santiago	Tupanciretã	Unistalda
Amplitude	67	69	50	332	70	57	730	316	46
Mínimo	9	19	21	342	5	2	760	366	12
Máximo	76	88	71	674	75	59	1.490	682	58
Média	42	54	39	514	47	33	1.154	532	31
Mediana	38	52	35	489	48	29	1.070	504	27
Variância	541	326	245	8.468	488	166	40.926	7.461	213
Desvio Padrão	23	18	16	92	22	13	202	86	15
Coefficiente de Variação	55%	34%	40%	18%	47%	39%	18%	16%	47%

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

São bastante elevadas as variações na remuneração média em Quevedos e em Capão do Cipó, evidenciando crescimento. Ainda, houve variações positivas em Unistalda e em Itacurubi ao longo do período. Todavia, nos demais municípios, observa-se aumento da remuneração

média, mas somente nos anos finais do período. O município de Santiago expressou menor variação (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Variação da remuneração média por municípios de Santiago



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (2016).

Porém, neste município, a média de remuneração é maior. Tupanciretã e Júlio de Castilhos também têm remunerações médias mais altas e variabilidades mais baixas. Com exceção de Santiago, os valores máximos em cada município concentram-se nos anos finais do período, após o ano de 2010, em geral (Tabela 39).

Tabela 39 – Posição e variabilidade da remuneração média em Santiago

REMUNERAÇÃO	Capão do Cipó	Itacurubi	Jari	Júlio de Castilhos	Pinhal Grande	Quevedos	Santiago	Tupanciretã	Unistalda
Amplitude	746	406	709	2.750	941	665	5.766	3.312	233
Mínimo	249	459	308	4.195	709	29	13.150	5.425	307
Máximo	996	865	1.018	6.946	1.650	694	18.915	8.737	541
Média	629	672	586	5.372	1.194	488	14.983	6.893	439
Mediana	606	646	474	5.328	1.118	499	14.620	6.601	449
Variância	49.824	12.669	49.888	402.886	65.779	25.018	2.334.026	837.768	5.039
Desvio Padrão	223	113	223	635	256	158	1.528	915	71
Coefficiente de Variação	35%	17%	38%	12%	21%	32%	10%	13%	16%

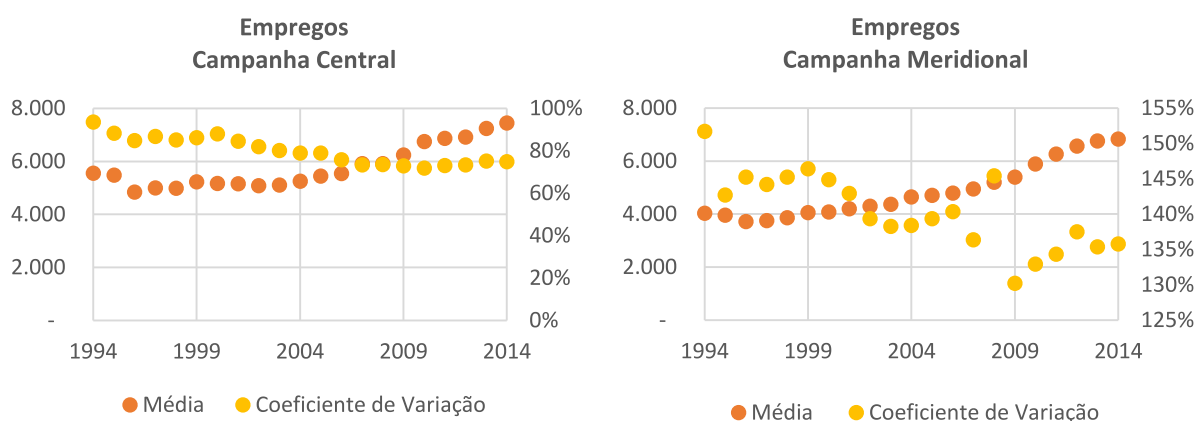
Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

### 5.1.2.7 Discussões

Um comportamento regular entre os municípios das seis microrregiões analisadas é perceptível diante da consideração do valor médio e do coeficiente de variação no período de

1994 a 2014. Haja vista que a média de empregos ativos cresceu, com variações positivas mais elevadas, nos anos mais recentes, especialmente após 2009. Nota-se que houve diminuição das disparidades entre os municípios, uma vez que a dispersão relativa nas microrregiões mostrou-se decrescente. Veja-se os Gráficos 29, 30, 31, 32, 33 e 34.

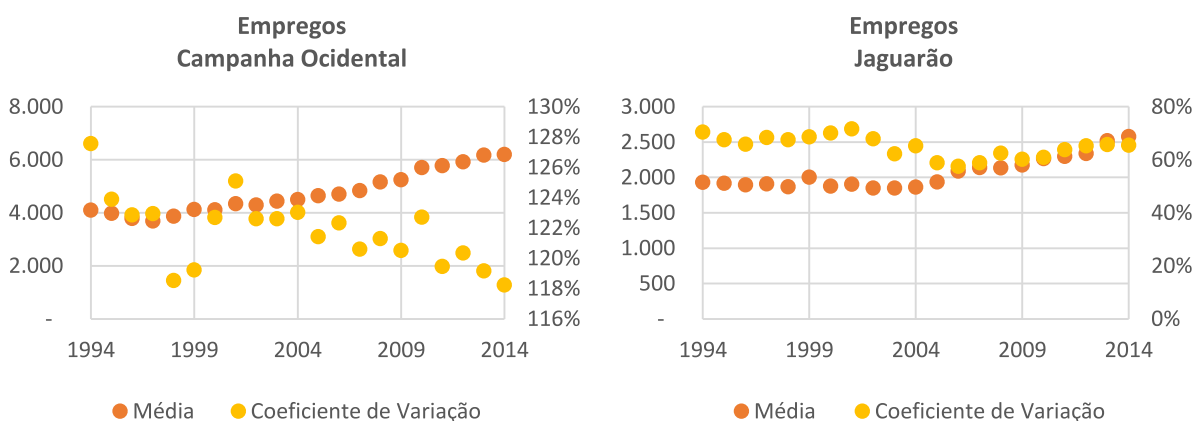
Gráficos 29, 30 – Média e dispersão dos empregos em Campanha Central e em Campanha Meridional



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

Devido à influência do número de municípios em cada microrregião e da diferença populacional entre eles, a Campanha Central apresenta uma média maior de empregos no período, seguida por Campanha Meridional, Campanha Ocidental, Jaguarão, Serras de Sudeste e Santiago. Embora a variação pareça ter sido superior em Serras de Sudeste, Campanha Meridional, Campanha Ocidental, Campanha Central, Jaguarão e Santiago.

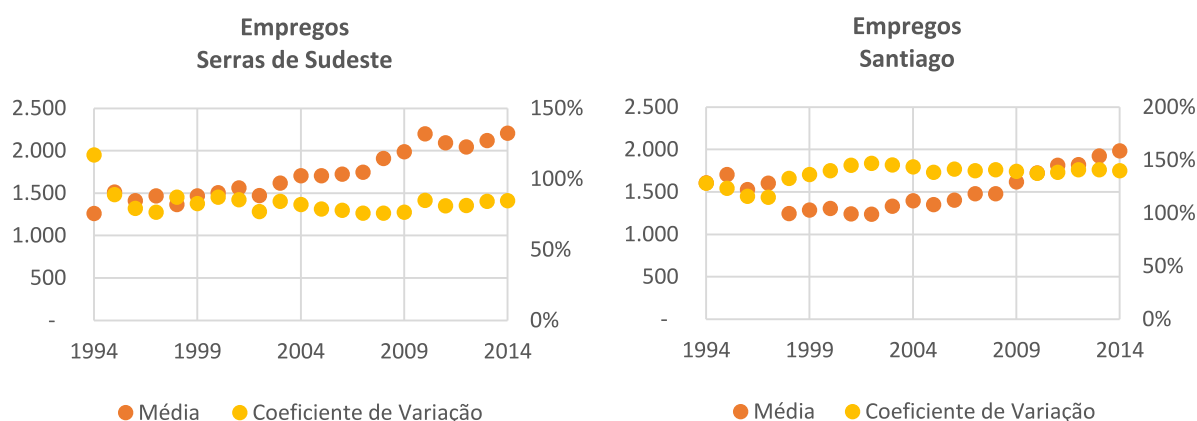
Gráficos 31, 32 – Média e dispersão dos empregos em Campanha Ocidental e em Jaguarão



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

Já, a dispersão entre os municípios de cada microrregião foi menor em Jaguarão, Campanha Central, Serras de Sudeste, Campanha Ocidental, Santiago e Campanha Meridional, a respeito dos empregos. Porém, um decréscimo mais abrupto pode ter ocorrido em Serras de Sudeste, Campanha Central, Campanha Meridional, Campanha Ocidental e Jaguarão. Enquanto, em Santiago, a queda das disparidades foi pouco expressiva ou quase inexistente.

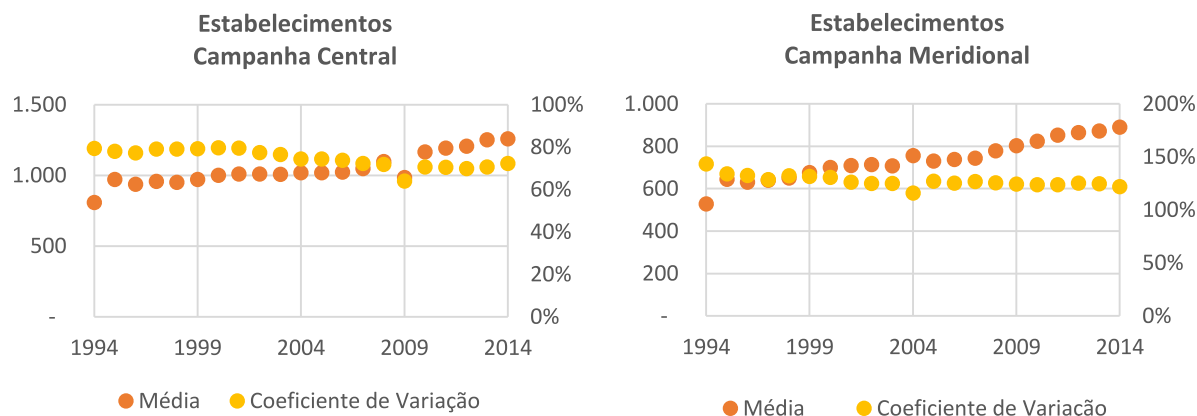
Gráficos 33, 34 – Média e dispersão dos empregos em Serras de Sudeste e em Santiago



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

No que se refere aos estabelecimentos ativos (Gráficos 35, 36, 37, 38, 39, 40), também se verifica aumento do número médio e diminuição das desigualdades entre os municípios, destacadamente nas cinco microrregiões que envolvem a Unipampa.

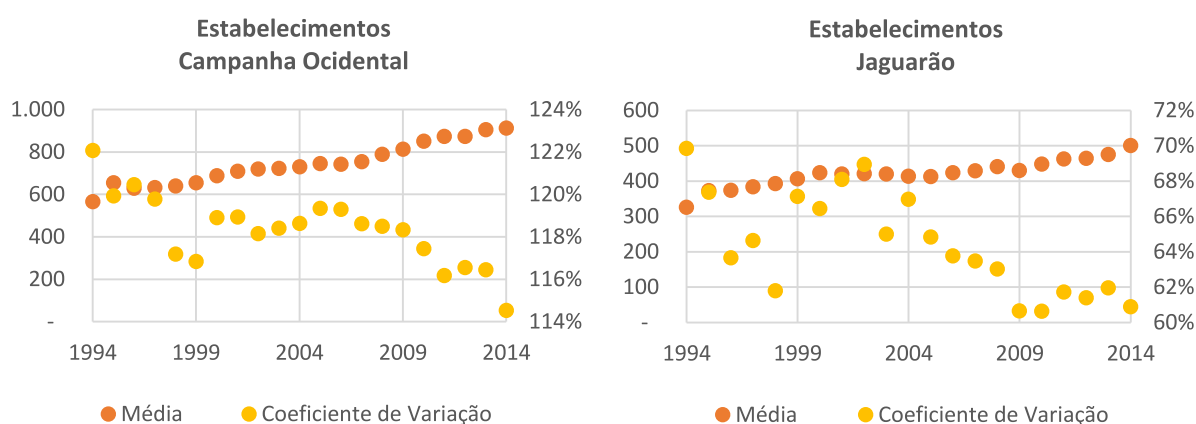
Gráficos 35, 36 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Campanha Central e em Campanha Meridional



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

A média de estabelecimentos tem crescido mais acentuadamente na segunda metade do período analisado. Apesar de ser afetada pela grandeza dos valores extremos e pela quantidade de municípios em cada microrregião, a média do período entre os municípios mostrou-se mais alta em Campanha Central, Campanha Ocidental, Campanha Meridional, Jaguarão, Santiago e Serras de Sudeste. Todavia, a variação foi maior em Serras de Sudeste, Campanha Meridional, Campanha Ocidental, Campanha Central, Jaguarão e Santiago.

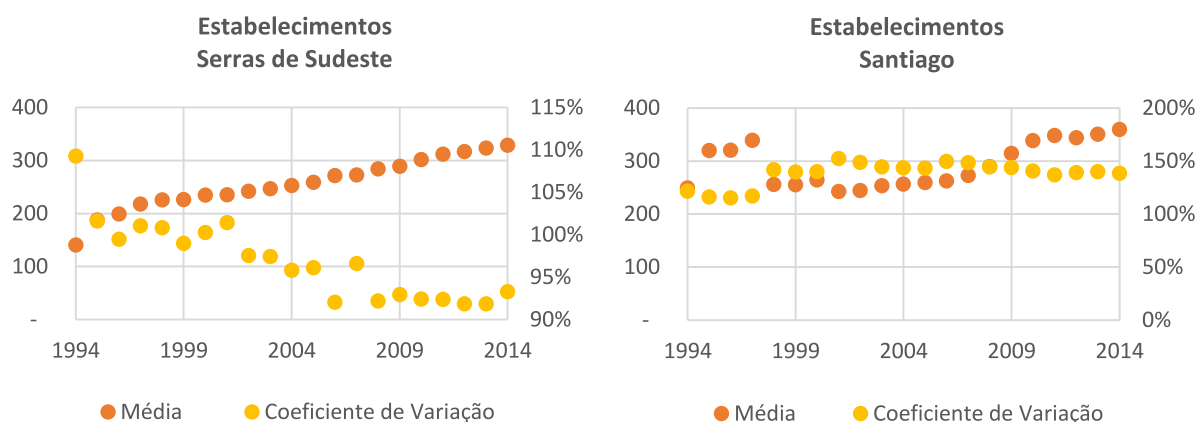
Gráficos 37, 38 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Campanha Ocidental e em Jaguarão



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

Contudo, é positivo observar que as disparidades entre os municípios, no quesito de número de estabelecimentos, mensurada pela dispersão relativa, reduziu-se particularmente nas microrregiões Campanha Meridional, Serras de Sudeste, Jaguarão, Campanha Central e Campanha Ocidental. Ao passo que, em Santiago, a discrepância entre os municípios manteve-se praticamente no mesmo patamar, durante o período. A queda dos desvios em relação média, ainda, fica mais evidente na última década analisada.

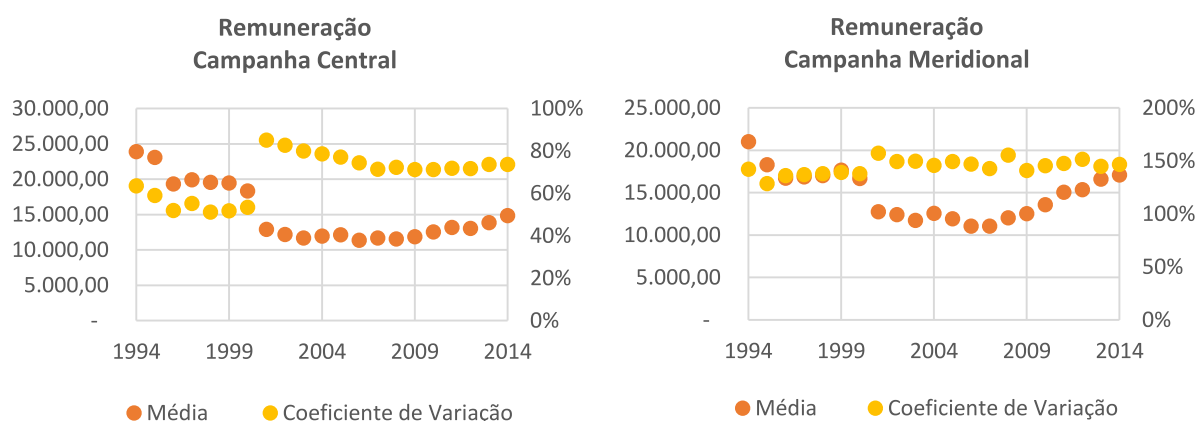
Gráficos 39, 40 – Média e dispersão dos estabelecimentos em Serras de Sudeste e em Santiago



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

Como já visto, o sentido da remuneração média foi distinto, uma vez que houve redução do valor médio remunerado em todas as microrregiões (Gráficos 41, 42, 43, 44, 45, 46). O momento de decréscimo ocorre notadamente entre os anos 1999 e 2009, mas apresenta tendência de reação após o ano de 2009. Entre os municípios de cada microrregião, a média da remuneração é mais baixa em Santiago, Jaguarão, Serras de Sudeste, Campanha Ocidental, Campanha Meridional e Campanha Central, embora haja certa dificuldade em relevar comparações com base no valor médio.

Gráficos 41, 42 – Média e dispersão da remuneração média em Campanha Central e em Campanha Meridional

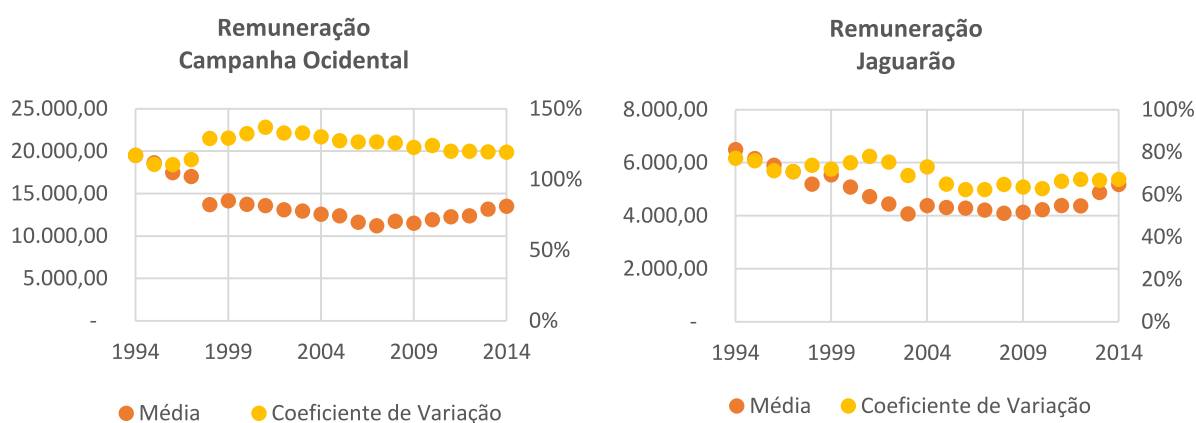


Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

E, a disparidade de remuneração entre os municípios, ao invés de ter reduzido, aumentou na maior parte das microrregiões estudadas. É o caso de Campanha Central, Campanha

Meridional, Campanha Ocidental e Serras de Sudeste. Porém, em Jaguarão e em Santiago, a dispersão relativa tendeu a diminuir ao final do período. Entretanto, também se leva em conta que o coeficiente de variação é menor em Jaguarão, Campanha Central, Serras de Sudeste, Campanha Ocidental, Santiago e Campanha Meridional no que se refere à remuneração média.

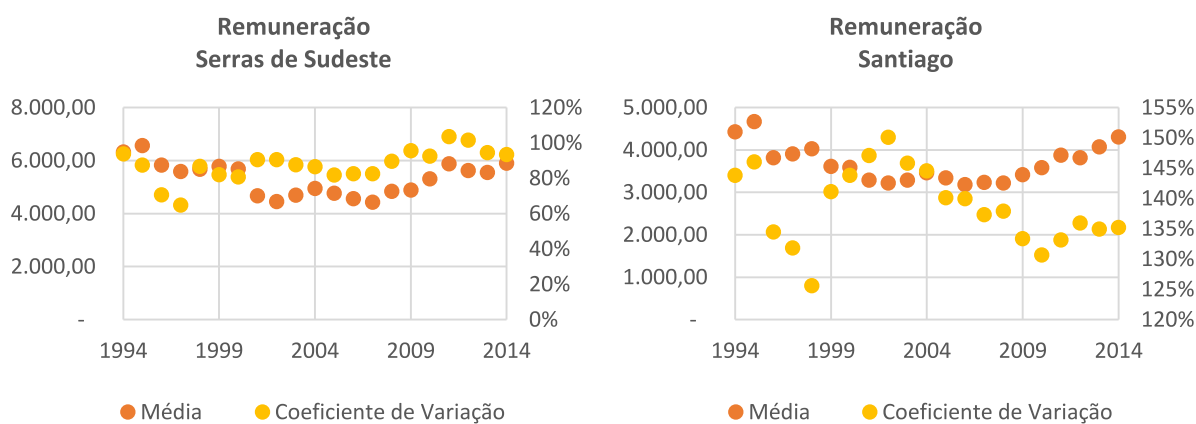
Gráficos 43, 44 – Média e dispersão da remuneração média em Campanha Ocidental e em Jaguarão



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

Pode-se dizer que a remuneração média propendeu a ter maior queda nas microrregiões onde a remuneração é também maior, assim houve tendência de aumento das disparidades entre os municípios.

Gráficos 45, 46 – Média e dispersão da remuneração média em Serras de Sudeste e em Santiago



Fonte: Elaborados com base em dados da RAIS (2016).

Por fim, em certa medida, a quantidade de empregos tende a acompanhar a de estabelecimentos ativos, de modo que houve um aumento persistente do número de estabelecimentos ativos ao longo de 1994 a 2014 e, assim, o número de empregos ativos também cresceu, porém a uma variação mais baixa do que a de estabelecimentos. Tanto os empregos quanto os estabelecimentos tendem a um crescimento mais acentuado na segunda metade do período. Ao passo que, a remuneração média dos vínculos empregatícios foi decrescente, embora a variações negativas menores também na segunda metade do período.

Ainda, houve variação positiva mais elevada sobre os municípios menores de cada microrregião quanto aos empregos, aos estabelecimentos e à remuneração média. Observando-se que, dessa forma, o distanciamento do número médio de empregos e de estabelecimentos foi diminuindo ao longo do tempo, entre os municípios, particularmente nas microrregiões que envolvem unidades da Unipampa. Nesse sentido, acredita-se em uma redução das desigualdades entre os municípios das referidas microrregiões. Todavia, com exceção, no que se refere ao valor remunerado, em que as disparidades entre os municípios cresceram, o que leva a crer em diferenciações na complexidade dos estabelecimentos e dos empregos gerados, bem como na qualificação dos vínculos empregatícios.

### **5.1.3 Evolução de 1994 a 2014: setores de atividade econômica por municípios**

Passa-se, então, à análise no sentido das potencialidades das atividades produtivas, especialmente nos municípios que sediam unidades da Unipampa, com o apoio do cálculo do Quociente Locacional, em vista de captar os desdobramentos sobre a economia em cada local. É importante salientar que esse método permite analisar a posição das atividades nos municípios relativamente a sua expressão no estado.

#### **5.1.3.1 Extrativa Mineral**

A atividade extrativa mineral enquadra-se dentre o setor industrial, incluindo as práticas relacionadas à extração de carvão mineral, de minerais metálicos, como ferro, alumínio, cobre e prata, e de minerais não metálicos, como pedra, areia e argila. Entre os municípios considerados, esta atividade é notadamente expressiva em Caçapava do Sul e em Candiota, representando a microrregião Serras de Sudeste. Portanto, é o setor potencial em Caçapava do Sul, tendo aumentado a participação relativa nos anos finais do período (Tabela 40), onde se destaca a produção de calcário.

Tabela 40 – Empregos: QL do setor de extrativa mineral

Extrativa Mineral	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,169	0,000	5,646	0,090	0,030	0,015	0,030	0,364	0,000	36,294	0,433
1995	0,246	0,208	0,398	0,105	0,197	0,125	0,073	0,405	0,000	8,550	0,608
1996	0,251	0,000	0,381	0,095	0,035	0,140	0,070	0,396	0,000	8,520	0,772
1997	0,251	0,000	0,288	0,082	0,010	0,000	0,062	0,458	0,000	11,081	0,682
1998	0,235	0,000	0,283	0,121	0,080	0,000	0,000	0,574	0,000	11,831	0,667
1999	0,224	0,020	0,273	0,147	0,082	0,000	0,010	0,618	0,000	10,450	0,580
2000	0,248	0,019	0,251	0,097	0,086	0,000	0,000	0,623	0,000	7,272	0,491
2001	2,265	0,020	0,118	0,079	0,057	0,000	0,038	0,550	0,000	9,174	0,000
2002	0,181	0,023	0,278	0,107	0,075	0,000	0,000	0,565	0,000	10,653	0,412
2003	0,182	0,000	0,235	0,085	0,147	0,063	0,052	0,597	0,000	5,205	0,000
2004	0,153	0,000	0,237	0,000	0,112	0,000	0,071	0,498	0,000	11,980	0,292
2005	0,192	0,064	0,315	0,020	0,080	0,000	0,040	0,537	0,000	9,327	0,305
2006	0,266	0,038	0,158	0,018	0,000	0,053	0,036	0,454	0,000	11,233	0,033
2007	0,284	0,057	0,580	0,091	0,000	0,102	0,046	0,397	0,000	14,503	0,101
2008	0,299	0,047	0,157	0,057	0,000	0,065	0,043	0,201	0,000	12,130	0,084
2009	0,337	0,053	0,164	0,148	0,000	0,067	0,034	0,472	0,000	14,790	0,091
2010	0,351	0,048	0,161	0,132	0,015	0,068	0,083	0,429	0,126	12,834	0,028
2011	0,391	0,047	0,137	0,137	0,030	0,059	0,149	0,424	0,436	13,905	0,079
2012	0,261	0,347	0,122	0,061	0,034	0,000	0,095	0,493	0,000	14,370	0,024
2013	0,149	0,105	0,128	0,090	0,035	0,007	0,119	0,489	0,000	17,463	0,000
2014	0,228	0,100	0,012	0,100	0,027	0,014	0,110	0,431	0,110	16,242	0,453

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Em relação ao número de estabelecimentos, corrobora-se a potencialidade de Caçapava do Sul. Além disso, observa-se um sentido decrescente para o número de estabelecimentos ativos, mas ascendente para o número de empregos, no setor (Tabela 41).

Tabela 41 – Estabelecimentos: QL do setor de extrativa mineral

Extrativa Mineral	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,081	0,000	0,398	0,099	0,046	0,046	0,046	0,232	0,000	3,040	0,176
1995	0,076	0,076	0,184	0,092	0,090	0,090	0,045	0,181	0,000	2,166	0,309
1996	0,079	0,000	0,282	0,094	0,094	0,094	0,047	0,235	0,000	2,597	0,308
1997	0,080	0,000	0,096	0,096	0,097	0,000	0,049	0,291	0,000	2,461	0,302
1998	0,152	0,000	0,089	0,177	0,090	0,000	0,045	0,315	0,000	1,914	0,564
1999	0,152	0,076	0,087	0,175	0,090	0,000	0,045	0,316	0,000	1,793	0,578
2000	0,140	0,070	0,080	0,080	0,081	0,000	0,122	0,326	0,000	1,493	0,398
2001	0,218	0,073	0,083	0,083	0,083	0,000	0,041	0,289	0,000	1,556	0,134
2002	0,150	0,075	0,169	0,169	0,084	0,000	0,042	0,252	0,239	1,250	0,138
2003	0,156	0,078	0,177	0,177	0,043	0,043	0,043	0,304	0,000	1,113	0,138
2004	0,158	0,000	0,179	0,089	0,044	0,000	0,044	0,308	0,000	1,587	0,278
2005	0,148	0,074	0,247	0,165	0,040	0,000	0,040	0,242	0,000	1,452	0,258
2006	0,212	0,141	0,078	0,078	0,000	0,039	0,039	0,194	0,000	1,595	0,244
2007	0,151	0,075	0,339	0,254	0,000	0,125	0,042	0,167	0,000	1,734	0,257
2008	0,233	0,078	0,175	0,263	0,043	0,086	0,043	0,129	0,000	1,797	0,261
2009	0,081	0,081	0,182	0,274	0,000	0,090	0,045	0,270	0,000	1,741	0,259
2010	0,166	0,166	0,187	0,375	0,045	0,091	0,091	0,318	0,287	1,438	0,127
2011	0,166	0,083	0,186	0,280	0,045	0,091	0,091	0,273	0,286	1,591	0,127
2012	0,164	0,164	0,183	0,274	0,045	0,000	0,090	0,406	0,000	1,713	0,255
2013	0,167	0,167	0,191	0,096	0,046	0,046	0,092	0,322	0,000	2,095	0,132
2014	0,173	0,087	0,098	0,293	0,048	0,095	0,095	0,334	0,579	1,987	0,269

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Os resultados da concentração no setor nos municípios da Serras de Sudeste também se confirmam quanto à remuneração média dos empregados, a qual oscilou bastante durante o período, mas se manteve praticamente em um mesmo patamar (Tabela 42).

Tabela 42 – Remuneração: QL do setor de extrativa mineral

Extrativa Mineral	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,120	0,000	10,584	0,065	0,022	0,010	0,018	0,254	0,000	52,514	0,450
1995	0,303	0,423	0,506	0,132	0,186	0,131	0,071	0,356	0,000	11,485	0,988
1996	0,387	0,000	0,531	0,133	0,022	0,144	0,069	0,360	0,000	10,945	1,219
1997	0,314	0,000	0,376	0,096	0,005	0,000	0,050	0,442	0,000	15,051	1,166
1998	0,349	0,000	0,458	0,162	0,082	0,000	0,000	0,555	0,000	15,573	1,229
1999	0,369	0,167	0,348	0,176	0,083	0,000	0,014	0,592	0,000	13,715	0,722
2000	0,352	0,155	0,302	0,112	0,083	0,000	0,000	0,571	0,000	10,454	0,597
2001	3,072	0,153	0,162	0,116	0,046	0,000	0,024	0,558	0,000	12,427	0,000
2002	0,254	0,019	0,375	0,146	0,061	0,000	0,000	0,562	0,000	13,129	0,601
2003	0,253	0,000	0,305	0,126	0,122	0,046	0,036	0,591	0,000	6,733	0,000
2004	0,215	0,000	0,311	0,000	0,098	0,000	0,049	0,542	0,000	15,681	0,355
2005	0,255	0,090	0,500	0,014	0,074	0,000	0,030	0,539	0,000	12,061	0,352
2006	0,259	0,081	0,233	0,013	0,000	0,071	0,026	0,471	0,000	13,646	0,022
2007	0,410	0,076	0,558	0,059	0,000	0,108	0,034	0,458	0,000	17,609	0,071
2008	0,416	0,067	0,199	0,040	0,000	0,073	0,032	0,221	0,000	14,338	0,052
2009	0,481	0,073	0,221	0,099	0,000	0,072	0,027	0,470	0,000	16,597	0,066
2010	0,555	0,063	0,186	0,090	0,000	0,080	0,080	0,476	0,092	14,287	0,018
2011	0,517	0,060	0,164	0,091	0,013	0,068	0,145	0,469	0,342	13,124	0,049
2012	0,331	0,594	0,121	0,039	0,018	0,000	0,088	0,485	0,000	13,089	0,013
2013	0,237	0,129	0,131	0,059	0,021	0,004	0,104	0,492	0,000	17,221	0,000
2014	0,310	0,122	0,016	0,087	0,012	0,008	0,092	0,447	0,082	16,087	0,434

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Dessa forma, Caçapava do Sul e Candiota, na microrregião Serras de Sudeste, apresentam especialização na atividade da indústria extrativista mineral. Principalmente, concentrando empregos com relação às atividades de extração de pedra, areia e argila; de fabricação de cal e gesso; de extração de carvão mineral; de fabricação de cimento; de fabricação de produtos minerais; de fabricação de produtos cerâmicos; e de fabricação de produtos de metal. Nas demais microrregiões, ainda que não apresentem potencialidade, o extrativismo mineral é observável nos municípios de Uruguaiana, Hulha Negra, Santiago, Santana do Livramento e Rosário do Sul.

### 5.1.3.2 Indústria de Transformação

O setor da indústria de transformação é abrangente, contendo diversas atividades acerca do processamento de matérias-primas, tais como fabricação de produtos alimentícios, de bebidas, de têxteis, de madeira, de papel, de farmacêuticos, de químicos, de elétricos, de plásticos, de máquinas, de equipamentos, de veículos, entre outros produtos. A atividade

industrial não revela potencialidade em nenhum dos municípios estudados (Tabela 43), condicionado a que foi visto que o setor secundário não contém parcela significativa no VAB da Metade Sul, nem no PIB estadual. Logo, é um setor com carência nas microrregiões analisadas. Apesar disso, Bagé, Caçapava do Sul e São Gabriel aparecem com desempenho superior aos demais.

Tabela 43 – Empregos: QL do setor da indústria de transformação

Indústria de Transformação	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,156	0,060	0,306	0,041	0,107	0,068	0,065	0,077	0,031	0,224	0,135
1995	0,108	0,065	0,216	0,062	0,063	0,084	0,065	0,066	0,041	0,173	0,157
1996	0,096	0,092	0,206	0,072	0,068	0,083	0,067	0,079	0,032	0,186	0,178
1997	0,117	0,088	0,177	0,061	0,100	0,050	0,069	0,074	0,038	0,108	0,207
1998	0,185	0,089	0,223	0,087	0,095	0,043	0,072	0,067	0,044	0,216	0,217
1999	0,183	0,092	0,320	0,072	0,081	0,044	0,069	0,069	0,038	0,151	0,179
2000	0,164	0,068	0,314	0,052	0,075	0,032	0,069	0,056	0,032	0,245	0,166
2001	0,124	0,080	0,290	0,054	0,078	0,033	0,074	0,063	0,063	0,202	0,155
2002	0,072	0,096	0,304	0,050	0,079	0,035	0,070	0,060	0,047	0,248	0,139
2003	0,081	0,082	0,307	0,051	0,107	0,030	0,053	0,061	0,033	0,269	0,231
2004	0,083	0,087	0,308	0,059	0,108	0,057	0,058	0,054	0,037	0,186	0,217
2005	0,079	0,085	0,333	0,060	0,115	0,063	0,060	0,052	0,032	0,117	0,126
2006	0,079	0,106	0,337	0,072	0,124	0,060	0,085	0,067	0,023	0,127	0,167
2007	0,072	0,134	0,238	0,081	0,092	0,059	0,084	0,061	0,028	0,112	0,177
2008	0,070	0,163	0,385	0,088	0,107	0,063	0,087	0,058	0,037	0,130	0,158
2009	0,083	0,239	0,169	0,095	0,064	0,069	0,089	0,059	0,037	0,125	0,147
2010	0,066	0,239	0,262	0,086	0,112	0,063	0,083	0,049	0,032	0,136	0,139
2011	0,076	0,222	0,237	0,071	0,105	0,066	0,087	0,053	0,035	0,165	0,132
2012	0,085	0,213	0,236	0,067	0,116	0,069	0,082	0,046	0,038	0,180	0,147
2013	0,080	0,185	0,253	0,062	0,109	0,071	0,076	0,046	0,033	0,203	0,160
2014	0,078	0,224	0,260	0,050	0,110	0,075	0,075	0,046	0,028	0,215	0,163

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Nota-se que apenas São Gabriel apresenta um crescimento consistente quanto aos empregos, aos estabelecimentos e à remuneração média, nesse setor. Em Bagé, a expressividade de estabelecimentos e de empregos manteve-se. Já, em Santiago, em Santana do Livramento e em Caçapava do Sul, as variáveis demonstram decréscimo na participação relativa.

Tabela 44 – Estabelecimentos: QL do setor da indústria de transformação

Indústria de Transformação	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,163	0,108	0,286	0,095	0,067	0,045	0,085	0,105	0,057	0,206	0,277
1995	0,157	0,103	0,262	0,090	0,067	0,044	0,084	0,113	0,099	0,163	0,294
1996	0,162	0,094	0,259	0,098	0,076	0,045	0,081	0,120	0,100	0,183	0,285
1997	0,153	0,081	0,215	0,114	0,072	0,035	0,076	0,099	0,097	0,180	0,290
1998	0,153	0,100	0,215	0,103	0,065	0,033	0,079	0,098	0,088	0,197	0,294
1999	0,157	0,099	0,231	0,091	0,060	0,029	0,062	0,090	0,090	0,187	0,295
2000	0,125	0,090	0,218	0,080	0,053	0,029	0,065	0,094	0,081	0,215	0,274
2001	0,125	0,100	0,228	0,077	0,059	0,026	0,065	0,092	0,109	0,203	0,238
2002	0,121	0,100	0,220	0,064	0,055	0,029	0,064	0,091	0,097	0,193	0,242
2003	0,115	0,110	0,243	0,071	0,064	0,022	0,069	0,092	0,057	0,201	0,241
2004	0,112	0,112	0,242	0,067	0,067	0,025	0,068	0,092	0,047	0,157	0,242
2005	0,125	0,111	0,247	0,070	0,056	0,025	0,057	0,091	0,105	0,151	0,246
2006	0,133	0,129	0,240	0,083	0,061	0,030	0,066	0,112	0,129	0,148	0,242
2007	0,123	0,130	0,254	0,089	0,058	0,031	0,072	0,111	0,118	0,166	0,236
2008	0,127	0,133	0,258	0,081	0,064	0,032	0,066	0,099	0,155	0,161	0,239
2009	0,134	0,134	0,292	0,081	0,073	0,036	0,069	0,105	0,177	0,166	0,214
2010	0,127	0,137	0,262	0,078	0,059	0,036	0,065	0,085	0,107	0,164	0,200
2011	0,135	0,151	0,270	0,079	0,059	0,037	0,066	0,093	0,105	0,184	0,208
2012	0,144	0,137	0,254	0,084	0,057	0,040	0,064	0,093	0,105	0,182	0,206
2013	0,146	0,135	0,260	0,082	0,061	0,042	0,065	0,109	0,125	0,162	0,236
2014	0,151	0,137	0,263	0,079	0,064	0,040	0,066	0,109	0,094	0,191	0,240

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Em geral, o emprego manifestou evolução positiva e a remuneração média, logo, acompanhou o número de vínculos ativos (Tabela 45). Em termos relativos, o sentido dos empregos foi crescente, enquanto os estabelecimentos ativos não cresceram em potencialidade.

Tabela 45 – Remuneração: QL do setor da indústria de transformação

Indústria de Transformação	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,179	0,063	0,315	0,036	0,113	0,088	0,062	0,089	0,024	0,167	0,084
1995	0,138	0,067	0,220	0,071	0,069	0,115	0,080	0,073	0,031	0,128	0,122
1996	0,093	0,105	0,263	0,085	0,079	0,112	0,088	0,094	0,028	0,153	0,156
1997	0,114	0,094	0,168	0,061	0,117	0,060	0,083	0,091	0,034	0,127	0,177
1998	0,206	0,098	0,221	0,094	0,117	0,055	0,094	0,073	0,045	0,220	0,183
1999	0,248	0,123	0,347	0,082	0,105	0,058	0,098	0,075	0,038	0,146	0,159
2000	0,202	0,085	0,327	0,056	0,091	0,044	0,093	0,057	0,034	0,240	0,144
2001	0,135	0,115	0,272	0,054	0,084	0,040	0,096	0,058	0,059	0,172	0,124
2002	0,084	0,110	0,283	0,053	0,087	0,042	0,096	0,056	0,047	0,211	0,114
2003	0,100	0,106	0,288	0,055	0,103	0,037	0,073	0,058	0,034	0,270	0,184
2004	0,100	0,111	0,282	0,059	0,118	0,075	0,080	0,053	0,037	0,183	0,178
2005	0,091	0,110	0,319	0,061	0,120	0,084	0,086	0,053	0,031	0,103	0,102
2006	0,090	0,133	0,306	0,079	0,125	0,120	0,122	0,067	0,016	0,114	0,124
2007	0,080	0,158	0,219	0,085	0,100	0,075	0,119	0,057	0,021	0,105	0,131
2008	0,072	0,190	0,344	0,088	0,108	0,076	0,117	0,052	0,025	0,125	0,118
2009	0,081	0,277	0,137	0,091	0,072	0,084	0,120	0,056	0,025	0,125	0,111
2010	0,066	0,262	0,212	0,080	0,111	0,078	0,114	0,048	0,022	0,133	0,104
2011	0,072	0,237	0,189	0,058	0,104	0,079	0,115	0,050	0,028	0,142	0,098
2012	0,082	0,239	0,206	0,057	0,114	0,082	0,110	0,042	0,027	0,161	0,114
2013	0,072	0,201	0,205	0,054	0,117	0,082	0,099	0,041	0,024	0,195	0,125
2014	0,067	0,247	0,213	0,047	0,115	0,088	0,097	0,040	0,022	0,204	0,128

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Dentre a indústria de transformação, as atividades que se destacam nos municípios analisados são, em geral, a indústria de alimentos e bebidas, a indústria têxtil, a indústria de couros e a indústria de madeira e mobiliário. Especialmente, revelam-se as atividades de beneficiamento e fabricação de produtos de arroz, de fabricação de esquadrias de metal, de montagem de estruturas metálicas, de fabricação de estruturas metálicas, de fabricação de máquinas e equipamentos para a agropecuária, de fabricação de móveis, de fabricação de alimentos para animais, de fabricação de massas alimentícias, na Campanha Ocidental; de fabricação de produtos de carne, de curtimento de couro, de fiação de fibras têxteis naturais, de fabricação de material plástico, na Campanha Meridional; de fabricação de vinho, de fabricação de álcool, de fabricação de aguardentes, de fabricação de biocombustíveis, na Campanha Central; de fabricação de produtos de papel, de desdobramento de madeira, de fabricação de artefatos de borracha, de fabricação de vinho, de fabricação de artefatos de madeira, em Serras de Sudeste.

### 5.1.3.3 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os serviços industriais de utilidade pública consistem em uma atividade industrial fundamental ao funcionamento da economia e sociedade moderna, uma vez que diz respeito à produção, transmissão e distribuição de eletricidade, de telefonia, de combustíveis gasosos, à captação, tratamento e distribuição de água, esgoto, resíduos, entre outras. Identifica-se potencialidade desta atividade no município de Alegrete, mas sua evolução é negativa no período (Tabela 46).

Tabela 46 – Empregos: QL do setor de serviços industriais de utilidade pública

Serviços de Utilidade Pública	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,654	0,192	3,224	0,132	1,612	0,131	0,103	0,396	0,381	0,218	0,681
1995	0,234	0,286	0,589	0,146	1,726	0,083	0,162	0,440	0,374	0,167	0,645
1996	0,296	0,227	0,718	0,154	1,833	0,079	0,114	0,490	0,360	0,162	0,752
1997	0,937	0,194	0,848	0,138	1,618	0,081	0,183	0,371	0,309	0,130	0,537
1998	1,910	0,561	0,879	0,218	3,224	0,134	0,263	0,342	0,633	0,281	0,455
1999	1,232	0,209	1,787	0,138	1,864	0,065	0,133	0,200	0,409	0,162	0,587
2000	0,103	0,196	0,595	0,119	1,934	0,084	0,130	0,241	0,377	0,235	0,572
2001	0,136	0,070	1,227	0,025	1,195	0,043	0,057	0,224	0,072	0,124	0,287
2002	0,196	0,223	1,066	0,130	3,181	0,092	0,120	0,337	0,465	0,274	0,522
2003	0,150	0,197	1,082	0,114	2,570	0,076	0,091	0,248	0,380	0,215	0,401
2004	0,151	0,216	1,537	0,137	1,413	0,058	0,131	0,312	0,547	0,166	0,443
2005	0,089	0,174	1,327	0,156	0,932	0,064	0,099	0,307	0,561	0,157	0,479
2006	1,007	0,184	0,627	0,148	1,232	0,073	0,099	0,332	0,514	0,151	0,471
2007	0,939	0,156	0,636	0,133	1,298	0,070	0,098	0,318	0,495	0,147	0,417
2008	1,000	0,172	0,617	0,137	1,358	0,072	0,096	0,294	0,490	0,133	0,382
2009	0,931	0,167	0,574	0,140	1,614	0,059	0,094	0,274	0,443	0,134	0,293
2010	0,883	0,200	0,547	0,136	1,327	0,057	0,109	0,270	0,491	0,169	0,366
2011	0,842	0,259	0,551	0,126	1,495	0,063	0,117	0,326	0,475	0,173	0,344
2012	0,873	0,131	0,533	0,116	1,409	0,066	0,101	0,338	0,462	0,187	0,338
2013	0,934	0,089	0,554	0,111	1,154	0,067	0,123	0,369	0,419	0,263	0,389
2014	0,803	0,017	0,554	0,114	1,194	0,053	0,133	0,375	0,462	0,122	0,178

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Na cidade de Alegrete, por exemplo, há a instalação de uma usina termelétrica. Porém, o município de Candiota apresenta uma potencialidade ainda maior no setor de serviços industriais de utilidade pública, onde se sabe que também existe uma usina termelétrica e que está sendo construída uma outra usina, movida a carvão mineral, para a geração de energia. Provavelmente, a existência dessas unidades exerça interferência sobre o desempenho deste

setor nestes municípios, uma vez que se nota dinamicidade quanto aos empregos, mas não se verifica o mesmo sobre os estabelecimentos (Tabela 47).

Tabela 47 – Estabelecimentos: QL do setor de serviços industriais de utilidade pública

Serviços de Utilidade Pública	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Boiça	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,250	0,200	0,734	0,122	0,228	0,200	0,114	0,228	0,495	0,288	0,325
1995	0,147	0,196	0,355	0,237	0,203	0,174	0,145	0,233	0,510	0,254	0,298
1996	0,205	0,154	0,427	0,183	0,245	0,153	0,122	0,214	0,513	0,241	0,400
1997	0,219	0,164	0,460	0,197	0,266	0,167	0,200	0,233	0,548	0,241	0,414
1998	0,230	0,230	0,537	0,179	0,409	0,136	0,136	0,136	0,493	0,322	0,284
1999	0,237	0,237	0,814	0,181	0,421	0,140	0,140	0,187	0,502	0,338	0,300
2000	0,159	0,238	0,545	0,182	0,415	0,138	0,185	0,231	0,750	0,338	0,301
2001	0,451	0,301	1,026	0,171	0,513	0,171	0,171	0,598	0,962	0,322	0,278
2002	0,247	0,247	0,559	0,186	0,416	0,139	0,139	0,416	0,789	0,344	0,303
2003	0,244	0,244	0,555	0,185	0,408	0,136	0,136	0,362	0,780	0,332	0,287
2004	0,245	0,245	0,555	0,185	0,318	0,136	0,136	0,364	0,802	0,329	0,288
2005	0,160	0,240	0,445	0,178	0,262	0,131	0,131	0,436	0,786	0,314	0,279
2006	0,219	0,219	0,568	0,243	0,322	0,161	0,121	0,363	1,176	0,276	0,253
2007	0,239	0,159	0,537	0,179	0,309	0,177	0,133	0,354	0,776	0,306	0,272
2008	0,223	0,223	0,502	0,251	0,330	0,206	0,124	0,289	0,738	0,286	0,250
2009	0,213	0,213	0,399	0,239	0,355	0,158	0,118	0,315	0,745	0,277	0,226
2010	0,348	0,279	0,394	0,236	0,267	0,153	0,115	0,305	0,723	0,403	0,213
2011	0,347	0,277	0,310	0,233	0,227	0,151	0,114	0,378	0,714	0,398	0,211
2012	0,335	0,268	0,299	0,224	0,222	0,148	0,148	0,259	0,696	0,383	0,209
2013	0,364	0,121	0,348	0,209	0,235	0,101	0,168	0,269	0,638	0,352	0,193
2014	0,185	0,062	0,349	0,209	0,238	0,102	0,170	0,272	0,620	0,236	0,096

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Contudo, a respeito da remuneração média dos vínculos empregatícios nos serviços de utilidade pública, esta é bastante elevada no município de Candiota, enquanto é não potencial em Alegrete (Tabela 48), o que deve corresponder ao número de empregos ativos. Na observação dos subsetores, aparece com destaque a geração de energia elétrica em Serras de Sudeste e na Campanha Ocidental; a fabricação de águas envasadas em Serras de Sudeste; e a produção de gás na Campanha Ocidental.

Tabela 48 – Remuneração: QL do setor de serviços industriais de utilidade pública

Serviços de Utilidade Pública	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,747	0,346	4,910	0,201	0,577	0,150	0,183	0,458	0,640	0,389	1,359
1995	0,422	0,381	0,759	0,215	0,541	0,114	0,161	0,455	0,610	0,283	1,190
1996	0,611	0,408	1,003	0,234	0,687	0,116	0,178	0,573	0,627	0,296	1,650
1997	0,924	0,377	0,907	0,245	0,569	0,149	0,230	0,490	0,619	0,275	1,159
1998	1,431	1,031	0,734	0,306	1,296	0,201	0,392	0,566	1,018	0,484	0,758
1999	0,872	0,316	1,852	0,241	0,913	0,107	0,236	0,281	0,730	0,262	0,883
2000	0,205	0,320	1,129	0,222	0,847	0,127	0,171	0,311	0,642	0,316	0,934
2001	0,240	0,097	1,556	0,073	0,591	0,042	0,076	0,473	0,185	0,136	0,321
2002	0,322	0,350	1,445	0,200	1,432	0,118	0,169	0,583	0,890	0,332	0,835
2003	0,283	0,339	1,486	0,210	1,273	0,106	0,120	0,604	0,750	0,318	0,706
2004	0,263	0,380	1,568	0,255	0,706	0,084	0,180	0,819	1,026	0,221	0,750
2005	0,189	0,279	1,434	0,258	0,415	0,075	0,128	0,782	1,024	0,192	0,832
2006	0,901	0,248	1,078	0,236	0,341	0,085	0,118	0,723	0,931	0,163	0,729
2007	0,838	0,259	0,988	0,228	0,358	0,080	0,122	0,739	0,907	0,180	0,731
2008	0,903	0,251	0,953	0,250	0,383	0,078	0,122	0,672	0,876	0,167	0,647
2009	0,815	0,242	0,970	0,222	0,382	0,069	0,119	0,519	0,831	0,153	0,423
2010	0,817	0,313	1,002	0,202	0,364	0,063	0,133	0,521	0,858	0,148	0,448
2011	0,724	0,284	0,896	0,175	0,396	0,077	0,147	0,452	0,878	0,144	0,408
2012	0,787	0,084	0,903	0,159	0,394	0,083	0,131	0,459	0,881	0,151	0,406
2013	0,846	0,064	0,913	0,159	0,324	0,082	0,147	0,493	0,804	0,222	0,444
2014	0,766	0,008	0,900	0,166	0,349	0,072	0,164	0,485	0,803	0,126	0,242

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

De tal modo que os serviços de utilidade pública são essenciais, é coerente que os municípios mais populosos, ou extensos, ou com maior taxa de urbanização, detenham certa representatividade nesse setor. Na maior parte dos casos, por isso, foi um setor que tendeu a aumentar em estabelecimentos, mas a diminuir em termos de empregos.

#### 5.1.3.4 Construção Civil

Muitas vezes, o setor de construção civil é visto como um indicador da dinamicidade das economias locais. A construção civil considera tanto a construção de edifícios e as obras de infraestrutura quanto os serviços especializados relacionados. Neste setor, em relação ao Rio Grande do Sul, os municípios investigados não possuem um quociente superior a unidade, de modo regular durante o período (Tabelas 49, 50 e 51).

Tabela 49 – Empregos: QL do setor da construção civil

Construção Civil	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,431	0,297	0,460	0,189	0,299	0,037	0,121	0,234	0,376	0,201	0,742
1995	0,246	0,204	0,619	0,154	0,204	0,012	0,075	0,164	0,202	0,123	0,819
1996	0,241	0,216	0,435	0,153	0,278	0,022	0,095	0,289	0,234	0,164	1,236
1997	0,274	0,158	0,483	0,144	0,149	0,020	0,132	0,250	0,333	0,140	0,834
1998	0,215	0,136	0,519	0,142	0,138	0,031	0,133	0,159	0,269	0,132	0,705
1999	0,269	0,128	0,383	0,189	0,155	0,021	0,111	0,270	0,338	0,105	0,583
2000	0,237	0,151	0,381	0,158	0,223	0,046	0,106	0,185	0,250	0,108	0,846
2001	0,267	0,166	0,544	0,161	0,233	0,042	0,058	0,194	0,123	0,043	0,745
2002	0,197	0,158	0,418	0,126	0,170	0,027	0,075	0,217	0,291	0,072	0,893
2003	0,169	0,301	0,394	0,121	0,168	0,109	0,090	0,151	0,198	0,025	0,528
2004	0,127	0,514	0,337	0,081	0,183	0,021	0,079	0,140	0,058	0,283	0,507
2005	0,131	0,514	0,297	0,115	0,145	0,009	0,107	0,191	0,124	0,106	0,723
2006	0,093	0,039	0,404	0,110	0,207	0,003	0,168	0,231	0,180	0,168	0,693
2007	0,138	0,156	0,322	0,068	0,260	0,014	0,143	0,257	0,377	0,062	0,629
2008	0,174	0,124	0,377	0,105	0,300	0,032	0,159	0,243	0,552	0,049	0,757
2009	0,132	0,108	0,503	0,321	0,267	0,020	0,118	0,216	0,205	0,036	0,646
2010	0,248	0,148	0,534	0,172	0,321	0,007	0,127	0,294	0,181	0,047	0,638
2011	0,152	0,084	0,576	0,143	0,350	0,005	0,119	0,213	0,138	0,100	0,606
2012	0,175	0,139	0,437	0,126	0,305	0,044	0,127	0,252	0,231	0,076	0,651
2013	0,159	0,115	0,412	0,096	0,304	0,041	0,124	0,297	0,270	0,077	0,681
2014	0,220	0,124	0,531	0,070	0,305	0,037	0,157	0,264	0,278	0,115	0,597

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

No entanto, Santiago e Bagé possuem um desempenho superior aos demais municípios. Além disso, sobre a variável emprego, houve evolução positiva somente em Alegrete, Uruguaiana, São Borja e Bagé, os quais são os municípios que sediam as maiores unidades da Unipampa. Os subsetores de atividades demonstram que as obras de engenharia civil, as de terraplanagem, e as de montagem de estruturas metálicas preponderam na Campanha Ocidental.

Tabela 50 – Estabelecimentos: QL do setor da construção civil

Construção Civil	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,441	0,435	0,607	0,277	0,385	0,038	0,133	0,259	0,707	0,458	0,928
1995	0,399	0,315	0,618	0,273	0,286	0,038	0,105	0,245	0,734	0,560	0,788
1996	0,370	0,321	0,504	0,304	0,311	0,039	0,107	0,217	0,598	0,408	0,784
1997	0,457	0,362	0,512	0,246	0,240	0,035	0,115	0,227	0,650	0,452	1,104
1998	0,403	0,337	0,515	0,251	0,210	0,052	0,118	0,219	0,532	0,371	0,983
1999	0,433	0,275	0,479	0,339	0,160	0,041	0,094	0,213	0,806	0,306	0,693
2000	0,429	0,256	0,502	0,341	0,237	0,055	0,097	0,216	0,658	0,289	0,702
2001	0,437	0,202	0,446	0,347	0,189	0,050	0,074	0,236	0,541	0,222	0,837
2002	0,410	0,202	0,419	0,305	0,223	0,047	0,098	0,236	0,842	0,211	0,670
2003	0,353	0,218	0,375	0,314	0,203	0,046	0,102	0,219	0,864	0,168	0,675
2004	0,270	0,288	0,465	0,264	0,136	0,038	0,113	0,205	0,682	0,160	0,681
2005	0,280	0,229	0,440	0,255	0,208	0,024	0,174	0,222	0,480	0,263	0,777
2006	0,238	0,238	0,432	0,271	0,207	0,014	0,145	0,242	0,726	0,284	1,163
2007	0,239	0,282	0,365	0,179	0,289	0,024	0,180	0,248	0,896	0,247	1,254
2008	0,246	0,292	0,317	0,231	0,307	0,031	0,171	0,202	0,679	0,207	1,378
2009	0,243	0,243	0,345	0,235	0,268	0,030	0,146	0,276	0,273	0,209	1,454
2010	0,273	0,219	0,374	0,308	0,267	0,034	0,138	0,283	0,243	0,175	1,358
2011	0,236	0,191	0,461	0,256	0,262	0,029	0,127	0,294	0,218	0,250	1,008
2012	0,200	0,145	0,449	0,259	0,254	0,044	0,146	0,287	0,327	0,276	0,888
2013	0,222	0,156	0,430	0,215	0,244	0,040	0,144	0,267	0,353	0,269	0,893
2014	0,234	0,159	0,392	0,176	0,234	0,041	0,157	0,283	0,347	0,267	0,772

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

De um lado, a participação dos estabelecimentos ativos cresceu apenas em Santiago, Uruguaiana e São Borja. Em Alegrete, manteve-se regular. Por outro lado, a remuneração média teve evolução positiva em Alegrete, Uruguaiana e São Borja.

Tabela 51 – Remuneração: QL do setor da construção civil

Construção Civil	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,376	0,266	0,464	0,133	0,217	0,031	0,108	0,203	0,255	0,116	0,602
1995	0,226	0,216	0,667	0,114	0,201	0,011	0,063	0,133	0,122	0,083	0,641
1996	0,237	0,198	0,414	0,134	0,289	0,020	0,104	0,415	0,161	0,128	1,044
1997	0,257	0,140	0,482	0,110	0,120	0,016	0,214	0,277	0,271	0,100	0,742
1998	0,200	0,105	0,518	0,094	0,118	0,031	0,140	0,125	0,216	0,082	0,677
1999	0,270	0,116	0,390	0,132	0,135	0,017	0,137	0,351	0,308	0,076	0,588
2000	0,245	0,152	0,381	0,121	0,189	0,038	0,154	0,168	0,185	0,071	0,808
2001	0,317	0,162	0,550	0,132	0,232	0,043	0,050	0,156	0,126	0,030	1,206
2002	0,196	0,132	0,488	0,112	0,158	0,025	0,112	0,166	0,258	0,047	1,039
2003	0,180	0,310	0,407	0,108	0,153	0,136	0,108	0,124	0,169	0,016	0,569
2004	0,124	0,668	0,340	0,072	0,188	0,019	0,098	0,121	0,043	0,352	0,435
2005	0,135	0,531	0,291	0,097	0,156	0,007	0,128	0,167	0,102	0,084	0,766
2006	0,101	0,035	0,399	0,103	0,204	0,002	0,224	0,208	0,157	0,137	0,776
2007	0,161	0,147	0,315	0,057	0,247	0,012	0,182	0,236	0,301	0,041	0,589
2008	0,213	0,123	0,341	0,091	0,294	0,029	0,230	0,243	0,453	0,031	0,743
2009	0,147	0,118	0,462	0,519	0,258	0,018	0,162	0,203	0,177	0,024	0,621
2010	0,377	0,197	0,463	0,292	0,308	0,007	0,171	0,273	0,166	0,033	0,633
2011	0,195	0,091	0,495	0,166	0,332	0,005	0,174	0,203	0,123	0,067	0,595
2012	0,170	0,164	0,374	0,100	0,278	0,045	0,151	0,244	0,212	0,045	0,633
2013	0,149	0,132	0,309	0,068	0,280	0,040	0,152	0,269	0,242	0,050	0,649
2014	0,266	0,137	0,416	0,061	0,298	0,036	0,191	0,269	0,247	0,080	0,607

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Por fim, em termos locacionais, é possível verificar que os municípios compreendem pouca expressividade no setor da construção civil; com exceção de Santiago e Bagé. Ainda que possa ter ocorrido variações positivas no setor nos municípios menores.

### 5.1.3.5 Comércio

O comércio, basicamente formado pelo comércio atacadista e varejista, faz parte do grande setor de serviços. A atividade comercial foi potencial em alguns anos, antes dos anos 2000, nos municípios de Bagé e Santana do Livramento. Em geral, Bagé, Santana do Livramento, Jaguarão, Santiago e Uruguaiana são os mais expressivos no setor de comércio sobre as variáveis investigadas: empregos, estabelecimentos e remuneração média (Tabelas 52, 53 e 54).

Tabela 52 – Empregos: QL do setor de comércio

<b>Comércio</b>	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
<b>1994</b>	0,941	0,391	1,082	0,316	0,335	0,143	0,280	0,633	0,847	0,393	0,769
<b>1995</b>	0,877	0,395	1,050	0,313	0,314	0,131	0,262	0,579	0,686	0,336	0,663
<b>1996</b>	0,834	0,423	1,104	0,300	0,305	0,136	0,239	0,556	0,697	0,331	0,669
<b>1997</b>	0,850	0,407	1,071	0,324	0,294	0,181	0,257	0,582	0,675	0,426	0,732
<b>1998</b>	0,861	0,396	1,013	0,329	0,271	0,174	0,251	0,547	0,716	0,384	0,757
<b>1999</b>	0,982	0,397	0,994	0,328	0,252	0,184	0,252	0,570	0,785	0,345	0,772
<b>2000</b>	1,042	0,417	1,036	0,319	0,262	0,181	0,254	0,658	0,848	0,412	0,824
<b>2001</b>	1,073	0,418	0,967	0,326	0,248	0,173	0,260	0,698	0,832	0,407	0,801
<b>2002</b>	0,953	0,443	0,965	0,320	0,226	0,175	0,259	0,592	0,827	0,491	0,856
<b>2003</b>	0,935	0,398	0,915	0,322	0,217	0,166	0,272	0,591	0,764	0,474	0,783
<b>2004</b>	0,880	0,408	0,894	0,325	0,275	0,146	0,302	0,608	0,823	0,486	0,770
<b>2005</b>	0,844	0,406	0,873	0,305	0,268	0,131	0,294	0,574	0,785	0,459	0,784
<b>2006</b>	0,819	0,413	0,942	0,275	0,281	0,136	0,253	0,560	0,692	0,409	0,767
<b>2007</b>	0,807	0,420	0,956	0,270	0,278	0,135	0,278	0,563	0,729	0,421	0,751
<b>2008</b>	0,811	0,446	0,902	0,274	0,281	0,146	0,281	0,546	0,727	0,397	0,753
<b>2009</b>	0,788	0,477	0,875	0,285	0,285	0,139	0,287	0,550	0,723	0,382	0,778
<b>2010</b>	0,808	0,478	0,851	0,285	0,266	0,148	0,285	0,551	0,759	0,371	0,763
<b>2011</b>	0,815	0,503	0,863	0,301	0,283	0,159	0,308	0,539	0,826	0,425	0,790
<b>2012</b>	0,795	0,491	0,908	0,301	0,282	0,144	0,328	0,537	0,814	0,417	0,802
<b>2013</b>	0,846	0,480	0,920	0,290	0,278	0,143	0,329	0,525	0,797	0,441	0,804
<b>2014</b>	0,821	0,457	0,929	0,287	0,277	0,145	0,310	0,514	0,794	0,434	0,761

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Os municípios Santana do Livramento e Jaguarão têm a particularidade de suas cidades ser fronteiriças com o Uruguai. Assim como, a cidade de Uruguaiana que faz fronteira com a Argentina. O município de Bagé possui contingente populacional bastante grande, entre os municípios das microrregiões, o que pode ser um fator que também estimula o aumento das atividades comerciais, uma vez que se percebe, em geral, uma expressividade maior do comércio nos municípios maiores.

Tabela 53 – Estabelecimentos: QL do setor de comércio

Comércio	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,644	0,253	0,677	0,249	0,209	0,099	0,191	0,414	0,738	0,426	0,480
1995	0,558	0,253	0,593	0,224	0,194	0,094	0,176	0,355	0,629	0,350	0,446
1996	0,552	0,253	0,593	0,210	0,189	0,095	0,166	0,335	0,574	0,324	0,430
1997	0,531	0,261	0,573	0,233	0,198	0,099	0,161	0,317	0,569	0,312	0,427
1998	0,547	0,256	0,572	0,228	0,195	0,096	0,161	0,299	0,585	0,321	0,429
1999	0,568	0,266	0,571	0,239	0,195	0,104	0,159	0,297	0,612	0,320	0,459
2000	0,580	0,261	0,574	0,231	0,193	0,100	0,163	0,316	0,642	0,334	0,445
2001	0,582	0,259	0,555	0,226	0,191	0,100	0,161	0,337	0,631	0,351	0,451
2002	0,563	0,252	0,559	0,234	0,180	0,096	0,157	0,323	0,647	0,337	0,449
2003	0,549	0,237	0,550	0,226	0,183	0,097	0,154	0,310	0,598	0,329	0,436
2004	0,529	0,233	0,547	0,226	0,190	0,097	0,159	0,309	0,598	0,343	0,430
2005	0,524	0,250	0,566	0,227	0,197	0,091	0,155	0,311	0,583	0,347	0,431
2006	0,506	0,253	0,575	0,230	0,197	0,094	0,151	0,295	0,545	0,324	0,476
2007	0,497	0,258	0,568	0,226	0,186	0,096	0,151	0,302	0,540	0,346	0,477
2008	0,496	0,249	0,581	0,227	0,184	0,104	0,155	0,303	0,524	0,332	0,468
2009	0,252	0,252	0,571	0,235	0,187	0,107	0,153	0,303	0,561	0,333	0,460
2010	0,493	0,255	0,580	0,246	0,184	0,112	0,156	0,308	0,588	0,352	0,436
2011	0,498	0,269	0,579	0,231	0,189	0,116	0,163	0,306	0,592	0,347	0,445
2012	0,488	0,280	0,603	0,238	0,198	0,118	0,161	0,304	0,603	0,344	0,469
2013	0,501	0,283	0,604	0,243	0,201	0,118	0,160	0,303	0,576	0,350	0,474
2014	0,519	0,269	0,605	0,258	0,202	0,113	0,164	0,301	0,576	0,355	0,480

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Ao longo do tempo, embora houvesse tendência de decréscimo da potencialidade da atividade comercial nos municípios maiores, os municípios menores tiveram propensão a aumentar o número de estabelecimentos e de empregos. São Gabriel, por exemplo, apresentou persistente evolução positiva em empregos e em estabelecimentos durante o período. Contudo, em São Borja, apesar de fazer fronteira com a Argentina e possuir um contingente populacional próximo ao de São Gabriel, não demonstrou uma atividade comercial expressiva, tendo diminuído em número de estabelecimentos, e embora tenha crescido em número de empregos.

Tabela 54 – Remuneração: QL do setor de comércio

Comércio	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarião	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,827	0,431	1,088	0,387	0,376	0,160	0,282	0,680	0,753	0,394	0,910
1995	0,893	0,456	1,320	0,454	0,373	0,154	0,302	0,671	0,723	0,345	0,812
1996	0,925	0,524	1,416	0,438	0,353	0,161	0,283	0,661	0,786	0,342	0,855
1997	1,011	0,519	1,373	0,430	0,324	0,236	0,319	0,707	0,809	0,519	0,910
1998	1,033	0,496	1,261	0,424	0,315	0,234	0,307	0,648	0,855	0,415	0,952
1999	1,224	0,529	1,247	0,424	0,294	0,248	0,313	0,671	0,933	0,361	1,035
2000	1,307	0,556	1,287	0,419	0,304	0,246	0,324	0,789	0,997	0,455	1,124
2001	1,319	0,548	1,267	0,421	0,277	0,227	0,319	0,782	1,021	0,476	1,049
2002	1,152	0,562	1,155	0,441	0,247	0,227	0,304	0,642	1,073	0,573	1,077
2003	1,116	0,526	1,114	0,455	0,249	0,218	0,354	0,643	0,905	0,589	1,001
2004	1,053	0,579	1,092	0,438	0,312	0,173	0,394	0,656	0,931	0,591	0,990
2005	0,997	0,528	1,042	0,434	0,305	0,149	0,398	0,628	0,883	0,551	0,962
2006	0,974	0,540	1,169	0,359	0,315	0,163	0,320	0,594	0,780	0,457	0,936
2007	0,964	0,552	1,171	0,350	0,326	0,168	0,377	0,634	0,833	0,469	0,909
2008	0,955	0,590	1,044	0,338	0,327	0,172	0,377	0,624	0,857	0,421	0,880
2009	0,914	0,621	0,965	0,339	0,323	0,166	0,377	0,609	0,792	0,376	0,913
2010	0,933	0,632	0,901	0,322	0,314	0,177	0,377	0,607	0,810	0,370	0,873
2011	0,946	0,655	0,876	0,335	0,328	0,184	0,398	0,615	0,900	0,356	0,901
2012	0,897	0,622	0,934	0,328	0,315	0,169	0,432	0,596	0,875	0,356	0,905
2013	0,963	0,630	0,937	0,301	0,310	0,167	0,437	0,579	0,872	0,395	0,919
2014	0,953	0,595	0,951	0,298	0,313	0,168	0,411	0,581	0,872	0,395	0,888

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

De todo modo, ainda é maior o aumento de empregos ativos do que o de estabelecimentos, nesse setor, e a remuneração média segue o sentido dos empregos. Além disso, tem-se em conta que o comércio varejista supera o comércio de atacado. Põe-se em evidência as seguintes atividades comerciais, como um todo: comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (minimercados, mercearias e armazéns); comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção; comércio de peças e acessórios para veículos automotores; comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinários; comércio varejista de produtos de padaria, laticínios, doces, balas e semelhantes; comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comércio varejista de calçados e artigos de viagem; comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação; comércio varejista de carnes e pescados (açougues e peixarias); entre outras.

### 5.1.3.6 Serviços

Especificamente, esta atividade econômica envolve a prestação de serviços de diversos tipos, como serviços de transporte, armazenagem, correio, comunicações, alojamento, alimentação, instituições financeiras, ensino, saúde, esporte, cultura, atividades profissionais, científicas e técnicas, e outros. No setor de serviços, também despontaram as cidades que fazem fronteira com os países vizinhos, além de Bagé e Santiago. Mesmo que nenhum dos municípios estudados mostrasse real potencialidade em atividades de serviços em relação ao estado (Tabelas 55, 56 e 57).

Tabela 55 – Empregos: QL do setor de serviços

Serviços	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,494	0,229	0,732	0,080	0,201	0,057	0,130	0,510	0,537	0,218	0,397
1995	0,589	0,226	0,775	0,121	0,193	0,050	0,136	0,447	0,453	0,339	0,379
1996	0,676	0,261	0,828	0,131	0,204	0,050	0,144	0,458	0,458	0,170	0,405
1997	0,656	0,248	0,798	0,125	0,203	0,053	0,142	0,484	0,493	0,156	0,423
1998	0,551	0,237	0,779	0,117	0,204	0,050	0,133	0,436	0,464	0,133	0,347
1999	0,503	0,238	0,734	0,117	0,200	0,056	0,125	0,450	0,421	0,145	0,417
2000	0,503	0,238	0,757	0,120	0,181	0,054	0,127	0,458	0,417	0,160	0,431
2001	0,487	0,233	0,735	0,115	0,186	0,053	0,120	0,426	0,451	0,150	0,421
2002	0,523	0,228	0,700	0,119	0,180	0,053	0,117	0,421	0,389	0,162	0,439
2003	0,499	0,238	0,737	0,116	0,176	0,054	0,119	0,488	0,385	0,151	0,424
2004	0,530	0,225	0,698	0,113	0,175	0,052	0,106	0,458	0,408	0,148	0,415
2005	0,552	0,222	0,728	0,103	0,160	0,054	0,107	0,450	0,383	0,152	0,393
2006	0,405	0,304	0,572	0,094	0,148	0,044	0,105	0,376	0,298	0,134	0,337
2007	0,373	0,330	0,577	0,094	0,147	0,041	0,111	0,348	0,320	0,131	0,344
2008	0,443	0,248	0,694	0,104	0,160	0,054	0,116	0,412	0,365	0,137	0,391
2009	0,415	0,210	0,700	0,120	0,165	0,048	0,123	0,410	0,363	0,142	0,426
2010	0,396	0,205	0,715	0,118	0,161	0,042	0,121	0,446	0,406	0,130	0,420
2011	0,415	0,221	0,726	0,120	0,163	0,044	0,122	0,393	0,399	0,145	0,428
2012	0,437	0,217	0,739	0,098	0,164	0,049	0,118	0,364	0,403	0,163	0,432
2013	0,419	0,212	0,716	0,096	0,156	0,054	0,110	0,362	0,416	0,167	0,424
2014	0,417	0,214	0,694	0,100	0,164	0,050	0,112	0,351	0,412	0,165	0,444

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Dessa forma, sobre empregos, estabelecimentos e remuneração média, destacam-se Bagé, Santiago, Santana do Livramento, Jaguarão e Uruguaiana. De um lado, verifica-se evolução negativa de empregos ativos em 10 dos municípios, com exceção de Santiago. Por

outro lado, houve crescimento de estabelecimentos prestadores de serviços em nove municípios, exceto em Alegrete e Santana do Livramento.

Tabela 56 – Estabelecimentos: QL do setor de serviços

Serviços	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,330	0,191	0,512	0,129	0,169	0,049	0,122	0,310	0,373	0,286	0,283
1995	0,342	0,174	0,489	0,116	0,151	0,044	0,112	0,300	0,354	0,222	0,281
1996	0,331	0,171	0,492	0,112	0,162	0,049	0,115	0,305	0,331	0,190	0,278
1997	0,352	0,184	0,469	0,117	0,158	0,049	0,113	0,319	0,356	0,187	0,270
1998	0,352	0,180	0,492	0,124	0,157	0,057	0,113	0,325	0,346	0,189	0,274
1999	0,340	0,180	0,478	0,114	0,163	0,051	0,105	0,343	0,362	0,184	0,293
2000	0,338	0,184	0,486	0,130	0,158	0,050	0,110	0,344	0,354	0,173	0,321
2001	0,344	0,172	0,483	0,122	0,150	0,054	0,115	0,349	0,374	0,185	0,329
2002	0,347	0,186	0,473	0,108	0,147	0,056	0,105	0,353	0,342	0,193	0,323
2003	0,343	0,188	0,471	0,105	0,143	0,055	0,111	0,354	0,344	0,190	0,317
2004	0,339	0,182	0,465	0,108	0,140	0,054	0,112	0,359	0,359	0,194	0,329
2005	0,336	0,187	0,473	0,115	0,143	0,055	0,111	0,367	0,356	0,199	0,327
2006	0,337	0,194	0,471	0,123	0,149	0,056	0,119	0,363	0,345	0,201	0,323
2007	0,331	0,191	0,488	0,132	0,156	0,053	0,112	0,362	0,354	0,210	0,330
2008	0,327	0,180	0,494	0,130	0,145	0,056	0,115	0,373	0,362	0,190	0,318
2009	0,184	0,184	0,496	0,117	0,142	0,060	0,115	0,364	0,351	0,207	0,343
2010	0,326	0,179	0,491	0,121	0,145	0,057	0,118	0,364	0,361	0,217	0,332
2011	0,329	0,189	0,501	0,130	0,148	0,062	0,115	0,354	0,364	0,217	0,347
2012	0,332	0,184	0,521	0,126	0,151	0,062	0,123	0,358	0,387	0,210	0,367
2013	0,332	0,189	0,514	0,124	0,150	0,060	0,122	0,355	0,413	0,221	0,367
2014	0,341	0,182	0,502	0,121	0,155	0,065	0,122	0,331	0,400	0,224	0,367

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Em consequência, acompanhando a evolução os empregos ativos, a remuneração média no setor foi decrescente em 10 municípios e apenas cresceu em Bagé. Sendo assim, o desempenho do setor de serviços foi semelhante ao de comércio nos municípios. Porém, os serviços tendem a conter mais estabelecimentos do que empregar mão de obra, comparativamente ao comércio que, ao contrário, origina mais postos de trabalho com menor número de estabelecimentos.

Tabela 57 – Remuneração: QL do setor de serviços

Serviços	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,509	0,270	0,699	0,109	0,249	0,071	0,124	0,493	0,785	0,267	0,471
1995	0,613	0,280	0,959	0,143	0,271	0,067	0,146	0,494	0,617	0,462	0,478
1996	0,754	0,325	1,058	0,141	0,269	0,061	0,154	0,523	0,573	0,215	0,535
1997	0,738	0,311	1,077	0,134	0,235	0,064	0,152	0,564	0,597	0,213	0,570
1998	0,621	0,303	1,066	0,121	0,236	0,059	0,143	0,509	0,562	0,177	0,547
1999	0,554	0,294	0,988	0,111	0,221	0,060	0,127	0,516	0,521	0,168	0,567
2000	0,571	0,300	1,042	0,119	0,201	0,057	0,132	0,523	0,493	0,187	0,581
2001	0,570	0,305	1,007	0,117	0,217	0,057	0,131	0,473	0,502	0,181	0,571
2002	0,600	0,296	0,958	0,114	0,197	0,054	0,130	0,464	0,454	0,180	0,622
2003	0,570	0,294	0,986	0,113	0,182	0,058	0,122	0,619	0,470	0,169	0,610
2004	0,568	0,278	0,926	0,109	0,192	0,059	0,111	0,522	0,426	0,158	0,567
2005	0,562	0,271	0,960	0,105	0,180	0,059	0,118	0,513	0,424	0,163	0,560
2006	0,421	0,322	0,743	0,096	0,171	0,048	0,107	0,448	0,334	0,138	0,460
2007	0,400	0,337	0,742	0,096	0,170	0,046	0,116	0,396	0,359	0,141	0,452
2008	0,450	0,270	0,962	0,098	0,178	0,057	0,120	0,465	0,395	0,133	0,474
2009	0,429	0,228	0,988	0,113	0,190	0,069	0,133	0,456	0,391	0,132	0,485
2010	0,404	0,226	1,061	0,113	0,171	0,049	0,135	0,472	0,423	0,125	0,475
2011	0,421	0,236	1,093	0,110	0,175	0,050	0,134	0,412	0,416	0,119	0,478
2012	0,435	0,232	1,032	0,082	0,170	0,053	0,120	0,371	0,413	0,120	0,473
2013	0,423	0,223	1,028	0,081	0,155	0,067	0,113	0,394	0,413	0,127	0,450
2014	0,421	0,224	1,027	0,081	0,167	0,054	0,113	0,385	0,401	0,129	0,480

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Com relação aos serviços mais significativos nas microrregiões, estes são os serviços de alojamento, de alimentação e de saúde humana e animal. Em Bagé, o ensino destaca-se; enquanto em Hulha Negra, Itaqui, Uruguaiana e Candiota, os transportes e comunicações. Mais especificamente, em geral, aparecem as seguintes atividades do setor: restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; transporte rodoviário de carga; atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos; manutenção e reparação de veículos automotores; atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária; hotéis e similares.

### 5.1.3.7 Administração Pública

A administração pública é também um tipo de serviço, mas é vista à parte na desagregação dos setores, como forma de captar somente as atividades de serviços prestadas pelo setor público, ligadas à administração direta e indireta nos três níveis de governo e aos serviços coletivos de defesa e seguridade social. Assim, nesse setor, não se identifica

consistente potencialidade nos municípios analisados (Tabelas 58, 59 e 60). Pois, Santiago, Santana do Livramento e Jaguarão apresentam um quociente próximo a uma unidade, no início do período. Ao passo que, ao fim do período, Jaguarão permanece e Bagé surge com certa expressividade no setor.

Tabela 58 – Empregos: QL do setor da administração pública

Administração Pública	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,877	0,283	0,475	0,306	0,228	0,128	0,101	0,186	0,629	0,530	0,944
1995	0,613	0,317	0,490	0,316	0,227	0,142	0,100	0,211	0,639	0,454	0,917
1996	0,378	0,294	0,513	0,318	0,229	0,144	0,103	0,189	0,571	0,473	0,543
1997	0,382	0,278	0,517	0,320	0,020	0,152	0,122	0,210	0,673	0,430	0,503
1998	0,363	0,325	0,498	0,292	0,208	0,141	0,108	0,189	0,696	0,442	0,474
1999	0,377	0,338	0,477	0,277	0,208	0,134	0,137	0,204	0,791	0,412	0,475
2000	0,472	0,298	0,465	0,279	0,213	0,138	0,109	0,220	0,836	0,387	0,469
2001	0,421	0,297	0,565	0,268	0,226	0,129	0,125	0,304	0,759	0,387	0,450
2002	0,465	0,307	0,543	0,265	0,238	0,151	0,138	0,321	0,726	0,015	0,482
2003	0,449	0,323	0,502	0,247	0,223	0,143	0,164	0,243	0,707	0,387	0,433
2004	0,446	0,305	0,589	0,241	0,245	0,140	0,126	0,253	0,709	0,353	0,452
2005	0,449	0,341	0,600	0,247	0,237	0,146	0,150	0,259	0,656	0,369	0,472
2006	0,561	0,437	0,955	0,326	0,316	0,183	0,216	0,329	0,784	0,541	0,618
2007	0,530	0,413	0,968	0,353	0,326	0,196	0,221	0,345	0,848	0,463	0,594
2008	0,444	0,288	0,747	0,283	0,235	0,161	0,173	0,253	0,686	0,361	0,490
2009	0,444	0,336	0,751	0,251	0,248	0,152	0,180	0,251	0,738	0,395	0,437
2010	0,438	0,333	0,732	0,241	0,246	0,145	0,168	0,251	0,658	0,805	0,466
2011	0,462	0,341	0,760	0,241	0,256	0,143	0,168	0,288	0,753	0,454	0,464
2012	0,415	0,290	0,765	0,250	0,267	0,152	0,180	0,322	0,838	0,428	0,494
2013	0,489	0,317	0,764	0,252	0,264	0,156	0,199	0,324	0,817	0,411	0,462
2014	0,488	0,313	0,753	0,247	0,265	0,147	0,204	0,335	0,758	0,392	0,465

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Quanto aos estabelecimentos, apenas Jaguarão tem destaque. Observando-se os resultados, percebe-se que a administração pública cresceu na maior parte dos municípios, considerando os empregos ativos. Todavia, verifica-se diminuição em Santiago e em Santana do Livramento. Já, os estabelecimentos da administração pública tiveram decréscimo em praticamente todos os municípios; exceto Jaguarão, Caçapava do Sul e São Borja.

Tabela 59 – Estabelecimentos: QL do setor da administração pública

Administração Pública	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,326	0,490	1,047	0,150	0,302	0,070	0,093	0,209	0,538	0,352	0,706
1995	0,249	0,249	0,385	0,171	0,210	0,084	0,042	0,252	0,369	0,183	0,360
1996	0,270	0,154	0,321	0,183	0,184	0,092	0,069	0,230	0,385	0,362	0,300
1997	0,228	0,190	0,366	0,229	0,255	0,093	0,069	0,231	0,381	0,252	0,216
1998	0,221	0,266	0,413	0,155	0,236	0,079	0,131	0,210	0,427	0,372	0,329
1999	0,222	0,222	0,357	0,102	0,211	0,079	0,105	0,237	0,424	0,285	0,253
2000	0,183	0,229	0,314	0,157	0,239	0,080	0,106	0,319	0,432	0,292	0,346
2001	0,152	0,152	0,288	0,173	0,202	0,115	0,115	0,260	0,487	0,326	0,375
2002	0,161	0,161	0,182	0,182	0,241	0,090	0,120	0,241	0,514	0,224	0,394
2003	0,222	0,167	0,126	0,126	0,341	0,062	0,124	0,155	0,533	0,340	0,393
2004	0,172	0,172	0,130	0,130	0,223	0,064	0,095	0,127	0,374	0,345	0,302
2005	0,181	0,181	0,202	0,135	0,165	0,066	0,099	0,165	0,396	0,356	0,316
2006	0,257	0,128	0,214	0,214	0,106	0,071	0,177	0,142	0,826	0,363	0,223
2007	0,254	0,127	0,214	0,214	0,106	0,071	0,176	0,176	0,825	0,366	0,217
2008	0,182	0,121	0,205	0,205	0,101	0,067	0,135	0,101	1,005	0,351	0,204
2009	0,121	0,121	0,273	0,137	0,101	0,068	0,101	0,101	1,064	0,356	0,194
2010	0,180	0,120	0,340	0,136	0,066	0,066	0,099	0,099	1,041	0,464	0,184
2011	0,182	0,121	0,340	0,204	0,099	0,066	0,066	0,099	0,834	0,697	0,185
2012	0,180	0,120	0,335	0,201	0,066	0,066	0,066	0,100	0,832	0,572	0,187
2013	0,173	0,116	0,265	0,133	0,064	0,064	0,096	0,128	0,810	0,447	0,183
2014	0,174	0,116	0,263	0,131	0,064	0,064	0,064	0,160	0,777	0,444	0,181

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

No que diz respeito à remuneração média, vale relevar que evoluiu positivamente em Jaguarão e Bagé, acompanhando a direção dos empregos ativos nestes municípios.

Tabela 60 – Remuneração: QL do setor da administração pública

Administração Pública	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	1,478	0,297	0,456	0,253	0,252	0,202	0,111	0,398	0,637	0,571	1,312
1995	0,694	0,212	0,389	0,220	0,160	0,145	0,072	0,266	0,472	0,285	0,868
1996	0,351	0,169	0,354	0,227	0,151	0,138	0,068	0,226	0,390	0,276	0,412
1997	0,344	0,209	0,436	0,220	0,014	0,147	0,086	0,291	0,439	0,274	0,408
1998	0,303	0,254	0,436	0,194	0,148	0,136	0,074	0,249	0,462	0,257	0,361
1999	0,288	0,267	0,396	0,180	0,158	0,123	0,096	0,250	0,496	0,248	0,368
2000	0,360	0,237	0,378	0,176	0,174	0,120	0,073	0,280	0,601	0,240	0,347
2001	0,331	0,253	0,445	0,173	0,178	0,115	0,096	0,423	0,548	0,227	0,332
2002	0,361	0,261	0,433	0,175	0,179	0,117	0,109	0,405	0,499	0,010	0,341
2003	0,349	0,262	0,421	0,156	0,180	0,103	0,122	0,263	0,478	0,245	0,310
2004	0,355	0,226	0,456	0,159	0,208	0,110	0,107	0,282	0,607	0,215	0,329
2005	0,380	0,281	0,482	0,135	0,183	0,121	0,123	0,272	0,524	0,221	0,350
2006	0,424	0,313	0,656	0,203	0,218	0,134	0,155	0,280	0,556	0,290	0,410
2007	0,394	0,297	0,677	0,218	0,216	0,135	0,144	0,332	0,561	0,267	0,412
2008	0,382	0,238	0,569	0,187	0,179	0,128	0,141	0,250	0,476	0,236	0,408
2009	0,373	0,291	0,562	0,147	0,202	0,120	0,125	0,232	0,565	0,268	0,368
2010	0,382	0,280	0,529	0,140	0,203	0,119	0,121	0,240	0,521	0,527	0,380
2011	0,414	0,284	0,557	0,155	0,224	0,123	0,127	0,255	0,596	0,265	0,402
2012	0,377	0,274	0,607	0,160	0,246	0,139	0,140	0,273	0,653	0,248	0,433
2013	0,448	0,280	0,558	0,163	0,230	0,137	0,167	0,265	0,624	0,252	0,406
2014	0,443	0,268	0,540	0,153	0,223	0,124	0,165	0,267	0,585	0,241	0,396

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Por fim, era de se esperar maior alteração no setor da administração pública, com referência à instalação das unidades da universidade pública, especialmente nos municípios que sediam as unidades maiores, contendo maior número de funcionários. Desse modo, vê-se que houve evolução positiva dos empregos na administração pública em quase todos os municípios, excetuando-se apenas Santana do Livramento, Santiago e Dom Pedrito.

### 5.1.3.8 Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca

Esta classificação setorial representa as atividades do setor primário, sendo a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura, bem como os serviços de apoio relacionados. Certamente, é a atividade exportadora da região, com potencialidade em todas as microrregiões estudadas e em praticamente em todos os municípios, notadamente nos municípios maiores; apesar de Arroio Grande, que tem elevado potencial. Em Serras de Sudeste, Caçapava do Sul aproxima-se bastante de um quociente superior à unidade, de modo que o setor potencial no município é o extrativismo mineral, mas Piratini e Encruzilhada do Sul

são potenciais na agropecuária, representando a referida microrregião, destacadamente com relação à pecuária, ao cultivo de uva e à produção florestal (Tabelas 61, 62 e 63).

Tabela 61 – Empregos: QL do setor da agropecuária

Agropecuária, Extração Vegetal, ...	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Boiça	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	1,068	2,105	2,206	0,960	1,253	1,270	1,102	1,942	4,024	0,609	2,033
1995	1,470	1,943	2,547	1,484	1,256	1,129	1,043	1,792	3,897	0,660	1,783
1996	1,631	2,175	2,380	1,659	1,452	1,042	1,053	1,553	3,736	0,704	1,865
1997	1,568	2,057	2,579	1,771	1,419	1,153	1,063	1,652	3,751	0,907	1,757
1998	1,558	2,161	2,823	1,832	1,433	1,184	1,098	1,638	3,723	1,220	1,669
1999	1,460	2,037	2,795	1,768	1,350	1,229	1,040	1,518	3,349	0,917	1,624
2000	1,668	2,194	2,946	1,978	1,378	1,257	1,058	1,787	3,640	1,037	1,766
2001	1,757	2,237	2,760	2,126	1,422	1,169	0,969	1,811	4,062	1,236	1,885
2002	1,817	2,290	2,777	2,224	1,452	1,159	1,038	1,885	4,008	0,879	1,562
2003	1,919	2,354	2,794	2,395	1,513	1,153	0,939	1,788	3,771	0,884	1,539
2004	1,862	2,334	2,821	2,389	1,559	1,246	1,019	1,851	4,077	0,811	1,486
2005	1,761	2,164	2,555	2,225	1,505	1,240	1,059	1,848	3,752	0,852	1,395
2006	1,777	2,053	2,416	2,089	1,481	1,221	0,966	1,970	3,737	0,910	1,710
2007	1,644	1,969	2,596	2,283	1,424	1,257	0,976	2,063	3,865	0,946	1,531
2008	1,598	2,045	2,230	2,255	1,389	1,236	0,972	2,034	3,680	0,898	1,371
2009	1,532	1,812	2,037	2,214	1,375	1,335	0,978	1,951	3,761	0,882	1,262
2010	1,497	1,826	1,916	2,174	1,333	1,316	0,973	1,903	3,595	0,844	1,162
2011	1,475	1,758	1,953	2,021	1,329	1,278	0,980	1,823	3,627	0,878	1,122
2012	1,610	1,944	2,087	2,050	1,392	1,281	1,029	1,874	3,578	0,949	0,968
2013	1,649	1,874	1,865	2,102	1,333	1,261	0,990	1,959	3,596	0,976	1,037
2014	1,657	1,889	1,843	2,143	1,325	1,385	1,028	1,910	3,786	0,991	1,009

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

Em termos de empregos ativos, houve potencial crescimento em Dom Pedrito, Uruguaiana, Santana do Livramento e Itaqui. Jaguarão possui grande potencialidade no setor primário, apesar de ter decrescido no período.

Tabela 62 – Estabelecimentos: QL do setor da agropecuária

Agropecuária, Extração Vegetal, ...	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,752	1,552	1,738	1,032	1,008	0,384	0,665	0,536	1,532	0,747	1,640
1995	0,934	1,254	1,514	1,213	1,060	0,345	0,600	0,575	1,415	0,958	1,453
1996	0,942	1,267	1,526	1,346	1,111	0,353	0,585	0,596	1,579	1,188	1,445
1997	1,002	1,281	1,610	1,428	1,151	0,385	0,585	0,660	1,562	1,313	1,484
1998	1,021	1,328	1,785	1,355	1,190	0,389	0,610	0,676	1,546	1,330	1,466
1999	1,027	1,261	1,776	1,469	1,207	0,412	0,601	0,674	1,541	1,314	1,374
2000	1,087	1,304	1,760	1,511	1,168	0,406	0,587	0,739	1,545	1,353	1,404
2001	1,114	1,301	1,739	1,569	1,171	0,395	0,588	0,725	1,618	1,451	1,441
2002	1,079	1,324	1,782	1,607	1,206	0,374	0,587	0,780	1,656	1,378	1,445
2003	1,126	1,389	1,819	1,661	1,231	0,367	0,580	0,848	1,643	1,458	1,363
2004	1,162	1,385	1,909	1,642	1,222	0,378	0,632	0,854	1,773	1,407	1,307
2005	1,212	1,358	1,900	1,641	1,205	0,377	0,632	0,884	1,816	1,379	1,272
2006	1,252	1,401	1,857	1,679	1,241	0,391	0,637	0,966	1,803	1,371	1,358
2007	1,269	1,419	1,944	1,652	1,237	0,394	0,644	0,934	1,789	1,426	1,296
2008	1,298	1,428	1,867	1,674	1,250	0,401	0,649	0,955	1,763	1,424	1,099
2009	1,441	1,441	1,822	1,726	1,219	0,424	0,643	0,980	1,756	1,445	1,046
2010	1,299	1,425	1,793	1,735	1,191	0,403	0,679	0,998	1,732	1,424	1,050
2011	1,297	1,364	1,780	1,764	1,218	0,401	0,681	0,972	1,752	1,377	0,966
2012	1,345	1,435	1,720	1,761	1,213	0,432	0,696	0,966	1,685	1,404	0,986
2013	1,341	1,382	1,777	1,761	1,229	0,412	0,651	0,998	1,704	1,397	1,011
2014	1,380	1,404	1,718	1,762	1,197	0,439	0,672	0,995	1,595	1,415	0,975

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

É importante salientar que os estabelecimentos ativos aumentaram em todos os municípios que contêm unidades da Unipampa; ao passo que, o município de Santiago apresentou redução. A remuneração média cresceu na maior parte dos municípios, mas se reduziu em Bagé, Santiago e Caçapava do Sul.

Tabela 63 – Remuneração: QL do setor da agropecuária

Agropecuária, Extração Vegetal, ...	Santana do Livramento	São Gabriel	Bagé	Dom Pedrito	Alegrete	Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Jaguarão	Caçapava do Sul	Santiago
1994	0,924	1,775	1,774	0,663	0,952	1,338	1,088	2,570	5,280	1,014	1,971
1995	1,501	2,032	2,660	1,200	1,075	1,408	1,163	2,607	6,137	0,923	2,056
1996	1,799	2,353	2,388	1,305	1,294	1,323	1,199	2,109	5,571	0,581	2,128
1997	1,799	2,195	2,668	1,488	1,322	1,487	1,239	2,239	6,045	0,850	1,917
1998	1,871	2,481	3,069	1,584	1,422	1,655	1,426	2,400	7,019	1,214	1,978
1999	1,892	2,436	3,234	1,654	1,388	1,817	1,454	2,298	6,418	0,888	2,087
2000	2,225	2,717	3,539	1,908	1,411	1,869	1,510	2,685	6,756	1,056	2,197
2001	2,525	3,223	3,514	2,210	1,691	1,816	1,400	2,957	9,095	1,499	2,446
2002	2,539	3,113	3,501	2,323	1,687	1,680	1,426	2,880	7,882	0,797	1,740
2003	2,673	3,325	3,680	2,617	1,755	1,693	1,304	2,600	7,438	0,795	1,831
2004	2,532	3,309	3,686	2,601	1,821	1,928	1,428	2,840	7,684	0,760	1,745
2005	2,325	2,962	3,307	2,458	1,831	1,883	1,519	2,858	6,900	0,778	1,523
2006	2,281	2,757	3,148	2,313	1,810	1,822	1,349	3,017	6,757	0,810	2,063
2007	2,099	2,627	3,342	2,536	1,763	1,910	1,380	3,270	6,767	0,882	1,847
2008	1,998	2,712	2,751	2,384	1,637	1,869	1,405	3,220	6,716	0,830	1,576
2009	1,838	2,305	2,257	2,201	1,545	2,022	1,404	2,934	6,636	0,800	1,375
2010	1,808	2,341	2,145	2,134	1,536	2,075	1,427	2,979	6,062	0,770	1,260
2011	1,744	2,279	2,135	1,997	1,529	1,977	1,437	2,806	6,073	0,698	1,171
2012	1,917	2,451	2,425	2,024	1,583	2,019	1,496	2,854	5,745	0,753	0,998
2013	1,938	2,371	2,010	2,000	1,514	2,025	1,434	2,893	5,880	0,825	1,137
2014	1,911	2,377	1,977	2,027	1,513	2,261	1,495	2,823	6,411	0,843	1,103

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS (2016).

No período, revela-se evolução positiva de estabelecimentos em praticamente todos os municípios, porém há redução de empregos ativos. E, mesmo que Caçapava do Sul não apresente potencialidade na agropecuária, houve crescimento tanto de empregos quanto de estabelecimentos no município.

Dentre as atividades do setor primário nas microrregiões, elenca-se: o cultivo de cereais, a criação de bovinos, o cultivo de soja (Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional e Jaguarão); a produção florestal (Serras de Sudeste); o cultivo de uva (Serras de Sudeste, Campanha Meridional e Campanha Central); a criação de suínos, a horticultura, a criação de aves (Campanha Ocidental); o cultivo de laranja, o cultivo de outras oleaginosas, o cultivo de algodão herbáceo (Campanha Central); a criação de caprinos e ovinos (Campanha Ocidental e Campanha Meridional); a aquicultura em água doce (Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional).

### 5.1.3.9 Discussões

O setor primário é o principal nas microrregiões analisadas, assim sendo identificado com potencialidade, com relação a sua participação no estado, e considerado o setor exportador, dada a sua especialização. Verificou-se que a atividade primária passou a ter menos vínculos empregatícios no período, embora houvesse evolução positiva dos estabelecimentos da agropecuária.

Na Campanha Central, em número, destaca-se São Gabriel, embora os demais municípios da microrregião tenham apresentado uma variação positiva maior do que São Gabriel na atividade. Em Santana do Livramento, a atividade vem crescendo e aproximando-se dos números de São Gabriel, assim como acontece com Rosário do Sul. Na Campanha Meridional, Dom Pedrito veio a superar Bagé, este que antes era o mais expressivo na atividade, uma vez que o crescimento foi mais significativo em Dom Pedrito nos últimos anos e Bagé foi o município da microrregião que mais decresceu na atividade. Uruguaiana desponta na Campanha Ocidental, depois Itaqui e Alegrete, e, além disso, houve acréscimo na atividade nesses municípios, embora a evolução tenha sido superior em municípios menores como Maçambará, Garruchos, Barra do Quaraí e Manoel Viana.

Na microrregião de Jaguarão, o município de Arroio Grande também ultrapassou o de Jaguarão no período, havendo variação positiva mais alta em Herval e em Arroio Grande, enquanto Jaguarão decresceu na atividade. Já, a microrregião Serras de Sudeste fica destacada pela atividade da indústria extrativa mineral, devido a sua concentração em Caçapava do Sul e Candiota. Ainda assim, o setor primário é significativo na microrregião, sendo potencial em Encruzilhada do Sul e Piratini. Além disso, a atividade cresceu em todos os municípios da microrregião, especialmente em Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista e mesmo em Caçapava do Sul. O município de Piratini era o mais tradicional na atividade primária, mas foi cedendo espaço para Encruzilhada do Sul. Por fim, na microrregião comparativa, o setor primário é potencial em Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santiago, e, com exceção do município de Santiago, a atividade cresceu em todos os demais, principalmente em Pinhal Grande, Capão do Cipó e Jari.

Em termos locacionais, após a agropecuária, segue-se o setor terciário, dentre o qual prepondera a atividade de comércio sobre a de serviços e a de administração pública. Não há potencialidade nesse setor em nenhum dos municípios, mas Bagé, Jaguarão e Santana do Livramento são mais expressivos. Em número, aparecem Bagé, Uruguaiana e Santana do Livramento. E, novamente, os municípios menores tiveram variação mais elevada do que os

municípios maiores, mesmo não possuindo expressão em número e em participação relativa no estado.

Pode-se dizer que, sobre os estabelecimentos ativos do grande setor de serviços, os municípios mais populosos e fronteiriços tendem a se destacar. Mais especificamente, dentro o setor, quanto aos empregos, o comércio prepondera em Santana do Livramento e Jaguarão, em Caçapava do Sul e Santiago; os serviços, em Bagé e Uruguaiana; e a administração pública tende a expressar significância nos municípios menores. Entretanto, o comércio se sobressai em praticamente todos os municípios e obteve variações bastante positivas.

Chegando-se ao setor industrial, é o de menor expressão, em geral, nos municípios e microrregiões analisados. Caçapava do Sul e Alegrete são significantes em algumas atividades dentro o setor secundário, tais como a extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública. No setor industrial, a concentração de empregos tende a ser maior do que a de estabelecimentos.

Finalmente, conforme os subsetores de atividades produtivas, elenca-se como principais as atividades de criação de animais de grande porte (bovinos, ovinos, equinos) e de cultivo de cereais, oleaginosas e frutas (arroz, soja, uva, laranja), particularmente situadas na Campanha Ocidental, Central e Meridional. Enquanto que, em Serras de Sudeste, aparecem a produção florestal, a extração de minerais não metálicos e também o cultivo de uva. Por fim, o setor secundário possui carência, mas as principais atividades industriais atuam de maneira próxima ao setor agropecuário, destacando-se o beneficiamento do arroz e a fabricação de produtos de arroz, o abate de reses e a fabricação de produtos de carne, a fabricação de cal e gesso e de cimento, a fabricação de vinho, a fabricação de artefatos de madeira, entre outras.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À guisa de conclusão, tem-se que o estudo realizado consiste em uma aproximação entre a ocorrência da criação de uma universidade pública e o dinamismo econômico da região onde se estabeleceu, no sentido da compreensão do desenvolvimento regional, sobre seus propulsores, potencialidades e carências. Diante do objetivo que se centra na análise evolutiva da economia da região onde a Universidade Federal do Pampa se insere. No tocante que, a Unipampa tem o propósito de contribuição ao desenvolvimento regional, é pertinente buscar entender impactos em consonância com as transformações da economia da região, a respeito de geração de empregos, criação de empresas e qualificação da renda, assim como quanto à especialização ou diversificação produtiva.

Por isso, percorreu-se as características da Unipampa e da Metade Sul, bem como considerando o contexto da educação superior no Brasil e a identificação da região que circunda o estabelecimento multicampi da Universidade. Para que, em seguida, procedesse-se à análise da dinâmica da economia regional no período de 1994 a 2014, tendo como referência as variáveis de empregos, estabelecimentos e remuneração média. Dessa forma, valeu-se da observação da tendência das variáveis ao longo do tempo, em cada uma das seis microrregiões consideradas, das variações ocorridas, entre os municípios por microrregião, e da evolução dos setores de atividade econômica, conforme sua importância relativa em nível estadual, notadamente nos municípios que sediam unidade da Unipampa.

### **6.1 A economia do conhecimento, o setor público e o desenvolvimento**

Primeiramente, o estudo identificou a função alocativa do Estado, ao atender o fornecimento de um bem social, como a educação, mediante o desenvolvimento de políticas públicas que visavam à ampliação do acesso e à permanência ao ensino superior. Nesse caso, gera-se benefícios internos ou individuais, com relevância para o bem-estar da sociedade, desde considerada a natureza da educação como desenvolvimento do ser humano, da sua conscientização cidadã e da sua qualificação para o trabalho. Por sua vez, a educação também alcança benefícios externos ou coletivos, tal como a produção, a aplicação e o compartilhamento do conhecimento e informação. Assim, constitui-se em externalidade positiva o investimento em capital humano que, estrategicamente, visa ao desenvolvimento econômico em longo prazo, incentivando a produtividade, como aumento da capacidade de

produzir bens e serviços, influenciando na dinamização da economia pelo encadeamento da criação de novos processos e produtos e da geração de emprego e renda.

Acredita-se que o conhecimento seja o principal fator de produção no século atual, sendo o recurso chave para o desenvolvimento. Aliás, desde a década de 90 percebe-se maior exigência quanto à especialização da mão de obra, pressionando o aumento da qualificação, ao mesmo tempo em que faz crescer a competitividade e o desemprego. Desse modo, o PNE 2001-2010 já reconhece a demanda crescente por ensino superior e inclui em suas metas o aumento da oferta de vagas por meio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Ao longo de 2000 a 2015, constata-se elevação moderada da destinação de receitas de impostos para financiamento do ensino; porém as despesas de custeio do ensino superior decresceram no período, mesmo que sejam significativas, em torno de 49%. A partir do PNE 2011-2020, há meta estabelecida de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, em que se almeja atingir 7% e chegar a 10% do PIB até o final do PNE 2014-2024. Considerado o período de 2000 a 2013, houve acréscimo do percentual investido em educação, sendo de 4,6% no ano 2000 e de 6,2% em 2013; mas, apesar da parcela destinada ao ensino superior ter aumentado, representa apenas 1,0% em média.

Portanto, há crescimento dos recursos públicos destinados ao financiamento e ao investimento em educação nos últimos anos analisados. Também, verificou-se que a taxa de matrículas da população de 18 a 24 anos de idade no ensino superior era de 9,2% em 2001, passando para 17,7% em 2014, além de ter crescido a taxa de matrícula dos estudantes de famílias de renda média e baixa nesse espaço de tempo. Ainda, a maior parte dos estudantes matriculados no ensino superior está na rede privada, perfazendo 72% do total, em 2014, enquanto 28% estão na rede pública, sendo a maioria destes pertencente às instituições públicas federais. A revisão de estudos corrobora que a oferta de mão de obra qualificada tem crescido substancialmente, mas que ainda se encontra um grupo crítico de jovens que não está inserido nem no mercado de trabalho e nem na escola.

Conforme os diagnósticos iniciais da educação superior brasileira, havia sido promulgado o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, diante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual se fez complementar às ações previstas no PNE 2001-2010. O PDE defendia uma visão sistêmica da educação e destaca-se o seu sentido de alinhar educação e desenvolvimento na busca de redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse âmbito do Reuni, deu-se a instituição da Universidade Federal do Pampa, em 2008, situada na Metade Sul e disposta em 10 campi. A sua fundação

inicialmente contém uma visão contemporânea que, além do nexos entre ensino, pesquisa e extensão, vislumbra o desenvolvimento com os adjetivos humano, sustentável e regional.

Dessa forma, de um lado, vê-se a atuação do setor público sob o ponto de vista de uma política fiscal expansionista, buscando elevar a demanda agregada e impulsionar o desenvolvimento. Por outro lado, assume o conhecimento como potencial transformador para o desenvolvimento nacional e regional, passando pela capacitação de recursos humanos. Visto que isso vai ao encontro do propósito de inserção regional da Unipampa na Metade Sul, esta identificada como uma mesorregião diferenciada, devido à condição de baixo dinamismo econômico, de baixa diversificação produtiva e de baixos indicadores de desenvolvimento humano em nível estadual. Tal como mesorregião diferenciada, outra ação do setor público, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, que perdurou de 2004 a 2007, já enunciava apoio a cadeias potenciais e tradicionais da Metade Sul para conter a sua estagnação, também evidenciando o conhecimento como recurso estratégico no processo de desenvolvimento regional.

## **6.2 A Unipampa e a inserção regional**

No que se refere à Unipampa, como instituição de ensino, avançou rapidamente, considerado quase um decênio de atuação, mostrando preocupação com o formando, com o saber e com a comunidade. Mais recentemente, a Universidade vem a conter uma visão de futuro e inovação, de participação e globalização, incluindo o adjetivo internacional ao desenvolvimento, consciente de sua situação em região de fronteira do Brasil com a Argentina e com o Uruguai. Ainda há de se afirmar sua expansão, excelência e identidade, especialmente ante a previsão de novos cursos e de completude de sua estrutura ao atendimento de alunos, funcionários e comunidade.

A Unipampa iniciou sob a tutela da UFSM e da UFPEL, em 2006, com 30 cursos de graduação e 1.534 alunos matriculados. Em 2016, houve 65 opções de cursos de graduação oferecidas e, ao final de 2015, eram 12.110 alunos matriculados. A pós-graduação lato sensu teve início em 2009 e, a modalidade stricto sensu, em 2010, em nível de mestrado acadêmico e, em 2013, houve a criação do primeiro curso de doutorado. A relação de alunos por professor chega a 16, no total, em que mais de 50% do quadro de docentes possui grau de doutorado; enquanto a relação de alunos por técnico-administrativos e terceirizados é de 10, sendo maioria de técnico-administrativos graduada e especialista.

Logo, a Unipampa evoluiu em abrangência e qualidade, também considerando sua perspectiva inclusiva e colaborativa, dados os programas assistenciais de acesso e permanência ao ensino superior e os contatos com outros agentes públicos e privados para a realização de projetos em diversas escalas. Percebe-se um caráter integrado e descentralizado da Universidade ao mesmo tempo, devido à atuação multicampi, o que possivelmente foi um dos seus primeiros desafios o desejo de posicionar-se e de agregar a gestão. Cada campi possui em evidência uma área de conhecimento representativa e interligada a outras áreas, o que pode contribuir para o proveito de um arranjo de aprendizado em cada unidade.

Ao longo dos seus anos, a Unipampa já construiu um patrimônio estimável, sendo de 122.398 m<sup>2</sup> a área edificada, no total, em 2013. No ano de 2015, o acervo bibliográfico é de 208.856 itens e os bens móveis e imóveis somam R\$ 230.785.167,58. Diante de sua expansão, assim, no orçamento da Universidade, as despesas correntes passaram a ser mais altas do que as despesas de capital.

No que diz respeito à região onde a Unipampa está inserida, ou seja, em parte da mesorregião Metade Sul, as unidades universitárias maiores condizem com os municípios que são maiores, entre as cinco microrregiões que os envolve. Nesses termos, destacam-se Bagé, Uruguaiana e Alegrete, contendo mais cursos, mais alunos e mais funcionários. Bem como maior área construída, maior patrimônio e provavelmente maior despesa.

Por sua vez, dentre as cinco microrregiões, Uruguaiana, Bagé e Alegrete detém maior população (2015), maior PIB (2013) e maior IDHM (2010). Quanto ao número populacional, com exceção apenas de Alegrete que é superado por Santana do Livramento. Dessa maneira, com base nesses indicadores, preponderam: Uruguaiana, Alegrete, São Borja e Itaqui, na Campanha Ocidental; Santana do Livramento e São Gabriel, na Campanha Central; Bagé e Dom Pedrito, na Campanha Meridional; Caçapava do Sul, em Serras de Sudeste; e Jaguarão, na microrregião de mesmo nome. Logo, pode-se dizer que os campi da Universidade vieram a instalar-se nos municípios-pólo de cada microrregião.

A grande parte dos municípios considerados apresentou diminuição da população em 2010, comparativamente ao ano 2000. Sabe-se que há um movimento acentuado de êxodo rural e de emigração nessa região, especialmente dos jovens, diante de poucas oportunidades de trabalho e de renda, no campo e na cidade, e de oferta de ensino em nível superior gratuito. Mas, ao contrário do contingente populacional, o PIB dos municípios, bem como o PIB per capita, em geral, elevou-se em 2010 em relação ao ano 2000.

Com base na análise do PIB, pode-se dizer que houve crescimento da atividade econômica nos últimos anos. No entanto, a sua participação no PIB estadual é decrescente,

atingindo apenas 5% em 2010. Assim como, o PIB per capita está abaixo dos valores verificados para o Rio Grande do Sul; porém, fica pouco acima do valor da Metade Sul.

Pelo lado do indicador de desenvolvimento humano, o IDHM aumentou significativamente em todos os municípios, alcançando a média de 0,685 em 2010. Apesar de estar abaixo da média estadual, é bastante próximo à média da Metade Sul. É importante destacar que o IDHM da educação avançou mais rapidamente do que o da renda e o da longevidade, embora seja o menos expressivo dentre os três blocos de desenvolvimento humano, na região, mas que ultrapassou o IDHM da educação da Metade Sul, o que não ocorreu no caso dos blocos renda e longevidade.

Na avaliação da contribuição dos macrossetores de atividade econômica, o VAB da região indica que o setor dos serviços passou a ser mais representativo do que o da agropecuária e o da indústria, particularmente nos municípios mais populosos. Com exceção de Candiota, a indústria não é expressiva e, inclusive, houve decréscimo do seu VAB. O crescimento do setor de serviços é coerente com a tendência ocorrida em nível estadual. Entretanto, o setor industrial é mais significativo do que o da agropecuária, no Rio Grande do Sul. Ao passo que, o setor agropecuário é relativamente mais importante na região, tendo uma participação de cerca de 15% no estado, em que alguns municípios chegam a ser mais rurais do que urbanos.

Então, em segundo lugar, o estudo aponta o crescimento do setor terciário. Tendo em vista que isso possa estar relacionado à urbanização, à baixa atividade produtiva e à supressão de postos de trabalho. Como também, vincula-se ao estímulo da demanda agregada, à sociedade de consumo, que volta a economia para o mercado interno.

### **6.3 A dinâmica econômica, o desenvolvimento regional e o aprendizado**

Desse modo, o estudo preocupa-se com o entendimento da dinâmica regional antes e após à implantação da Unipampa. Com a finalidade de averiguar a direção que a região toma, diante das variáveis de empregos, estabelecimentos e remuneração média. Bem como, para compreender o desenvolvimento regional relacionado à economia do aprendizado.

Sobre a tendência dos vínculos empregatícios ativos, de 1994 a 2014, há perceptível inclinação positiva nas seis microrregiões analisadas. Embora haja declínio logo após 1994, os empregos crescem na segunda metade do período. No Rio Grande do Sul, o comportamento dos empregos ativos é de aumento durante todo o período.

Por sua vez, o aumento de estabelecimentos ativos pode influenciar positivamente o número de vínculos empregatícios. A tendência ascendente dos estabelecimentos é acentuada e

ocorre ao longo de todo o período de 1994 a 2014. Isto condiz com a situação em nível estadual, uma que vez que houve crescimento considerável do número de empreendimentos.

E o sentido da remuneração média dos vínculos ativos é decrescente no período. Os rendimentos apresentam evidente queda por volta da primeira década; contudo passam a crescer na segunda metade do período. Como massa salarial, a remuneração aproxima-se da tendência dos empregos ativos e, como remuneração média, depende da qualificação dos empregos e da complexidade das atividades. No Rio Grande do Sul também se verifica queda dos rendimentos em meio as duas décadas, mas a remuneração média passa a ser elevada no final do período.

Por conseguinte, a economia regional, em números da ocupação ativa, demonstra reação por volta da segunda década analisada, de 2004 a 2014. Pois, nesse momento, há tendência crescente para os estabelecimentos, para os empregos e, em menor medida, para a remuneração média. Pode ser que o aumento de estabelecimentos tenha estimulado os empregos; todavia possivelmente os empregos de remuneração mais baixa ou de menor qualificação.

Além disso, examinando-se os municípios de cada microrregião, a respeito das oscilações ao longo do tempo, no mesmo período, em relação ao ano-base de 1994, corrobora-se que o desempenho dos municípios melhorou na segunda metade do período. Particularmente, foi possível constatar que, em geral, houve maior variação positiva de estabelecimentos, de empregos e de remuneração média nos municípios em que a média dessas variáveis era menor, logo, havendo maior variabilidade, no período, nos municípios menores; enquanto a variação foi menos significativa nos municípios com maior média de estabelecimentos, de empregos e de rendimentos. Inclusive, ocorreu variação negativa da remuneração média nos municípios que apresentavam maior remuneração.

Portanto, em terceiro lugar, notadamente a média de estabelecimentos ativos e de empregos ativos foi crescente nas microrregiões analisadas, principalmente quanto as que envolvem unidades da Unipampa. Sobremaneira, observa-se queda da dispersão relativa quanto aos estabelecimentos e aos empregos nas cinco microrregiões que dizem respeito à instalação da Unipampa, o que denota diminuição das desigualdades entre os municípios de cada microrregião, uma vez que houve crescimento mais elevado nos municípios menores, podendo aproximar-se mais dos municípios-pólo. Assim, tem-se a referência da teoria dos pólos de crescimento, em que o crescimento vai disseminando-se do centro para a periferia, através dos efeitos de encadeamento com os pólos. Mais assertivamente, isso diz respeito à idéia de desenvolvimento econômico exógeno, então, sendo o crescimento motivado por fatores externos, que dispõe de certa influência keynesiana, em que a ação estatal pode desempenhar importante papel para o desenvolvimento regional.

Na microrregião comparativa, não se observa o mesmo, pois ocorreu aumento da dispersão relativa, embora tenha obtido aumento da média de estabelecimentos e de empregos, o que possivelmente indica que a discrepância entre os municípios persiste. Porém, o caso da remuneração é distinto, visto que a média dos rendimentos decresceu em todas as microrregiões. Contudo, as disparidades tiveram aumento nas cinco microrregiões referentes à Universidade, ao passo que houve diminuição na microrregião de Santiago. Logo, isso leva a crer em diferenciações na complexidade dos estabelecimentos e dos empregos gerados e na qualificação dos vínculos empregatícios.

Em seguida, na análise dos setores, a fim de localizar as atividades econômicas representativas em nível estadual, buscou-se captar a evolução das atividades produtivas potenciais e carentes, no sentido de especialização ou diversificação, especialmente nos municípios que sediam a Unipampa. O setor que representa a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura é o setor potencial da região, considerando todas as microrregiões estudadas. Logo, os municípios apresentam concentração na atividade primária, sendo exportadores.

Os municípios que contêm unidade da Unipampa são potenciais no setor primário; exceto Caçapava do Sul, mesmo que apresente evolução positiva. Dentre os municípios, Jaguarão possui maior potencialidade, mas Dom Pedrito, Uruguaiana, Santana do Livramento e Itaqui cresceram no período, o que pode condizer com as áreas do conhecimento que as respectivas unidades universitárias compreendem. Ao passo que, Santiago obteve decréscimo no setor primário. De maneira geral, foi possível observar que a atividade primária tendeu a crescer em número de estabelecimentos, mas a diminuir quanto aos empregos ativos, embora a remuneração tenha aumentado.

Após a atividade primária, destaca-se o setor terciário na região, tal como o escore do VAB dos serviços enunciava. Dentre as atividades do setor, mesmo que não sejam potenciais, em termos relativos, prepondera o comércio sobre os serviços e sobre a administração pública. O comércio tende a se destacar nos municípios fronteiriços, como Santana do Livramento e Jaguarão; enquanto a prestação de serviços é significativa nos municípios maiores, como Bagé e Uruguaiana; e a administração pública é expressiva nos municípios menores. Basicamente, a atividade do comércio concentra mais empregos do que estabelecimentos, sobretudo por conta do comércio varejista, assim como acontece com a atividade da administração pública; ao passo que a atividade de serviços detém mais estabelecimentos do que emprega mão de obra.

O setor industrial é o menos expressivo na região. Contudo, há potencialidade nos municípios de Caçapava do Sul e Candiota, na microrregião Serras de Sudeste, no que se refere

à indústria extrativa mineral, onde, inclusive, ocorreu crescimento nos últimos anos. Esta atividade industrial vai ao encontro da área dos cursos estabelecidos no Campus Caçapava do Sul. No setor secundário, ainda se enquadram a indústria de transformação, os serviços industriais de utilidade pública e a construção civil. Geralmente, considera-se que o setor secundário movimenta mais vínculos empregatícios.

A indústria de transformação é a atividade com maior carência na região, apontando que os municípios dispõem produtos de valor agregado mais baixo, desde que há pouco processamento de matéria-prima. Por sua vez, a atividade de serviços industriais de utilidade pública aparece como potencial em Candiota e Alegrete, com relação à geração de energia. Novamente, revela-se uma concentração produtiva coerente com as áreas de conhecimento dos campi Caçapava do Sul e Alegrete. Por fim, a construção civil não consiste em uma atividade potencial nos municípios, em relação ao estado, no entanto, é pertinente salientar que os municípios maiores revelam certa expressividade nesse setor. Notadamente os municípios que sediam as unidades maiores da Unipampa, como Alegrete, Uruguaiana, São Borja e Bagé, que evoluíram positivamente nesta atividade.

A especialização prepondera nas microrregiões estudadas, sobretudo quanto à agropecuária, que tem relevância para atender o mercado externo. A diversificação parece emergir em alguns casos, tal como em Serras de Sudeste, principalmente. Considerando-se que a diversificação produtiva mostra-se importante para dinamizar a economia.

Além das atividades de comércio varejista de mercadorias em geral, que se manifestam e evidenciam nos municípios, como um todo, nota-se o desdobramento das seguintes atividades produtivas nas microrregiões: criação de animais de grande porte (bovinos, ovinos, equinos), cultivo de cereais, cultivo de soja, em Campanha Ocidental, Campanha Meridional, Campanha Central e Jaguarão; cultivo de frutas (uva e laranja), em Serras de Sudeste, Campanha Meridional e Campanha Central; produção florestal, extração de pedra, areia e argila, geração de energia elétrica, desdobramento de madeira, fabricação de cal e gesso, extração de carvão mineral, fabricação de cimento, fabricação de artefatos de madeira, fabricação de produtos minerais, fabricação de produtos cerâmicos, fabricação de laticínios, fabricação de produtos de papel, em Serras de Sudeste; beneficiamento do arroz e fabricação de produtos de arroz, armazenamento, obras de engenharia civil, obras de terraplanagem, fabricação de esquadrias de metal, montagem de estruturas metálicas, fabricação de máquinas e equipamentos para a agropecuária, terminais rodoviários e ferroviários, em Campanha Ocidental; abate de reses, fabricação de vinho, cultivo de outras oleaginosas, fabricação de biocombustíveis, em

Campanha Central; fabricação de produtos de carne, curtimento de couro, fiação de fibras têxteis, em Campanha Meridional; entre outras.

Enfim, reflete-se que as microrregiões, em especial, as que se referem à Unipampa, subentendem capacidades endógenas, podendo ser mais competitivas quando acontece a coordenação de vários agentes para a ação (universidades, governos locais, empresas, e outros), aproveitamento um arranjo de conhecimento, tanto no que se refere ao conhecimento gerado quanto a respeito do fortalecimento do conhecimento tácito. Assim, para o processo de aprendizado, é considerável o proveito das externalidades para empreender e inovar, em um sentido de adaptação, de influência schumpeteriana e evolucionista, que é potencial para o dinamismo econômico regional.

Por último, assimila-se que o estudo tem uma perspectiva macroeconômica e que o processo de desenvolvimento é em longo prazo, podendo ou não ser apreensível em uma ou duas décadas. Um processo que pode ser focado na produção, mas também no consumo, bem como no mercado externo e interno. Uma vez que foi relevante observar a direção que toma, com propulsores exógenos para o desenvolvimento, que podem incentivar um potencial endógeno, mediante a absorção de conhecimento. Haja vista que a disposição do conhecimento oferecido através da Universidade alinha-se ao programa de desenvolvimento regional de apoio a cadeias tradicionais e potenciais da região analisada. Finalmente, é imprescindível salientar que é complexo, mas possível, apreender o alcance dos benefícios individuais e coletivos que podem provir do conhecimento e do aprendizado, assim, deixando a sugestão para futuros estudos sobre a Universidade Federal do Pampa e a mesorregião Metade Sul.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

AMORIM, C. C. Discutindo o conceito de região. **Estação Científica Online**, Juiz de Fora, n. 4, p. 1-19, abr./mai. 2007.

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [**Dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**]. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: jun. 2016.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, fev. 1999. (Texto para Discussão, IPEA, n. 630). Disponível em: <[http://www.unc.br/mestrado/mestrado\\_materiais/texto\\_pedro\\_bandeira\\_n.630.pdf](http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

BOVO, J. M. **A contribuição da UNESP para o dinamismo econômico dos municípios**. São Paulo: Fundação Vunesp, 2013. Disponível em: <[https://ape.unesp.br/pdf\\_siteape/TextoPesquisa.pdf](https://ape.unesp.br/pdf_siteape/TextoPesquisa.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo III, Seção I, Art. 205. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2010. Brasília, 09 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – Unipampa e dá outras providências. Brasília, 11 jan. 2008. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 59**, 11 de novembro de 2009, Capítulo III, Seção I, Art. 214, VI. Brasília, 11 nov. 2009.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 8.035**, de 03 de novembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação 2011-2020. Brasília, 03 nov. 2010. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.690**, de 02 de março de 2012 (a). Aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação. Brasília, 02 mar. 2012. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012 (b). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

BRINKLEY, I. **Defining the knowledge economy**. London: The Work Foundation, 2006.

Disponível em:

<[http://www.theworkfoundation.com/assets/docs/publications/65\\_defining%20knowledge%20economy.pdf](http://www.theworkfoundation.com/assets/docs/publications/65_defining%20knowledge%20economy.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

CANEVER, M. D. et al. Entrepreneurship in the Rio Grande do Sul, Brazil: the determinants and consequences for the municipal development. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 1, p. 85-108, jan./mar. 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. (Orgs.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **[Informações socioeconômicas relativas ao Rio Grande do Sul e seus municípios]**. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/apresentacao>>. Acesso em: jun. 2016.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HADDAD, P. R. Clusters e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Competitividade**, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 44-54, ago./nov. 2001.

HOFF, D. N.; MARTIN, A. S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Santana do Livramento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **[Informações sobre os municípios brasileiros]**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: jun. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **[Indicadores financeiros educacionais]**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: mai. 2016a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **[Censos da Educação Superior de 2001 a 2014]**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: mai. 2016b.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad**. Rio de Janeiro, out. 2013. (Comunicados do IPEA, n. 160). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007\\_comunicadoipea160.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

ISARD, W. **Location and Space-Economy: a general theory relating to industrial location, market areas, land use, trade, and urban structure**. New York: Massachusetts Institute of Technology, 1956.

ISARD, W. **Methods of Regional Analysis: an introduction to regional science**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1960.

LARA, F. M.; FIORI, T. P.; ZANIN, V. **Notas sobre medidas de concentração e especialização: um exercício preliminar para o emprego no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, out. 2010. (Textos para Discussão, FEE, n. 83). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140324083.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

LIMA, L. C.; ROCHA, A. M. Reflexões sobre o terciário. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, p. 85-105, dez. 2009.

LIMA, M. H. P. (Org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <[http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira\\_IBGE.pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANKIWI, N. G. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **[Informações sobre biomas brasileiros]**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: jun. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES FILHO, N. A. Qualidade da educação. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). **Sociedade e Economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. O. et al. (Orgs.). **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro, jul. 2000. (Texto para Discussão, IPEA, n. 743). Disponível: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0743.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

PDE. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso: mai. 2016.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. **[Dados do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET)]**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: mar./abr. 2016.

RIANI, F. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1986.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SICSÚ, A. B.; BOLAÑO, C. R. S. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional**. Recife: NEAL/UNICAP, 2006. Disponível em: <<http://www.unicap.br/neal/artigos/Texto2ProfAbraham.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

SOF. Secretaria de Orçamento Federal. [**Orçamentos Anuais da União**]. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais>>. Acesso em: mai. 2016.

SOUZA, N. J. Economia regional: conceitos e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, N. L. Z. O impacto de implantação da Universidade Federal do Pampa no município de São Borja – RS. **Missões – Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2015.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. [**Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino**]. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/series-historicas>>. Acesso em: mai. 2016.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. [**Projeto Institucional 2009-2013**]. Disponível em: <[http://www.unipampa.edu.br/portal/dmdocuments/PROJETO\\_INSTITUCIONAL\\_16\\_AGO\\_2009.pdf](http://www.unipampa.edu.br/portal/dmdocuments/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf)>. Acesso em: mai. 2016a.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Guia das Profissões Unipampa 2015**]. Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/1423>>. Acesso em: mai. 2016b.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**]. Disponível em: <[http://porteiras.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI\\_Unipampa\\_v19\\_.compressed.pdf](http://porteiras.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI_Unipampa_v19_.compressed.pdf)>. Acesso em: mai. 2016c.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Dados Gerais, março de 2016**]. Disponível em: <<http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/acs/files/2016/03/03-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Unipampa-Mar%C3%A7o.pdf>>. Acesso em: mai. 2016d.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Relatórios de Gestão de 2008 a 2014**]. Disponível em: <<http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/planejamento/relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: mai. 2016e.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Carta de Serviços ao Cidadão da Unipampa**]. Disponível em: <[http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/documentos/carta\\_de\\_servicos\\_ao\\_cidadao\\_da\\_unipampa\\_-\\_revisao\\_jan2015.pdf](http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/documentos/carta_de_servicos_ao_cidadao_da_unipampa_-_revisao_jan2015.pdf)>. Acesso em: mai. 2016f.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Estatuto da Unipampa**]. Disponível em: <[http://www.unipampa.edu.br/portal/universidade/403/Downloads/ESTATUTO\\_\\_alterado](http://www.unipampa.edu.br/portal/universidade/403/Downloads/ESTATUTO__alterado)>. Acesso em: mai. 2016g.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Regimento Geral da Unipampa**]. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/portal/universidade/403>>. Acesso em: mai. 2016h.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Portaria nº 367, de 18 de abril de 2013. Institui a estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa**]. Disponível em: <[http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cessoainformacao/files/2012/05/Portaria\\_367-2013\\_institui\\_estrutura\\_organizacional.pdf](http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cessoainformacao/files/2012/05/Portaria_367-2013_institui_estrutura_organizacional.pdf)>. Acesso em: mai. 2016i.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Estatísticas do acervo bibliográfico**]. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/estatisticas/>>. Acesso em: mai. 2016j.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pampa. [**Orçamento Geral da Unipampa de 2008 a 2016**]. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/orcamento/relatorios/>>. Acesso em: mai. 2016k.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

**APÊNDICE A – Metas dos Planos Nacionais de Educação de 2001 a 2024**

<b>Metas</b>	<b>PNE 2001-2010</b>	<b>PNE 2011-2020</b>	<b>PNE 2014-2024</b>
<b>1</b>	Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em 05 anos, a 30% da população de até 03 anos de idade e 60% da população de 04 a 06 anos e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 03 anos e 80% das de 04 e 05 anos.	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 04 e 05 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população até 03 anos.	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças até 03 anos até 2024.
<b>2</b>	Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de 05 anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios.	Universalizar o ensino fundamental de 09 anos para toda população de 06 a 14 anos.	Universalizar o ensino fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até 2024.
<b>3</b>	Assegurar o oferecimento de vagas que, no prazo de 05 anos, correspondam a 50% e, em 10 anos, a 100% da demanda de ensino médio, em decorrência da universalização e regularização do fluxo de alunos no ensino fundamental.	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.
<b>4</b>	Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em 05 anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo;	Universalizar, para a população de 04 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.	Universalizar, para a população de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
<b>5</b>	Assegurar, em 05 anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente as quatro séries iniciais do ensino	Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 08 anos de idade.	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final 3º ano do ensino fundamental.

	fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.																																																		
6	Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes as quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.	Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica.																																																
7	Dobrar em 05 anos e quadruplicar em 10 anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.	<p>Atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ideb</th> <th>2011</th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do ensino fundamental</td> <td>4,6</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do ensino fundamental</td> <td>3,9</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino médio</td> <td>3,7</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table>	Ideb	2011	2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	<p>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nível de ensino</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do ensino fundamental</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do ensino fundamental</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino médio</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table>	Nível de ensino	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2
Ideb	2011	2013	2015	2017	2019	2021																																													
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																																													
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																																													
Ensino médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																																													
Nível de ensino	2015	2017	2019	2021																																															
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0																																															
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5																																															
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2																																															
8	Generalizar, em 10 anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive através dos consórcios entre Municípios, quando necessário, provendo, nestes casos, o transporte escolar.	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo em 2024, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE).																																																
9	Mobilizar, articular e aumentar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada 05 anos, a oferta de cursos básicos destinados a atender à população que está sendo excluída do mercado de trabalho, sempre associados à educação básica, sem prejuízo de que sua oferta seja conjugada com ações para elevação da escolaridade.	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até 2024, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.																																																

10	Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
11	Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país.	Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
12	Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
13	Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em 10 anos, o número de pesquisadores qualificados.	Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
14	Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
15	Iniciar, logo após a aprovação do plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica.	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
16	Generalizar, nas instituições de ensino superior públicas, cursos regulares noturnos e cursos modulares de licenciatura plena que facilitem o acesso dos docentes em exercício à formação nesse nível de ensino.	Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até 2024, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação,

			considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
17	Ampliar a oferta de cursos de mestrado e doutorado na área educacional e desenvolver a pesquisa neste campo.	Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o 6º ano de vigência deste PNE.
18	Estabelecer, nos Municípios, a educação infantil como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental.	Assegurar, no prazo de 02 anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.	Assegurar, no prazo de 02 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal.
19	Estabelecer, nos Estados, o ensino médio como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservado para o ensino fundamental.	Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.	Assegurar condições, no prazo de 02 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
20	Ampliar o atendimento dos programas de renda mínima associados à educação, de sorte a garantir o acesso e a permanência na escola a toda população em idade escolar no país.	Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 07% do produto interno bruto do país.	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 07% do produto interno bruto do país no 5º ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do produto interno bruto ao final do decênio.

Fonte: Brasil (2001; 2010; 2014).

## APÊNDICE B – Síntese da Estrutura Organizacional da Unipampa

- 1. Conselho Universitário**
- 2. Conselho Curador**
- 3. Comissões Superiores**
  - 3.1 Gabinete das Comissões Superiores
  - 3.2 Comissão Superior de Ensino
  - 3.3 Comissão Superior de Pesquisa
  - 3.4 Comissão Superior de Extensão
- 4. Reitoria**
  - 4.1.1 Chefia do Gabinete da Reitoria
  - 4.1.2 Assessoria de Relações Institucionais
  - 4.1.3 Assessoria de Relações Internacionais
  - 4.1.4 Assessoria de Comunicação Social
  - 4.1.5 Auditoria Interna
  - 4.1.6 Consultoria Jurídica
  - 4.1.7 Ouvidoria
  - 4.1.8 Núcleo Inclusão e Acessibilidade
  - 4.1.9 Núcleo de Desenvolvimento Pessoal
  - 4.1.10 Núcleo de Inovação Tecnológica
  - 4.1.11 Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
  - 4.1.12 Coordenadoria de Processos Acadêmicos
  - 4.1.13 Coordenadoria de Projetos Especiais
  - 4.1.14 Coordenadoria do Sistema de Bibliotecas
  - 4.1.15 Coordenadoria dos Laboratórios
  - 4.1.16 Coordenadoria de Educação a Distância
  - 4.1.17 Parque Científico e Tecnológico do Pampa
  - 4.1.18 Hospital Universitário Veterinário
- 5. Pró-Reitoria de Graduação**
- 6. Pró-Reitoria de Pesquisa**
- 7. Pró-Reitoria de Pós-Graduação**
- 8. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura**
- 9. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários**
- 10. Pró-Reitoria de Administração**
- 11. Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação**
- 12. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal**
- 13. Campus Alegrete**
- 14. Campus Bagé**
- 15. Campus Caçapava do Sul**
- 16. Campus Dom Pedrito**
- 17. Campus Itaqui**
- 18. Campus Jaguarão**
- 19. Campus Santana do Livramento**
- 20. Campus São Borja**
- 21. Campus São Gabriel**
- 22. Campus Uruguaiana**